

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

PRISCILA TRARBACH COSTA

**ENGAJAMENTO POLÍTICO-EDUCATIVO NA IMPRENSA FEMININA BRASILEIRA DO
SÉCULO XIX: O PERIÓDICO *A MULHER* (1881-1883)**

Porto Alegre
2021

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

PRISCILA TRARBACH COSTA

**ENGAJAMENTO POLÍTICO-EDUCATIVO NA IMPRENSA FEMININA
BRASILEIRA DO SÉCULO XIX:
O PERIÓDICO *A MULHER* (1881-1883)**

PORTO ALEGRE

2021

Ficha Catalográfica

C837e Costa, Priscila Trarbach

Engajamento político-educativo na imprensa feminina brasileira do século XIX : O periódico A Mulher (1881-1883) / Priscila Trarbach Costa. – 2021.

131.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Edla Eggert.

1. imprensa periódica feminina. 2. educação feminina. 3. educação superior. 4. engajamento político-educativo. I. Eggert, Edla. II. Título.

PRISCILA TRARBACH COSTA

**ENGAJAMENTO POLÍTICO-EDUCATIVO NA IMPRENSA FEMININA
BRASILEIRA DO SÉCULO XIX:
O PERIÓDICO *A MULHER* (1881-1883)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação (PPGEdu), da Escola de Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), na Linha de Pesquisa Teorias e Culturas em Educação.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Edla Eggert

Porto Alegre, 31 de março de 2021.

Banca Examinadora

Prof^ª Dr^ª Clarisse Ismério
Universidade da Região da Campanha (URCAMP)

Prof. Dr. Pedro Savi Neto
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Prof^ª Dr^ª Constancia Lima Duarte
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

A todos aqueles que lutaram – e que ainda lutam! – por uma educação emancipadora.

AGRADECIMENTOS

Uma tese de doutorado, assim como qualquer trabalho acadêmico, é fruto de um esforço coletivo que se constrói, por meio da dialogicidade, em um processo no qual “os sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença, sobretudo, no respeito a ela” (FREIRE, 1996). Portanto, ainda que a autoria deste trabalho seja atribuída a mim, sob orientação da Prof^a Dr^a Elda Eggert, o processo de construção do mesmo contou com generosas e afetuosas colaborações (teóricas, metodológicas, afetivas) que, em diálogo permanente – nem sempre consoante e, por isso mesmo, enriquecedor –, me auxiliaram a construir este documento que, mais do que um trabalho exigido para a finalização de uma etapa acadêmica, representa um esforço no sentido de tentar oferecer aportes para a área da Educação, em especial à História da Educação e à História das Mulheres no Brasil.

Esse trabalho representa, ainda, para além de um produto final e acabado, um recorte que suscita e motiva um trabalho contínuo de reflexão e discussão por meio do estudo e da pesquisa. Desse modo, posso afirmar que este trabalho também representa um ato político e de resistência na medida em que, no contexto em que vivemos, temos nos deparado, cotidianamente e das mais diferentes formas, com falas, argumentos e atitudes que pretendem colocar em questão não apenas os avanços e ganhos na área da Educação, mas também os esforços e avanços oriundos da pesquisa científica no Brasil. Por isso, agradeço a todos aqueles e aquelas que, direta ou indiretamente, contribuíram de alguma forma para a realização desta pesquisa.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que, por meio da concessão de subsídio financeiro, proporcionou a minha dedicação exclusiva ao estudo e à pesquisa ao longo do período de doutoramento. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGEdu/PUCRS), sobretudo ao corpo docente e discente que, por meio da prática dialógica, me conduziu a reflexões significativas que me impulsionaram a sair da minha “zona de conforto intelectual” e a buscar novos caminhos e novas abordagens para pensar não apenas o meu objeto de pesquisa, mas, também, os desafios e as perspectivas da educação contemporânea.

Agradeço à Prof^a Dr^a Marília Morosini que esteve na minha banca de qualificação e de defesa de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do

Rio Grande do Sul (PPGEdu/UFRGS) e que me incentivou a dar continuidade aos meus estudos acadêmicos no Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGEdu/PUCRS).

Agradeço à Prof^a Dr^a Maria Inês Côrte Vitória, minha orientadora durante os primeiros três anos de doutorado, com quem partilho, entre outras coisas, o gosto pela Literatura, pela escrita e por viagens. Gratidão pelos momentos de partilha.

Agradeço à Prof^a Dr^a Edla Eggert, minha orientadora no último (e mais conturbado!) ano de doutorado. Agradeço a acolhida afetuosa, o respaldo intelectual e, sobretudo, o apoio emocional. Agradeço, principalmente, por ela cultivar uma “estética pedagógica”, marcada pela cor e pela alegria, e por nos motivar a sermos sujeitos críticos, mas, substancialmente, alegres, esperançosos e crentes de que uma mudança é, não apenas imaginável, mas possível.

Agradeço ao Grupo de Pesquisa “Educação, Gênero e Trabalho Artesanal”, coordenado pela Prof^a Dr^a Edla Eggert, que me permitiu vivenciar ricos momentos de trocas intelectuais e afetivas. Em um ano pandêmico que exigiu o isolamento social, a convivência, ainda que virtual, com o Grupo de Pesquisa proporcionou, através da escuta, do diálogo e da partilha, o estudo, mas, sobretudo, o fortalecimento dos laços solidários e a superação (ou, ao menos, a atenuação) das angústias acadêmicas, mas, também, daquelas oriundas da crise sanitária global que vem nos impactando de forma significativa.

Agradeço ao Prof. Dr. Alexandre Guilherme que, na condição de editor da Revista Educação Por Escrito (PPGEdu/PUCRS), me permitiu colaborar com a equipe deste periódico e enriquecer, ainda mais, a minha experiência acadêmica na pós-graduação.

Agradeço aos queridos amigos Arthur Poziomyck e Alexander Goulart pelas escutas, pelas partilhas e, sobretudo, pelas constantes palavras de apoio e carinho.

Agradeço aos meus pais, Elias e Sirlei Costa, pelo apoio incondicional e pelo incentivo à trajetória acadêmica.

Agradeço ao meu companheiro, Leandro Marczykoski, que tem me inspirado e me motivado na trajetória de vida (pessoal e acadêmica) e com quem partilhei as alegrias e, em especial, as angústias do último ano de doutoramento.

*Eu não estou interessado em nenhuma teoria
Nem nessas coisas do oriente, romances astrais
A minha alucinação é suportar o dia a dia
E meu delírio é a experiência com coisas reais
[...]
Amar e mudar as coisas me interessa mais.
Belchior*

*Não me venha com justificativas genéticas, sociológicas ou históricas ou filosóficas para explicar a superioridade da branquitude sobre a negritude, dos homens sobre as mulheres, dos patrões sobre os empregados. Qualquer discriminação é imoral e lutar contra elas é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar. A boniteza de ser gente se acha, entre outras coisas, nessa possibilidade e nesse dever de brigar. Saber que devo respeito à autonomia e à identidade do educando exige de mim uma prática em tudo coerente com este saber.
Paulo Freire*

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo investigar de que forma a atividade periodística feminina produziu engajamento político-educativo no contexto do Brasil do século XIX, considerando como fonte principal de pesquisa o periódico “A Mulher”, de autoria de Josefa Águeda Felisbela Mercedes de Oliveira e Maria Augusta Generoso Estrela, publicado entre 1881 e 1883. A investigação procurou trazer para o debate o contexto educacional oitocentista e suas implicações e os interditos para o acesso das mulheres à educação, especialmente à Educação Superior. Buscou, utilizando como metodologia os princípios da hermenêutica feminina, compreender como a escrita periódica feminina, enquanto fonte rica e original de pesquisa, inseriu-se nesse debate, opondo-se às formas de educação feminina que negavam às mulheres a emancipação – intelectual, política, econômica e social –, na segunda metade do século XIX. Buscou, igualmente, explorar a escrita periódica feminina como uma escrita autoral – produzida por e para mulheres – capaz de evidenciar capacidade intelectual e criativa por parte das mulheres oitocentistas e, ao mesmo tempo, capaz de promover engajamento através de uma escrita original, argumentativa e militante.

Palavras-chave: imprensa periódica feminina; educação feminina; educação superior; engajamento político-educativo.

ABSTRACT

This study aimed to investigate how female journalistic activity produced political-educational engagement in the Brazilian context of the 19th century, considering the journal “A Mulher”, by Josefa Águeda Felisbela Mercedes de Oliveira and Maria Augusta Generoso Estrela, published between 1881 and 1883. The investigation sought to bring to the debate the educational context of the nineteenth century and its implications and the prohibitions for women's access to education, especially to Higher Education. It sought, using the principles of female hermeneutics as a methodology, to understand how female periodic writing, as a rich and original source of research, entered this debate, opposing the forms of female education that denied women emancipation - intellectual, political, economic and social – in the second half of the 19th century. It also sought to explore female periodic writing as authorial writing – produced by and for women – capable of showing intellectual and creative capacity on the part of nineteenth-century women and, at the same time, with the ability to promote engagement through the original, argumentative, and militant.

Key words: women's periodical press; female education; college education; political-educational engagement.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Esquema 1. Linha do tempo.....	61
Figura 1. a) Capa do jornal “ <i>The New York Times</i> ” de 21 de julho de 1969; b) capa do jornal “O Globo” edição de 20 de julho de 1969.....	20
Figura 2. Detalhes da primeira edição do periódico “A Mulher”.....	64
Figura 3. Capa da edição de fevereiro de 1883 do periódico “A Mulher”.....	66
Figura 4. Maria Augusta Generoso Estrela (1860-1946).....	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Quantidade de trabalhos por área de conhecimento.....	55
Tabela 2. Categorias emergentes da construção do estado de conhecimento.....	56
Tabela 3. Quantidade de trabalhos cujo recorte temporal abarca o século XIX.....	58
Tabela 4. Corpus da pesquisa.....	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC – Associação Brasileira de Ciência

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

PPGEdu – Programa de Pós-Graduação em Educação

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO.....	16
1.1 DA CURIOSIDADE INGÊNUA À CURIOSIDADE EPISTEMOLÓGICA: A EMERGÊNCIA DA TEMÁTICA DE PESQUISA.....	16
1.2 DO RASCUNHO AO TEXTO FINAL: MINHAS ESCOLHAS.....	24
2 O PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	31
2.1 POR UMA (RE)ESCRITA DA HISTÓRIA: ROMPENDO OS “SILÊNCIOS”, DESVELANDO AS “FIGURAS ESCONDIDAS”	31
2.2 O PERIODISMO FEMININO ENQUANTO FONTE DE PESQUISA.....	46
2.2.1 O estado de conhecimento.....	55
2.2.2 O periódico “A Mulher” enquanto fonte de investigação.....	58
2.3 A CONSTRUÇÃO DA METODOLOGIA.....	67
3 ENGAJAMENTO POLÍTICO-EDUCATIVO NA IMPRENSA FEMININA BRASILEIRA DO SÉCULO XIX A PARTIR DA PERSPECTIVA DO PERIÓDICO A MULHER.....	75
3.1 DAS IDEIAS PRÉ-CONCEBIDAS ÀS IDEIAS AUTORAIS: A EDUCAÇÃO FEMININA NO BRASIL DO SÉCULO XIX.....	75
3.1.1 Entre o bisturi e a pena: duas estudantes de Medicina em Nova Iorque.....	82
3.1.2 Ideias e concepções pedagógicas em “A Mulher”	88
3.2 PALAVRA ESCRITA: DA APROPRIAÇÃO À RESISTÊNCIA.....	96
3.3 O PERIODISMO FEMININO DO SÉCULO XIX: A ESCRITA PRODUZIDA POR E PARA MULHERES.....	107
3.4 ESCRITA, MILITÂNCIA E ENGAJAMENTO: A INSERÇÃO NO ESPAÇO PÚBLICO ATRAVÉS DA PALAVRA ESCRITA.....	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124

INTRODUÇÃO

A presente tese de doutorado tem por objetivo investigar de que forma a atividade periodística feminina produziu engajamento político-educativo no contexto do Brasil do século XIX, considerando como fonte principal de pesquisa o periódico “A Mulher”, de autoria de Josefa Águeda Felisbela Mercedes de Oliveira e Maria Augusta Generoso Estrela, publicado entre 1881 e 1883, em Nova Iorque (Estados Unidos) e Pernambuco (Brasil).

Para tanto, porém, destacamos, com o objetivo de melhor situar nosso leitor e prepará-lo para a leitura, que nosso trabalho de escrita foi organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo, procurei contextualizar a investigação, trazendo alguns aspectos de minha trajetória acadêmica na área da Educação e explicitando a maneira como fui me aproximando da temática de pesquisa. Procurei, ainda, evidenciar algumas escolhas – teóricas e mesmo de estilo de escrita – que empreendi ao longo do processo de elaboração deste texto.

No segundo capítulo, minha intenção foi a de evidenciar o percurso teórico-metodológico que foi trilhado ao longo do processo investigativo. Em se tratando de um trabalho da área da Educação e, mais especificamente, da História da Educação, campo que se utiliza de conceitos da História, senti a necessidade de trazer para o debate algumas perspectivas e abordagens dessa área para empreender uma tentativa de (re)escrita da História das Mulheres. Assim, neste capítulo procurei explicitar as perspectivas teóricas que serviram de base para fundamentar teoricamente a investigação, bem como procurei descrever como se deu o levantamento das fontes de pesquisa e a construção da metodologia que balizou o meu trabalho.

Por fim, o terceiro capítulo teve por objetivo aprofundar, a partir do ponto de vista feminino expresso no periódico “A Mulher”, a discussão acerca da imprensa feminina no contexto do Brasil do século XIX, procurando identificar de que maneira essa imprensa contribuiu para promover engajamento no que concerne à luta pelo acesso das mulheres oitocentistas à educação e, em especial, à Educação Superior.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO

É complicado pôr em palavras o que às vezes captamos no ar, as marcas silenciosas e cruéis que fazem você sentir que não pertence a algo – as pistas sutis que lhe dizem para não se arriscar, para achar sua gente e ficar quieta (Michelle Obama, 2018).

A epígrafe que inicia este capítulo elucidada, de forma poética, o que se desenvolve com frequência no processo de escrita, ou seja, exprime a dificuldade que temos de exprimir, através de palavras, nossos pensamentos e nossas experiências. No caso da escrita de uma tese, esse processo de “pôr em palavras” adquire um grau de dificuldade ainda maior porque temos sido condicionados a pensar que a escrita de um trabalho acadêmico pressupõe neutralidade, distanciamento entre o sujeito e seu objeto de pesquisa.

No entanto, assim como uma investigação não surge do nada, a escrita, enquanto processo criativo e autoral, também não. Ela está intrinsecamente ligada às nossas experiências de vida, às nossas formas de ser e de estar no mundo, à nossa capacidade criativa e interpretativa. Portanto, neste capítulo, a intenção é a de expor ao leitor um pouco da minha trajetória acadêmica na área da Educação e apresentar a maneira como fui me aproximando com a temática de pesquisa que exploro neste trabalho, de que forma escolhi – e, de certa forma, fui escolhida por ela – para empreender minha investigação de doutorado.

1.1 DA CURIOSIDADE INGÊNUA À CURIOSIDADE EPISTEMOLÓGICA: A EMERGÊNCIA DA TEMÁTICA DE PESQUISA

Salvo exceções, uma tese não surge de maneira espontânea. Aliás, toda e qualquer explicação que tem a pretensão de recorrer aos fundamentos da “teoria da geração espontânea¹” nos parece, atualmente, algo curioso ou até mesmo impensável. E isso se dá porque temos, no presente, o entendimento que o saber científico é, antes de tudo, um processo de permanente construção que implica, além da ideia de inacabamento, a concepção de que o(a) pesquisador(a) está em um processo contínuo de (re)elaboração dos saberes, trilhando percursos nem sempre claros e/ou lineares.

Sendo assim, pontuo, desde o início da minha escrita, o entendimento de que o presente trabalho é fruto de uma construção, de uma ideia que foi sendo (re)elaborada ao longo do Curso

¹ A teoria da geração espontânea ou abiogênese considerava possível a formação espontânea de determinados seres vivos a partir do chamado “princípio ativo” que emergiria da matéria bruta.

de Doutorado em Educação, no Programa de Pós-Graduação da pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Essa ideia, por sua vez, emergiu como uma “curiosidade ingênua” que se transformou paulatinamente em uma “curiosidade epistemológica”, “criticizando-se [e] aproximando-se de forma cada vez mais metodicamente rigorosa do objeto cognoscível” (FREIRE, 1996).

No entanto, assim como “a promoção da ingenuidade para a criticidade não se dá automaticamente” (FREIRE, 1996), a própria “curiosidade ingênua” não surge de maneira espontânea. Pelo contrário, ela é fruto da curiosidade humana face às inquietações que permeiam nosso cotidiano e nossa própria existência. Ela é, portanto, gerada a partir da nossa intensa e inexplicável vontade de compreender e agir sobre a realidade que nos cerca, estando intrinsecamente ligada às nossas experiências de vida.

Nesse sentido, ao apresentar esta tese de doutorado em Educação, realizo um exercício reflexivo, garimpando na minha memória os elementos que haviam aguçado a minha curiosidade primeira, isto é, a minha “curiosidade ingênua”. Logo, o questionamento inicial que se impôs me conduziu a pensar em qual(quais) experiência(s) havia(am) aguçado a minha curiosidade para a temática de pesquisa que me propôs a explorar neste trabalho.

Por se tratar de uma pesquisa acadêmica, o ímpeto logo me sugeriu que eu buscasse na memória alguma experiência relacionada ao mundo universitário, ao Curso de Graduação em Pedagogia (PUCRS) ou ao Mestrado em Educação (PPGEdu/UFRGS). De fato, somos tentados a reconstruir nossa trajetória acadêmica a partir de uma narrativa linear como se as etapas de formação fossem fruto de uma trajetória estrategicamente pensada e, sobretudo, como se o objeto de estudo emergisse como um produto dado cuja aderência à temática de pesquisa fosse, por parte do pesquisador, imediata.

No meu caso, no entanto, a trajetória acadêmica – o Doutorado, em especial –, foi responsável pela transformação da “curiosidade ingênua” em “curiosidade epistemológica”, onde as ideias foram maturadas, o diálogo teórico estabelecido e o rigor metodológico desenvolvido. Contudo, a ideia primitiva e germinal que aguçou minha “curiosidade ingênua” e, por consequência, desencadeou o processo investigativo, emergiu longe da academia, de forma aparentemente despreziosa, em um contexto diverso.

E, nesse sentido, destaco esse aspecto e o incorporo à minha escrita, tomando por referência o vocábulo “escrevivência”, cunhado por Conceição Evaristo para quem a escrita nasce do cotidiano, das lembranças, das experiências de vida. Assim, parafraseando Evaristo

(2020)², me arrisco a afirmar que não apenas a escrita, mas também a pesquisa surge do nosso cotidiano, das nossas lembranças e, sobretudo, das nossas experiências de vida que fomentam e fermentam a nossa “curiosidade ingênua” face aos desafios e problemáticas cotidianos.

Sendo assim, confesso que a minha primeira aproximação com a temática que exploro neste trabalho se deu por meio da linguagem audiovisual quando, em 2019, tive a oportunidade de assistir, ao longo de uma viagem, ao filme “*Hidden Figures*” (2016). A obra cinematográfica é um drama biográfico baseado no livro homônimo da escritora estadunidense Margot Lee Shetterly e narra as trajetórias de vida de três mulheres cientistas afro-americanas: Katherine Johnson (1918-2020), Dorothy Vaughan (1910-2008) e Mary Jackson (1921-2005).

O enredo do filme se desenvolve no contexto da década de 1960 em que, sob o ponto de vista global, houve o acirramento das disputas entre os Estados Unidos e a União Soviética pela hegemonia global e pela conquista do espaço. Ao mesmo tempo, sob o ponto da realidade espaço-temporal específica em que as protagonistas estão inseridas, ou seja, os Estados Unidos dos anos 1960, o período foi marcado, concomitantemente, por tensões sociais decorrentes da segregação racial e pela emergência de diversos movimentos de contestação e de luta por direitos civis por parte dos afro-americanos.

Trabalhando para a *National Aeronautics and Space Administration* – NASA, as três cientistas retratadas no filme tiveram que enfrentar inúmeros desafios profissionais inerentes aos seus campos de conhecimento – Matemática, Física, Engenharia e Informática – que, à época, estavam sendo criados e/ou aprimorados. Além desses desafios, outros mais se impunham em igual ou maior grau de complexidade tais como aqueles referentes às questões de gênero nos espaços laborais e acadêmicos e, sobretudo, aqueles relativos às questões étnico-raciais.

Apesar de ser inspirada em fatos e histórias de vida reais, a obra cinematográfica em questão não é uma cópia exata do real e possui, além de apelo estético, a inserção de elementos ficcionais e apresenta características narrativas próprias da sétima arte. No entanto, conforme destaca o pintor e poeta suíço Paul Kleen (1879-1940), “A arte não reproduz o que vemos. Ela nos faz ver”. E nesse sentido, posso afirmar que a experiência de assistir a um filme, tomado como produto e manifestação artísticos, me permitiu “(re)ver” e problematizar algumas questões que já haviam sido trabalhadas no Mestrado em Educação.

² EVARISTO, Conceição. Comunicação Oral (2020). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R6SphzeDzVw&t=1s&ab_channel=PUCRS>. Acesso em: 28 jul. 2020.

A primeira grande questão que posso destacar refere-se ao trinômio “gênero-raça-classe” e sua complexa relação com a educação. É impossível não pensar – tanto em contexto estadunidense (tal qual retratado no filme), mas, sobretudo, no contexto brasileiro – no papel que a educação desempenhou e desempenha na sociedade; as relações de poder que entremeiam os processos educativos e que atingem os diferentes sujeitos sociais; as concepções pedagógicas que vêm sendo disseminadas através de diferentes discursos e projetos político-pedagógicos ao longo do tempo para diferentes sujeitos, classes e etnias bem como as implicações políticas, sociais e culturais decorrentes desses discursos.

Uma segunda reflexão impulsionada pelo filme diz respeito à questão “gênero e ciência”. No enredo do filme, as três protagonistas são profissionais das áreas de Matemática, Física, Engenharia e Informática que, apesar de especialistas nas suas respectivas áreas e com empregos formais em uma agência de prestígio, tiveram que enfrentar um duplo interdito ao longo de suas trajetórias acadêmico-profissionais.

O primeiro desses interditos se refere ao acesso à educação e, em especial, à Educação Superior que, nesse período, quando não era expressamente restrita às mulheres, contava com poucas mulheres, sobretudo mulheres pretas. O segundo interdito que teve que ser superado foi aquele que dificultava e/ou vetava às mulheres o estudo e o exercício de atividades dentro das Ciências Exatas – áreas tradicionalmente “masculinas” nas quais as mulheres eram vetadas sob o argumento de incapacidade ou inferioridade intelectual.

Por fim, porém não menos importante – e talvez o aspecto que mais tenha me impactado e suscitado a minha reflexão –, diz respeito ao próprio título da obra cinematográfica: “*Hidden Figures*” (“Figuras Escondidas”, em tradução livre para o português)³. Na narrativa apresentada pelo filme temos o “desvelamento” de três “figuras escondidas” que, apesar de terem contribuído com seus trabalhos para o desenvolvimento e o aprimoramento de tecnologias espaciais, tiveram seus protagonismos negados ou velados por um longo tempo⁴.

De fato, inúmeras foram as pessoas – homens e mulheres – que contribuíram para o desenvolvimento da tecnologia espacial nos diversos projetos desenvolvidos pela NASA, porém é interessante notar como, dentro da(s) narrativa(s) histórica(s), as personagens femininas tiveram seus nomes e/ou feitos “*hidden*” (“escondidos”) seja através da negação de

³Em português, o título do filme foi adaptado para “**Estrelas além do tempo**”, no Brasil, e “**Elementos secretos**”, em Portugal.

⁴A figura mais conhecida, entre as três cientistas afro-americanas retratadas no filme, é Katherine Johnson (1918-2020) que, em 2015, recebeu a Medalha Presidencial da Liberdade, tendo seu nome citado como exemplo pioneirismo na ciência, tecnologia, engenharia e matemática. Já, em 2016, Em 2016, ela foi incluída na lista das cem mulheres mais inspiradoras e influentes pela BBC.

seus protagonismos, seja através da generificação patriarcal que propõem um “sujeito histórico universal”. Este, por sua vez, adquire um caráter impessoal sob uma pretensa neutralidade e universalidade do gênero masculino, afinal foi “o homem” quem chegou à Lua – homem, branco e estadunidense! –, conforme podemos verificar na capa de diferentes jornais na década de 1960 (**Figura 1**).



Figura 1. a) Capa do jornal *The New York Times* de 21 de julho de 1969; b) capa do jornal *O Globo* edição de 20 de julho de 1969⁵. Tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, a chegada à Lua é anunciada e comemorada através da imprensa como sendo uma realização e/ou conquista protagonizada pelo “homem”, sujeito histórico universal.

Cabe atentar, ainda, para o fato de que esse “sujeito histórico universal” se mantém “seja [na] história da América Latina, da Europa, dos Estados Unidos”, como personagem central – senão único! – da(s) narrativa(s) histórica(s) visto que a escrita da história vem sendo produzida “como se os importantes processos de industrialização, urbanização, modernização e até de reprodução da população acontecessem, aparentemente, sem a participação, ou mesmo a presença, do sexo feminino” (HAHNER, 1981, p. 15).

Telles (1999, p. 12-13) reforça essa ideia ao afirmar que “o material encontrado em arquivos, os documentos oficiais e outros enfatizam quase exclusivamente acontecimentos de interesse das elites, em que o homem branco é quem sobressai”. E, quando não tem como deixar de registrar a participação feminina, a(s) narrativa(s) histórica(s)

[...] o fazem como se estas agissem individualmente, como loucas, prostitutas, enfim, desajustadas. Tenho a impressão de que só chamam de heroínas, o que é raríssimo, aquelas que fizeram um ato corajoso mas ao lado dos seus maridos ou, num gesto extremo, deram a vida para salvar os homens (TELLES, 1999, p. 13).

Aliás, corroborando esse entendimento, podemos citar, a título de exemplificação, o fato de que, quando falamos em “corrida espacial”, os nomes que são recorrentemente lembrados e, por consequência, citados – inclusive que figuram nos livros didáticos e, portanto, ensinados –

⁵Jornal *O Globo*. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/projeto-apollo-leva-humano-lua-em-1969-armstrong-da-passo-historico-9195266#>>. Acesso em 10 set. 2020. *Jornal The New York Times*. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2009/07/14/science/space/14mission.html>>. Acesso em 10 set. 2020.

são todos de homens. Apreendemos na escola ou pelo menos já ouvimos falar dos astronautas estadunidenses Neil Armstrong (1930-2012), Michael Collins (1930-) e Buzz Aldrin (1930-), tripulantes da missão Apollo 11 que realizou o primeiro pouso na Lua, em 1969. O nome do astronauta russo Yuri Gagarin (1934-1968), o primeiro ser humano a viajar pelo espaço a bordo da espaçonave Vostok 1, em 1961, também é frequentemente lembrado/citado. Porém, pouco se fala da astronauta russa Valentina Tereshkova (1937-) que foi a primeira mulher a ter ido ao espaço, em 1963, na nave Vostok 6.

Apesar do pioneirismo, Tereshkova permanece como uma personagem histórica pouco conhecida e, portanto, pouco citada/lembrada/ensinada (ao menos no Ocidente). Por consequência, temos a impressão de que as grandes conquistas espaciais assim como inúmeros outros marcos históricos foram todos protagonizados por homens. E essa “impressão” acaba por se cristalizar nas mentalidades através do tempo, contribuindo para a criação e difusão de um discurso histórico androcêntrico que “esconde” inúmeras personagens femininas, fadando-as ao esquecimento e impossibilitando que as tenhamos como fonte de inspiração, especialmente para as futuras gerações.

Sendo assim, posso afirmar que a experiência de ter assistido ao filme “*Hidden Figures*” (2016), para além de um momento de deleite e/ou lazer, despertou a minha curiosidade e me impulsionou a pensar sobre as “figuras escondidas” de nossa história, afinal, conforme nos adverte Hahner (2003, p. 23), “até muito pouco tempo, as atividades das mulheres brasileiras não tinham recebido, de um modo geral, mais do que uma atenção bastante medíocre dos estudiosos brasileiros”.

Dessa forma, quando não temos a completa ausência da figura feminina da(s) narrativa(s) histórica(s), temos trabalhos de “caráter mais impressionista que factual”, ou seja, trabalhos que constituem “apreciações genéricas sobre as contribuições das mulheres para a sociedade brasileira” cujos textos contêm “afirmações que perpetuam crenças preconcebidas sobre a natureza feminina” (HAHNER, 2003, p. 23). Em ambos os casos, no entanto, o resultado é o mesmo: temos uma história repleta de figuras escondidas e/ou estereotipadas.

“Quem seriam as ‘figuras escondidas’ de nossa história?”. Eis a pergunta que aguçou a minha curiosidade primeira! E, em se tratando de pesquisadora na área da Educação, um segundo questionamento somou-se ao primeiro: “quais seriam as relações e implicações dessas ‘figuras escondidas’ no campo educacional?”. Por fim, um terceiro questionamento – de caráter impositivo – emergiu: “o quê eu, enquanto pesquisadora da área da Educação, poderia fazer para contribuir com o ‘desvelamento’ dessas ‘figuras escondidas’?”.

Nesse sentido, entre 2014 e 2016, no Mestrado em Educação, eu já havia ensaiado algumas reflexões sobre a temática “mulheres e educação” ao defender a dissertação intitulada “O acesso da mulher à Educação Superior na UFRGS”, sob orientação do Prof. Dr. Alceu Ravello Ferraro, na linha de pesquisa “História, Memória e Educação”, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Foi nesse período que, dentre as diferentes fontes materiais coletadas e utilizadas na pesquisa, entrei em contato com alguns periódicos brasileiros do século XIX de autoria feminina que reivindicavam, entre outras questões, a “emancipação do sexo feminino” e o acesso das mulheres à educação. Na ocasião, porém, os periódicos foram uma das diversas fontes utilizadas na pesquisa, mas não constituíram a fonte principal nem foram objeto de um estudo mais aprofundado. No entanto, o contato com os periódicos despertou uma curiosidade que, embora latente, ficou, por um longo período, adormecida.

Ao ingressar no Doutorado em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em 2017, a proposta inicial não era a de dar continuidade ao trabalho do Mestrado, mas de trabalhar a temática do engajamento estudantil (*student engagement*) na Educação Superior. Contudo, quando, em 2019, eu assisti ao já referido filme “*Hidden Figures*” (2016), emergiu o desejo de retomar a temática “mulheres e educação”, sobretudo no sentido de procurar “desvelar” algumas das inúmeras “figuras escondidas” de nossa história e de trazer à tona a luta feminina pelo acesso à educação.

Posso afirmar, ainda, que, para além de um desejo pessoal de retomar uma temática que sempre me foi cara, houve o despertar de uma espécie de “compromisso ético-social” que me desafiou, enquanto pesquisadora da área da Educação, a conduzir uma investigação cujo produto intelectual pudesse gerar uma devolutiva social, contribuindo, de fato, com a problematização de questões que permeiam os processos educacionais que abarcam, inclusive, a igualdade de gênero na educação.

Assim, em diálogo com minha então orientadora, Prof^a Dr^a Maria Inês Côrte Vitória, comecei a ensaiar uma primeira aproximação com algumas de nossas “figuras escondidas”, isto é, mulheres escritoras, sobretudo periodistas brasileiras do século XIX que visavam, através de seus escritos, promover engajamento em favor da educação feminina, incluindo o acesso das mulheres oitocentistas à Educação Superior.

Com o desligamento da Prof^a Maria Inês do PPGEdu (PUCRS), em dezembro de 2019, passei a ser orientada pela Prof^a Dr^a Edla Eggert que não apenas acolheu a minha proposta de trabalho como também me incentivou a retomar os estudos de gênero no sentido de explorar e

aprofundar as relações e/ou implicações entre “mulheres, educação e imprensa”, no contexto brasileiro do século XIX.

Nesse contexto de redefinição de temática de pesquisa, o trabalho com o periodismo feminino brasileiro do século XIX passou a ser visto como uma possibilidade investigativa na medida em que seria possível retomar um rico material com o qual eu já havia entrado em contato na ocasião do mestrado e que me agradava sobremaneira. Aliás, destaco esse elemento – o fato de a temática e as fontes de pesquisa terem me agradado –, pois considero que a pesquisa, assim como os processos de ensinar e aprender, “não podem dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria” (FREIRE, 1996) – esta, por sua vez, intrinsecamente ligada à identificação com a temática de pesquisa.

Ademais, ao recorrer à produção periódica feminina do século XIX, o aspecto autoral desse material chamou a minha atenção por se tratar de algumas mulheres escrevendo para mulheres sobre temáticas e problemáticas nas quais elas estavam implicadas, incluindo as questões educacionais. E esse aspecto autoral torna-se justamente relevante e passível de investigação justamente porque, conforme nos advertem Duby e Perrot (1994, p. 9), “os tênues vestígios que [as mulheres] nos deixaram provém não tanto delas próprias”, pois os registros históricos foram sendo concebidos por aqueles que sempre detiveram a prerrogativa da palavra bem como a legitimidade e a visibilidade social necessárias para se fazer ouvir. Por consequência, a história foi – desde longa data – sendo produzida sob o ponto de vista androcêntrico, contribuindo para a reprodução e a consolidação de visões errôneas, excludentes e/ou estereotipadas, sobretudo no que se refere às minorias – incluindo-se aí as mulheres.

Trazer à tona um material produzido por e destinado a mulheres contribui para o desvelamento de algumas “figuras escondidas” de nossa história ao mesmo tempo em que (re) conta a História sob o ponto de vista feminino, atribuindo visibilidade, capacidade criativa e protagonismo a personagens que são comumente silenciadas ou que têm suas vozes reproduzidas – e, portanto, (re)interpretadas, (re)contadas e (re)escritas – por uma concepção androcêntrica de ser, estar e interpretar o mundo. Ao recorrermos ao periodismo feminino, estamos, portanto, recorrendo a “fontes que emanam [das mulheres], nas quais se pode ouvir suas vozes diretamente” (PERROT, 2015, p. 25).

Além disso, por intermédio dessa escrita produzida por algumas das periodistas brasileiras do século XIX, tomamos conhecimento dos projetos educativos concebidos para as mulheres e das concepções de educação que elas tinham para si próprias. Em um contexto em que a educação feminina reduzia-se a saberes mínimos cujo fim único era o de preparar as meninas para o espaço privado – para o desempenho das funções de “madresposa”

(LAGARDE, 2005) –, algumas autoras procuraram engajar, através da escrita periódica, a opinião pública para o acesso irrestrito das mulheres à educação.

A educação, sob o ponto de vista dessas periodistas engajadas, era vista como uma condição *sine qua non* para a emancipação feminina, diferenciando-se, assim, das concepções pedagógicas e dos projetos educativos vigentes e concebidos pelas autoridades políticas e pedagógicas do Brasil do século XIX que pretendiam justamente o contrário. Ou seja, a dita intelectualidade oitocentista – masculina e androcêntrica – sustentava uma concepção de educação feminina que procurava reforçar o *status quo* social no qual as mulheres não gozavam de autonomia política, econômica, social e intelectual e estavam submetidas à tutela masculina.

Desvelar essas escritas e trazer a público as reflexões que delas emergem me parece, portanto, imprescindível na medida em que desvelam algumas de nossas “figuras escondidas” que contribuíram, justamente através da apropriação da escrita e do exercício da produção periodística autoral, para o acesso das mulheres à educação.

Se atualmente as mulheres representam cerca de 55% dos estudantes matriculados nos cursos de graduação (modalidade presencial)⁶, esses números devem ser vistos não como fruto de um acaso, mas como o resultado de uma luta histórica que necessita ser evidenciada e cujas personagens precisam ser “desveladas”.

1.2 DO RASCUNHO AO TEXTO FINAL: MINHAS ESCOLHAS

Conforme evidenciei anteriormente no meu texto, este trabalho germinou a partir de uma inquietação pessoal – que denominei de “curiosidade ingênua” – no sentido de “desvelar” algumas das “figuras escondidas” de nossa história, especialmente aquelas que contribuíram para que as mulheres pudessem ter acesso à educação ao promoverem engajamento político-educativo através da escrita periódica, no contexto do século XIX.

Para que essa minha “curiosidade ingênua” se transformasse em “curiosidade epistemológica” e, portanto, adquirisse rigorosidade teórica e metodológica – características inerentes à pesquisa científica –, foi necessário estabelecer um percurso metodológico no qual precisei enfrentar alguns desafios, definir alguns conceitos e fazer algumas escolhas.

Aliás, se, de acordo com Pinsky (2015, p. 11), “o momento, agora, é de fazer com que um público mais amplo tenha acesso às descobertas dos historiadores”, cabe-nos, no entanto, o

⁶ Dados referentes ao Censo da Educação Superior brasileira de 2018, com base nas Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

seguinte questionamento: “como fazer isso?”. As abordagens teóricas e metodológicas são inúmeras, mas a preferência por uma determinada perspectiva está diretamente relacionada à(s) filiação(ões) teórica(s) de cada pesquisador visto que cada sujeito “[traz] consigo pressupostos e preferências que atuam na seleção das fontes, na leitura da bibliografia e nas construções das explicações” (FONTOURA, 2016, p. 256).

E foi justamente por isso que senti a necessidade de explicitar, neste subtítulo, algumas escolhas – especialmente as escolhas conscientes – que fiz ao longo do processo investigativo com o intuito de esclarecer o leitor o “como” quero contar esse meu recorte da história das mulheres. Uma vez que “não existe conhecimento inteiramente neutro” e que “todas as pesquisas de quaisquer áreas do conhecimento, partem de determinados interesses dos pesquisados e sempre entrarão em conflito com diferentes visões” (FONTOURA, 2016, p. 257), cabe, portanto, evidenciar alguns elementos que compõem a minha “subjetividade” enquanto pesquisadora.

No que tange à minha escrita, escolhi me posicionar, ao longo do texto, em primeira pessoa enquanto sujeito que analisa um objeto, mas que também se coloca no processo de construção do conhecimento. Partilho, assim, do pensamento de Collins (2019, p. 12) que atenta para a “necessidade de [se] reconciliar subjetividade e objetividade na produção acadêmica”.

Assim como a autora, “inicialmente, eu acreditava que seria impossível combinar minha formação [...] ‘objetiva’ e minhas experiências cotidianas como mulher [...]”, porém, reconciliar, ao longo do processo de escrita, “o que fomos treinadas a ver como opostos – uma reconciliação assinalada pela inclusão de mim mesma no texto, usando ‘eu, ‘nós’ e ‘nosso’, em vez de termos mais distantes, como ‘elas’ ou ‘uma’ – foi libertador” (COLLINS, 2019, p. 12).

E essa liberdade de se colocar no texto não se deve apenas pelo rompimento com a rigidez acadêmica e pela descoberta de um estilo de escrita próprio. A escrita em primeira pessoa implicou, para mim, um maior envolvimento com a temática e, também, o estabelecimento de uma ponte de diálogo com as autoras do século XIX que se colocavam de maneira ativa nos seus escritos, utilizando construções em primeira pessoa e dirigindo-se diretamente aos seus leitores: a subjetividade que contribui para a objetividade da comunicação.

É como se eu assumisse um legado e desse – ou ao menos tentasse dar – continuidade às reflexões iniciadas por essas autoras, assumindo posições políticas e ideológicas mobilizadas por elas e me engajando no processo de construção do conhecimento. Afinal de contas, conforme nos ensina Spivak (2010, p. 126), “a mulher intelectual como intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio”.

Aliás, esse engajamento se faz necessário na medida em que encontramos, na atual conjuntura social/econômica/política/ideológica, um ambiente desfavorável – e porque não dizer “hostil” – à produção acadêmica e, sobretudo, à produção científica empreendida por mulheres. Sendo assim, me colocar, nesse texto, também significa dar continuidade a uma luta e é, portanto, um ato de resistência.

No que diz respeito ao referencial teórico, optei, sempre que possível, por trabalhar com “autoras” e, preferencialmente, “autoras brasileiras”. Essa escolha se deve, em parte, porque acredito que, em se tratando de um trabalho que busca “desvelar” algumas “figuras escondidas” e contribuir para a (re)escrita da história das mulheres, elas são justamente os sujeitos que detêm – ou pelo menos deveriam deter – “o lugar de fala” (RIBEIRO, 2017).

Assim, considerando essa perspectiva, atentamos para o que nos ensina Ribeiro (2017, p. 42) ao afirmar que

[o]s saberes produzidos pelos indivíduos de grupos historicamente discriminados, para além de serem contra discursos importantes, são lugares de potência e configuração do mundo por outros olhares e geografias.

Dessa forma, a escolha consciente por “autoras” significa, para além de um contradiscurso, uma tentativa de decolonização do pensamento no sentido de reivindicar capacidade intelectual e, portanto, autoral, rompendo com o androcentrismo que, assim como nos demais aspectos da vida cotidiana, também se manifesta no espaço acadêmico e na produção de conhecimento científico. Aliás, parece haver uma “abundância, e mesmo um excesso, de discursos sobre as mulheres; avalanches de imagens, literárias ou plásticas, na maioria das vezes obras dos homens”, porém ignora-se quase sempre o que as mulheres pensam a respeito, suas impressões, sensações, problematizações e, em especial, suas produções (PERROT, 2015, p. 22).

Já, a escolha por “autoras brasileiras” significa, por sua vez, uma tentativa de decolonização do próprio pensamento acadêmico. Ou seja, apesar de eu ter recebido, ao longo de meus anos de formação acadêmica, forte influência do pensamento feminista francês⁷, preferi, neste trabalho, recorrer, sempre que possível, à produção acadêmica brasileira, pois, como nos alerta Hollanda (2019, p. 9),

⁷ Minha primeira aproximação com o feminismo se deu através da célebre obra de Simone de Beauvoir “O Segundo Sexo” (1949) ao mesmo tempo em que a história das mulheres foi lida e interpretada sob a perspectiva de Michelle Perrot. Cabe citar, ainda, que morei, por um breve período, em Montauban, França – cidade natal de Olympe de Gouges (1748-1793), a autora da “Declaração dos Direitos da Mulher”, de 1791.

é curioso observar, embora com certa tristeza, que os estudos de gênero nas universidades e centros de pesquisa brasileiros são marcados fortemente por bibliografias e referências anglo-americanas e eurocêntricas. Mesmo hoje, em plena explosão feminista, ainda não é praxe que nossas pesquisas e estudos incluam como eixo teórico o pensamento feminista brasileiro.

Esse meu entendimento, alia-se, portanto, “a emergência dos debates feministas interseccionais” por meio dos quais “começamos a reconhecer a importância de pensadoras latino-americanas e mestiças, como se autodenominam as intelectuais chicanas [...] e latinas” que procuram trazer para os debates acadêmicos atuais “a perspectiva decolonial com suas sérias ressalvas às teorias de caráter eurocêntrico” (HOLLANDA, 2019, p. 9).

Essas teorias definiam uma “agenda feminista” baseadas nos pressupostos de um feminismo eurocêntrico e ocidental que não levava em consideração os demais olhares e contextos. Foi apenas recentemente que as teorias feministas eurocêntricas passaram a serem revistas e os demais feminismos, juntamente com suas demandas específicas, passaram a serem considerados nos debates acadêmicos contemporâneos – o que tem contribuído para a decolonização do pensamento feminista e a produção de conhecimentos próprios e, conseqüentemente, originais.

Essa minha escolha por “autoras brasileiras” reflete, também, o entendimento de que, para se estudar uma determinada realidade, é preciso historicizar os fatos, os sujeitos, bem como os conceitos no sentido de verificar as condições particulares e os contextos sociais e históricos em que foram estruturados (HOLLANDA, 1994).

Logo, optar pelos estudos de Mary Del Priori não significa refutar e/ou desprezar as contribuições de Michelle Perrot para a (re)escrita da história das mulheres – e que foram amplamente exploradas ao longo desta pesquisa –; pelo contrário, significa compreender que as experiências vivenciadas pelas mulheres oitocentistas brasileiras foram diferentes daquelas das francesas e, portanto, demandam um arcabouço teórico que leve em consideração as suas especificidades. Assim como não queremos um “sujeito histórico universal” que se auto-intitula “o homem”, não pretendemos, igualmente, adotar uma generificação reducionista que simplifica – ainda que utilizada no plural – as múltiplas identidades femininas sob a alcunha de “as mulheres”.

A escolha por “autoras brasileiras” reflete, igualmente, uma tentativa de explorar, divulgar e, sobretudo, valorizar a produção acadêmica e científica de docentes e pesquisadoras brasileiras. Aliás, se, na Educação Básica, as mulheres representam 80% dos docentes; na

Educação Superior, porém, elas representam 45,5% dos docentes⁸ – ainda que elas representem 54% dos estudantes de doutorado no Brasil⁹.

Ademais, a chamada “elite da pesquisa científica” do nosso país é majoritariamente masculina e as mulheres representam apenas 24% dos beneficiários do subsídio do governo brasileiro concedido aos cientistas mais produtivos do país – a bolsa produtividade concedida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq. Já, na Academia Brasileira de Ciências – ABC, a representatividade feminina é ainda menor: apenas 100 dos 718 titulares são mulheres, o que corresponde, em percentuais, a 13,9% do total¹⁰.

Por fim, destaco que essa escolha é política, fruto de um aprendizado que tive ao longo da pesquisa. Ao entrar em contato com diferentes periódicos femininos do século XIX – minhas fontes materiais de pesquisa –, pude notar uma recorrência interessante: sempre que possível as autoras oitocentistas faziam referência umas às outras.

Em muitas publicações, é possível perceber uma rede de solidariedade e cooperação na qual as autoras se autorreferenciavam, anunciando as publicações umas das outras, o surgimento de um novo periódico feminino, o lançamento do livro de uma companheira de escrita, a citação de uma colaboração em um ou mais periódicos, etc. – todos esses eventos anunciados, comemorados e partilhados com entusiasmo.

Porém, as referências não se restringiam às conquistas no “plano das letras”, pois também pude notar, ao longo da investigação, que as periodistas anunciavam com igual entusiasmo as conquistas acadêmicas e profissionais de outras mulheres. Há destaque para os ingressos em universidades – e, sobretudo, para as formaturas – além do anúncio de serviços profissionais realizados por mulheres, tais como o de atendimentos médicos realizados exclusivamente por mulheres médicas.

Ao que me parece – e já adiantando algumas considerações das análises que virão no decorrer do texto –, as periodistas oitocentistas já praticavam o que atualmente é chamado de “sororidade”, ou seja, elas partilhavam o sentimento que une as mulheres em uma rede de solidariedade, empatia e companheirismo. Referenciar a nossa produção feminina significa,

⁸ Portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-na-educacao-superior-brasileira/21206>. Acesso em 07 out. 2020.

⁹ DE NEGRINI, Fernanda. Mulher na ciência no Brasil: ainda invisíveis? Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/177-mulheres-na-ciencia-no-brasil-ainda-invisiveis>>. Acesso em 07 out. 2020.

¹⁰ SENA, Victor. Elite da pesquisa científica no Brasil é masculina. Disponível em: <<https://arte.estadao.com.br/focas/capitu/materia/elite-da-pesquisa-cientifica-no-brasil-e-masculina>>. Acesso em 07 out. 2020.

portanto, também dar continuidade, através da escrita, a esse legado visto que a luta pela igualdade é, ainda, uma pauta de permanente batalha.

Trago, também, a justificativa de minha escolha por manter, nas citações que utilizei ao longo do texto, o texto original – conteúdo e, principalmente, forma – dos periódicos utilizados, não realizando nenhuma tradução e/ou adaptação para o português atual. Essa escolha se deve, principalmente, porque, não sendo da área de Letras, tive o receio de que, ao empreender um trabalho de atualização linguística, o texto pudesse acabar perdendo a sua originalidade. Como a nossa intenção é a de evidenciar o trabalho autoral de mulheres periodistas, nada mais coerente do que manter seus escritos originais.

Por fim, gostaria de chamar a atenção para a utilização do vocábulo “engajamento” visto que, atualmente, ele vem sendo apropriado e empregado em diferentes contextos – especialmente no mundo virtual. Ademais, no contexto educativo, a palavra engajamento – ou *student engagement* – vem sendo empregada com certa recorrência para se referir à recorrente preocupação por parte das instituições de ensino – especialmente as de Educação Superior – em atrair, manter e motivar seus estudantes, garantindo a permanência e/ou fidelização de seu público.

No entanto, de acordo com o dicionário Michaelis¹¹, o vocábulo “engajar”, que possui origem francesa e não inglesa, possui diferentes significados que vão além da motivação para a permanência dos estudantes nos espaços escolares:

engajar. en.ga.jar (etimologia fr. *engager*)

1. Contratar ou ser contratado para prestar algum tipo de serviço; 2. Alistar-se no serviço militar, geralmente com a intenção de profissionalizar-se; 3. Arrebanhar adeptos para uma causa política, social, filosófica etc.; 4. Abraçar um ideal filosófico, social, político etc. e lutar por ele; 5. Alinhar-se a determinada ordem de ideias ou de ação coletiva; pôr-se a serviço de uma causa.

Ao analisarmos a trajetória das periodistas brasileiras do século XIX, percebemos, no entanto, que suas escritas procuravam ir além da simples motivação, pois elas pretendiam, através de suas ideias e especialmente através seus escritos, arrebanhar adeptos para lutar em defesa de uma causa política e social, ou seja, lutar pelo direito das mulheres à educação – e em especial à Educação Superior.

Engajar, nesse contexto, significava, portanto, pôr-se a serviço de uma causa e lutar para que a opinião pública pudesse ser mobilizada em favor desse ideal. Havia, portanto, uma

¹¹ Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/engajar/>>. Acesso em: mar. 2021.

intencionalidade que envolvia aspectos motivadores subjetivos, mas, também, que implicava uma luta no sentido de denunciar e militar em defesa de um ideal coletivo.

Portanto, quando, ao longo deste trabalho, utilizamos a palavra “engajamento” ou o verbo “engajar”, pretendemos nos referir ao significado mais complexo desses vocábulos e ao seus usos no sentido político, de militância e de mobilização para uma causa.

2 O PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Porque ainda há silêncios e porque esta história ainda está por ser feita, e contada, é que ela é tão necessária. Se há, ainda, tantas questões e perguntas é porque esta história se abre para novas histórias e para novas maneiras de fazer a história da mulher e das mulheres (DEL PRIORI, 2014).

No primeiro capítulo nossa intenção foi a de apresentar uma primeira aproximação com o objeto de pesquisa, indicando, fundamentalmente, como se deu a minha aderência à temática de pesquisa e como foi se desenhando, ao longo de minha trajetória, meu problema de pesquisa. Já, neste capítulo, nossa intenção é a de evidenciar o percurso teórico-metodológico que foi trilhado ao longo do processo investigativo. Nossa intenção é explicitar as perspectivas teóricas que serviram de base para fundamentar teoricamente a nossa investigação, bem como explicitar como se deu o levantamento das fontes de pesquisa e a construção da metodologia.

Em se tratando de um trabalho da área da Educação, mas que dialoga fundamentalmente com o campo da História, julgamos pertinente explorar e trazer para a discussão algumas questões originárias deste campo para podermos melhor compreender e explorar nosso objeto de estudo. Também procuramos abordar como se deu a coleta, a seleção e a análise das fontes de pesquisa, destacando as características e especificidades que envolvem o trabalho com periódicos, sobretudo aqueles escritos por e para mulheres no contexto do Brasil do século XIX. Por fim, procuramos explorar as etapas de construção da metodologia de pesquisa que guiou este trabalho e que se fundamenta, basicamente, na hermenêutica feminista para ler e interpretar os fatos históricos, sugerindo uma nova abordagem para o trabalho investigativo na área da Educação.

2.1 POR UMA (RE)ESCRITA DA HISTÓRIA: ROMPENDO OS “SILÊNCIOS”, DESVELANDO AS “FIGURAS ESCONDIDAS”

A autora Michelle Perrot, referência e uma das autoras pioneiras do campo da história das mulheres, aborda, repetidamente, em suas produções a questão do “silêncio” das mulheres na história. Para essa autora, as mulheres ficaram, por muito tempo, fora do relato histórico, “como se, destinadas à obscuridade de uma inenarrável reprodução, estivessem fora do tempo, ou pelo menos, fora do acontecimento. Confinadas no silêncio de um mar abissal!” (PERROT, 2015, p. 16).

Na obra “As mulheres ou os silêncios da história”, esse “silêncio” é ainda mais evidenciado e explorado por Perrot. Começando pelo próprio título da obra, a autora francesa afirma a existência de “um oceano de silêncio”, pois, no que diz respeito às mulheres, “o silêncio é um mandamento reiterado através dos séculos pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento” (PERROT, 2005, p. 9). Sendo assim, podemos inferir que, seja no espaço público seja no espaço privado, as mulheres, desde a Antiguidade, vêm sendo silenciadas através da ação de diferentes instituições e agentes sociais – família, Estado, Igreja.

Mary Del Priori, por sua vez, historiadora brasileira, organizadora da obra “História das mulheres no Brasil” e autora de diversas obras sobre a temática, retoma, em alguns de seus textos, a questão do “silêncio” das mulheres na história, fazendo ecoar a metáfora utilizada por Perrot. No entanto, no texto intitulado “História das mulheres: as vozes do silêncio”, Del Priori, traz um elemento novo e, de certa forma, mais ativo para contrapor esse “silêncio”, ou seja, a autora não fala apenas do “silêncio”, mas, também, dá destaque para “as vozes”.

Enquanto Perrot (2005, p. 10), ao se referir às formas de contestação utilizadas pelas mulheres para romper com o silêncio, utiliza palavras mais tênues como, por exemplo, “sussurros”, “murmúrios”, “insinuações”; Del Priori (2014), por seu turno, nos fala de “vozes”, palavra que nos remete à ideia de emissão vocal e, portanto, a um som um pouco mais forte do que um “sussurro” e que nos conduz, igualmente, à ideia de “fala” e mesmo de “comunic(ação)”.

Del Priori (2014, p. 217) nos lança, ainda, a seguinte reflexão:

Mas como ouvir suas vozes [das mulheres], extraindo-as do limbo da memória, tirando-lhes o próprio limbo? Como melhor legitimar este campo de pesquisas, abrindo-o à crítica externa, colocando em termos históricos uma diferença de sexos, pouco estudada pela historiografia que era produzida, então? Como dar destaque à diferença de sexos e às mulheres, quando essas eram tradicionalmente vistas como espectadoras do teatro no qual se defrontavam seus mestres e senhores, os homens?

Considerando, portanto, tanto os “sussurros” quanto as “vozes”, é possível pensarmos que os “silêncios” das mulheres na história estão muito mais ligados à(s) construção(ões) da(s) narrativa(s) histórica(s) do que aos próprios sujeitos. Se, por um lado, “os dominados podem sempre esquivar-se, desviar as proibições, preencher os vazios do poder, as lacunas da História. Imagina-se, sabe-se que as mulheres não deixaram de fazê-lo” (PERROT, 2005, p. 10), seja através de seus “sussurros” e/ou de suas “vozes”; por outro lado, no entanto,

[...] o território do historiador manteve-se durante muito tempo, exclusividade de um só sexo. Paisagem marcada por espaços onde os homens exerciam seu poder e seus

conflitos, empurrando para fora destes limites os lugares femininos (DEL PRIORI, 2014, p. 217).

Percebemos, dessa forma, que as mulheres sempre estiveram presentes na história, porém suas “vozes” foram, através do tempo, continuamente “silenciadas” por meio da elaboração de narrativa(s) histórica(s) construídas sob o ponto de vista androcêntrico. (Re)escrever a história das mulheres é “sair do silêncio em que elas estavam confinadas” (PERROT, 2015, p. 16). E isso implica, necessariamente, “ajustar” os nossos ouvidos para escutarmos suas “vozes” e, por consequência, desvelarmos e trazermos à tona as “figuras escondidas” da história e, sobretudo, de nossa história, afinal, conforme Del Priori (2014, p. 225), as mulheres “sempre [estiveram] lá todo o tempo”.

No entanto, o trabalho de (re)escrever a história, “ajustando” o ouvido e o olhar para ouvir as “vozes do silêncio” e ver/desvelar as “figuras escondidas”, requer o rompimento com o paradigma historiográfico tradicional. Este, por sua vez, refere-se ao paradigma que foi elaborado, ao longo do século XIX, com vistas de organizar o saber histórico como um saber científico. De acordo com Janotti (2008, p. 11), na segunda metade do século XIX, ocasião em que a História começa a se afirmar como disciplina acadêmica,

[...] foram estabelecidos parâmetros metodológicos cientificistas rígidos orientadores da crítica interna e externa das fontes escritas, arqueológicas e artísticas, priorizando investigações sobre a importância da autenticidade documental, porquanto a concepção dominante na historiografia era de que a comparação de documentos permitia reconstituir os acontecimentos passados, desde que encadeadas numa correlação explicativa de causas e consequências.

Ao referir-se ao paradigma historiográfico tradicional, Peter Burke, na obra “A escrita da história: novas perspectivas”, atenta para seis aspectos que, em linhas gerais, caracterizaram esse paradigma. Cabe trazer para nossa discussão esses aspectos, pois foi justamente esse paradigma que orientou, por um longo período, o fazer historiográfico e, por consequência, influenciou – e ainda influencia de certa maneira – as nossas formas de “ouvir” e “ver” o mundo.

Aliás, conforme nos adverte Burke (1992^a, p. 15), “nossas mentes não refletem diretamente a realidade. Só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos”. Compreender, portanto, esse paradigma torna-se imprescindível para podermos ler e interpretar a(s) narrativa(s) bem como as fontes que foram utilizadas para a escrita da história.

Logo, o primeiro aspecto citado por Burke (1992a) refere-se ao fato de que, de acordo com o paradigma tradicional, a história referia-se essencialmente ao aspecto político. Sendo

assim, aspectos sociais e/ou culturais, por exemplo, não tinham relevância para a escrita da história visto que o aspecto político, bem como a ação individual e coletiva dos Estados-Nação, eram os únicos aspectos dignos de análise e, por isso, dignos de serem registrados como História.

O segundo aspecto que caracteriza o paradigma historiográfico tradicional diz respeito ao fato de que os historiadores tradicionais entendiam a história como uma mera narrativa dos acontecimentos. Não havia, por isso, uma preocupação com a análise das estruturas sociais, pois o trabalho do historiador reduzia-se fundamentalmente a traçar uma narrativa que pudesse explicar os acontecimentos históricos de forma linear, lógica e objetiva. Era o “tempo linear”, representado pela “linha do tempo” que apontava para um futuro de inegável progresso e de desenvolvimento.

O terceiro aspecto, citado por Burke (1992a, p. 12), refere-se ao fato de que a história tradicional oferecia uma visão da sociedade “de cima para baixo”, ou seja, sempre se concentrando “nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos. Ao resto da humanidade foi destinado um papel secundário no drama histórico”.

Em quarto lugar, segundo o paradigma tradicional, a história deveria estar baseada em documentos. Estes, por sua vez, para serem considerados fontes materiais dignas de pesquisa, deveriam ser registros oficiais, preferencialmente emanados do governo e preservados em arquivos públicos. O documento escrito e oficial era, assim, a única fonte fidedigna e passível de investigação, descartando-se todo e qualquer outro tipo de registro ou fonte.

O quinto aspecto que caracteriza o paradigma tradicional refere-se ao fato de que a análise das ações individuais constituía a abordagem preferencial. Sendo assim, não se considerava, para a narrativa histórica tradicional, os demais aspectos – econômicos, políticos, sociais – que compunham uma determinada conjuntura, pois o fato histórico era analisado levando-se em consideração apenas a(s) ação(ões) de um único indivíduo – preferencialmente aquela(s) de um líder de Estado ou as de um “herói nacional”. Construía-se, pois, a ideia de que esses personagens agiam sempre de maneira individual, não sofrendo influências do contexto no qual estavam inseridos.

Por fim, o sexto aspecto que caracteriza o paradigma historiográfico tradicional diz respeito à concepção de que a história deveria ser uma ciência objetiva. Assim como as Ciências Naturais, a História – enquanto uma ciência – deveria reger-se pelos mesmos princípios e, portanto, deveria estar isenta de toda e qualquer subjetividade, pois a tarefa do historiador era, segundo os postulados de Leopold Von Ranke (1795-1886) – o “pai da História Científica” – a de apresentar aos leitores os fatos “como eles realmente aconteceram”.

A partir dessa breve exposição sobre as principais características do paradigma historiográfico tradicional, é possível percebermos que essa “forma” de se “fazer história” contribuiu, de maneira significativa, para que as mulheres fossem silenciadas e/ou invisibilizadas na(s) narrativa(s) histórica(s). E, mais do que isso, contribuiu para que o masculino sobrepujasse o feminino, saindo sempre como o grande “vencedor” e, portanto, inscrito na trama dos fatos históricos, cristalizando-se na memória coletiva, enquanto que o feminino,

[...] desaparecia duas vezes: uma primeira vez, sob a dominação efetiva do poder masculino e sua lenta integração a um papel que lhe foi imposto. Uma segunda vez, escondida pela memória coletiva e política que não fazia surgir das sombras do evento masculino (DEL PRIORI, 2014, p. 225).

Ao privilegiar os documentos oficiais como fonte de pesquisa e ao centrar o foco de análise nos grandes personagens e nos aspectos políticos, o paradigma tradicional colocava em evidência e dava voz somente àqueles que circulavam nos espaços públicos e/ou que exerciam, ainda que simbolicamente, o poder. As mulheres, no entanto, que sempre foram confinadas ao espaço privado – e mesmo dentro dele submissas –, eram figuras cuja existência e atuação não seriam passíveis de análise e, portanto, de narração, pois

[...] elas aparecem menos no espaço público, objeto maior da observação e da narrativa, fala-se pouco delas e ainda menos caso quem faça o relato seja um homem que se acomoda com uma costumeira ausência, serve-se de um masculino universal, de estereótipos globalizantes ou da suposta unicidade de um gênero: A MULHER (PERROT, 2005, p. 11).

Sendo assim, sob o paradigma historiográfico tradicional, as mulheres, quando inseridas na(s) narrativa(s) histórica(s), acabavam sendo retratadas através de discursos, imagens e representações que refletiam as concepções que haviam sido elaboradas sobre e para elas. A imagem do feminino era, então, sempre produzida a partir de um olhar masculino, “ignorando-se quase sempre o que as mulheres pensavam a respeito, como elas as viam ou sentiam” (PERROT, 2015, p. 22).

As mulheres cujos nomes eram considerados passíveis de serem inseridos nos registros históricos eram quase sempre aquelas que apresentavam um comportamento social e moral condizente com o modelo de representação originado a partir do imaginário androcêntrico. Ou seja, as “heroínas” eram, geralmente, mulheres que dedicavam suas vidas ao celibato e/ou à vida religiosa; rainhas piedosas que se abstinham dos assuntos políticos para se dedicarem à oração e à caridade; mulheres corajosas que lutavam, ao lado de homens, pelos interesses de

seu senhor/rei; mães de família exemplares que cumpriam com os seus “destinos naturais” de esposas e mães, contribuindo, assim, para o progresso da nação. enfim, “tentar-se-á escrever uma apologia que visa enaltecer a mulher para melhor submetê-la” (DEL PRIORI, 1992, p. 59).

Podemos perceber, pois, que o feminino, quando evocado na história, sob a perspectiva tradicional, se dava para justificar, legitimar ou exemplificar comportamentos esperados e socialmente aceitos. Quando, porém, o comportamento das mulheres fugia do padrão idealizado, elas eram simplesmente “apagadas” da história ou, pior do que isso, elas eram descritas como “transgressoras”, “loucas”, “doentes”, “ímorais”, “hereges”, “desajustadas”, “histéricas”, “putas” – enfim, os adjetivos negativos parecem infundáveis. Elas eram, pois, os “maus exemplos” cuja memória cabia ser lembrada para inibir comportamentos – sempre para amedrontar, jamais para inspirar!

A ausência de registros, por sua vez, contribuiu para justificar e/ou legitimar a construção dessas imagens e representações que pesavam sobre as mulheres uma vez que as únicas fontes de pesquisa consideradas passíveis de análise eram os documentos oficiais. Neles, elas eram “apagadas” não apenas através de estereótipos e generificações, mas também por meio de estatísticas – quase sempre assexuadas.

Quando solteiras, elas eram “escondidas” sob o sobrenome do pai; quando casadas, adquiriam o do marido e perdiam, até mesmo no nome, um dos principais signos identitários, ou seja, a sua identificação social de individualidade. Quando se fazia menção delas nos registros oficiais, elas eram frequentemente nominadas como “esposa de...”. Sendo grande parte delas analfabetas, elas não podiam, igualmente, assinar o próprio nome.

Dos poucos registros que as mulheres que sabiam ler e escrever produziram de “próprio punho”, dentre os quais correspondências, diários, bilhetes e notas, pouco restou, seja pela ação social e sexualmente seletiva dos arquivos públicos que faziam a “triagem” dos materiais que poderiam ser arquivados; seja pela própria autodestruição.

Impregnados de subjetividade e de uma visão particular e feminina do mundo, esses registros não constituíam, contudo, fontes fidedignas passíveis de consulta para o discurso oficial. Ao mesmo tempo, os registros femininos significavam, para as suas próprias produtoras, materiais muito íntimos para serem compartilhados ou cujo conteúdo era, segundo concepções que haviam sido internalizadas, insignificante para a coletividade e, portanto, deveriam ser destruídos. Dessa forma,

[...] muitas mulheres, no outono de suas vidas, punham suas coisas em ordem, selecionavam a correspondência, queimavam as cartas de amor – ainda mais quando havia o risco de que atentassem contra a sua honra – destruíam o seu diário,

testemunha de emoções, esperanças e sofrimentos passados que convinha fazer calar. Para que se expor inutilmente à curiosidade indelicada ou à incompreensão de olhares indiscretos? (PERROT, 2015, p. 30).

Esse paradigma historiográfico tradicional, cujas bases científicas foram concebidas no século XIX, ditou a maneira de se “fazer história” até o início do século XX. A partir de 1929, quando os historiadores franceses Lucien Febvre (1878-1956) e Marc Bloch (1886-1944) publicaram a primeira edição da revista “*Annales d’histoire économique et sociale*”, emergiu um novo paradigma historiográfico. Os historiadores que se reuniram em torno da publicação “formavam um grupo reativo ao panorama tradicional estabelecido, engajado em romper os limites da história positivista imperante e expandir as fronteiras do estudo histórico” (MARCZAL, 2016, 47).

A “Escola dos *Annales*” – como ficou conhecido esse movimento de renovação histórica – trouxe uma série de problematizações à historiografia tradicional ao defender uma nova dinâmica de abordagem do passado, reavaliando o papel do historiador e sua pretensa objetividade e lançando um novo olhar sobre o entendimento do que poderiam ser “fontes históricas” e os seus métodos de análise.

De acordo com Marczal (2016, p. 85), o amadurecimento e a expansão das ideias da Escola dos *Annales* possibilitaram a “consolidação de uma nova forma de fazer história que se tornou dominante na França e logo virou um ponto de referência para as pesquisas e a produção historiográfica nos mais diversos espaços”. Aliás, com relação a esse aspecto, cabe destacarmos que, no Brasil, a Escola dos *Annales* acabou influenciando fortemente o pensamento historiográfico brasileiro, visto que, ao longo do século XX, boa parte dos grandes nomes de nossa historiografia teve parte de sua formação marcada por uma ou mais passagens pela França.

Ademais, Fernand Braudel (1902-1985), um dos mais importantes representantes da Escola dos *Annales*, tido como um dos mais destacados discípulos de Febvre e Bloch, “fez parte da chamada *missão francesa*, que ajudou a constituir a Universidade de São Paulo (USP)” (MUNIAGURRIA; ZOREK, 2017, p. 89). Assim, o longo da década de 1930, Braudel viveu alguns anos em São Paulo, ministrando aulas na recém-fundada Faculdade de Ciências e Letras da USP – uma das primeiras faculdades criadas na nova universidade –, logo,

Em função da relação tradicional dos intelectuais brasileiros com a França, somada aos contatos pessoais e institucionais facilitados por Braudel e outros historiadores dos *Annales*, a presença dessa produção no Brasil, foi marcante desde seu início. Por isso, os historiadores dos *Annales* são, até hoje, referência obrigatória em nossa historiografia (MUNIAGURRIA; ZOREK, 2017, p. 89).

Dentre as principais inovações propostas pela Escola dos *Annales* que contribuíram para uma nova maneira de se “pensar” e de se “fazer” história, está a recusa de posturas científicas que pretendiam uma história objetiva, linear e isenta de toda e qualquer subjetividade, pois Febvre e Bloch “defendiam o caráter particular das Ciências Humanas, que não podiam ser regidas por leis” (JANOTTI, 2008, p. 12).

Os pioneiros da Escola dos *Annales* reconheciam, também, a necessidade de uma estreita colaboração entre as disciplinas sociais, estimulando o diálogo e o debate críticos, e, portanto, rompendo com o paradigma das fronteiras fechadas e imutáveis. Justamente por acreditar que as novas abordagens que propunham necessitavam de novos métodos e técnicas de pesquisa, a Escola dos *Annales* pretendia a interdisciplinaridade como premissa de trabalho, divulgando “trabalhos recentes de autores de outras áreas” com o objetivo de um diálogo cada vez mais amplo com a sociologia, a economia, a geografia, a demografia, a psicologia social e a antropologia (JANOTTI, 2008, p. 12).

Diferentemente do paradigma historiográfico tradicional que propunha uma “história-narração” – na qual os fatos eram narrados de maneira cronológica, privilegiando os aspectos políticos –, a Escola dos *Annales* propunha uma “história-problema”, ou seja, “as fontes deveriam ser buscadas e interpretadas segundo as hipóteses que partiam do historiador”, sendo que “todas as atividades humanas deveriam ser consideradas com a mesma importância” (JANOTTI, 2008, p. 12-13).

Sendo assim, é possível percebermos uma ampliação da perspectiva histórica na medida em que a Escola dos *Annales* se propunha a estudar as atividades humanas como um todo, isto é, rejeitava-se a exclusividade de uma história política e propunha o estudo das dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais a fim de se estudar a sociedade para além da dimensão política e, portanto, com maior profundidade e complexidade. Nesse sentido, Janotti (2008, p. 13) nos esclarece que, a partir dessa nova perspectiva lançada pelos *Annales*, “surgiram trabalhos importantes sobre aspectos econômico-sociais dos diferentes períodos, muitos deles centrados nas fontes advindas da cultura religiosa, da psicologia social, da cultura material e das teorias sobre memória social”.

Por fim, um último aspecto que cabe destacarmos sobre a Escola dos *Annales* diz respeito às fontes. Se, sob o paradigma historiográfico tradicional, as fontes passíveis de investigação eram apenas os documentos oficiais, a Escola dos *Annales*, por sua vez, ampliou o espectro dos subsídios pertinentes e, portanto, válidos de investigação. Assim, uma gama de fontes passou a ser considerada, tais como evidências orais, visuais e estatísticas. Embora as

fontes materiais escritas tenham se mantido como fontes privilegiadas de pesquisa, “verificou-se o acréscimo de imagens, entrevistas, filmes, materiais arqueológicos, mapas, listas de preços, dados estatísticos, demográficos, eleitorais etc.” (MARCZAL, 2016, p. 51).

Percebemos, portanto, que a Escola dos *Annales* lançou novas bases para o “fazer história”, representando uma ruptura de paradigma e reordenando o pensamento intelectual e a práxis historiográfica do século XX. Ao sair de uma “história-narração” e passar para uma “história-problema”, considerando a potencialidade das múltiplas fontes de pesquisa, poderíamos pensar que os *Annales* abriram, de imediato, para a possibilidade de construção de uma “história das mulheres”. No entanto, Perrot (2015, p. 19) nos adverte para o fato de que as mulheres permaneceram “marginais com relação à revolução historiográfica trazida pela escola dos *Annales*”. Ainda segundo a autora, apesar de bastante inovadora, essa escola

[...] rompeu com uma visão da história dominada pelo exclusivismo político. Mas o econômico e o social permaneceram como suas prioridades: seus pesquisadores não cogitavam da diferença dos sexos, que, para eles, não constituía uma categoria de análise (PERROT, 2015, p. 19).

A escola dos *Annales* não tinha uma preocupação ou uma intencionalidade específica em produzir uma “história das mulheres” tal como conhecemos atualmente – talvez, ainda, a ruptura com o paradigma historiográfico tradicional não tenha sido, num primeiro momento, total. Todavia, não há como negarmos que o novo paradigma proposto pelos *Annales*, ao entrar em contato com novas fontes e abordagens, abriu possibilidades para que as mulheres silenciadas na e pela história tradicional foram se “desvelando”, fazendo com que os seus “sussurros” fossem, paulatinamente, se transformando em “vozes” ininteligíveis.

Ao longo do século XX a Escola dos *Annales*, bem como a sua revista, passaram por inúmeras reformulações visto que o saber historiográfico foi sendo continuamente (re)elaborado¹², expandindo as possibilidades para a emergência de novas problemáticas, novas abordagens e novos sujeitos históricos – incluindo aí as mulheres. A segunda geração dos *Annales*, por exemplo, trouxe a história serial/quantitativa e a história demográfica, atentas aos vestígios econômicos e estatísticos.

Fernand Braudel, o principal representante dessa segunda geração, contribuiu, através de sua obra, para “sistematizar princípios metodológicos sobre os vários ritmos do tempo

¹² Como exemplo dessas modificações, podemos citar o fato de que a revista que deu origem à Escola dos *Annales* teve, ao longo de sua trajetória, cinco títulos: *Annales d'histoire économique et sociale* (1929-1939); *Annales d'histoire sociale* (1939-1942, 1945); *Mélanges d'histoire sociale* (1942-1944); *Annales: économies, sociétés, civilisations* (1946-1994); e *Annales: histoires, sciences sociales* (1994-).

histórico – longa duração, média e curta – correspondentes ao tempo geográfico, tempo social e tempo individual” (JANOTTI, 2008, p. 13), rompendo, portanto, com a ideia de uma única temporalidade como pretendia o paradigma tradicional. Posteriormente, as ideias lançadas por Braudel foram utilizadas para atribuir “a longa duração às estruturas, a média duração às conjunturas e a pequena duração aos acontecimentos, principalmente os sucessos políticos” (JANOTTI, 2008, p. 14).

No final da década de 1960, a Escola dos *Annales* passou por um novo movimento de renovação, reflexo das transformações sociais e culturais que estavam agitando não apenas a França como todo o mundo. O cenário que se delineava era marcado pela

[...] contestação da legitimidade do poder em todas as suas formas, revolta estudantil na França, ditaduras patrocinadas pelos Estados Unidos na América Latina, repressões nas repúblicas socialistas do Leste europeu, críticas ao stalinismo e a todas as violações de direita e de esquerda aos direitos humanos, recrudescimento de movimentos neo-anarquistas, reivindicações do movimento feminista e muitos outros –, os historiadores são chamados a voltar-se para as questões candentes do tempo presente (JANOTTI, 2008, p. 14).

Nesse contexto, houve a emergência de novos debates historiográficos e o início de uma terceira geração da Escola dos *Annales* que ficou conhecida como *Nouvelle Histoire* ou Nova História. O marco dessa terceira fase foi a publicação, em 1974, da coleção de três volumes intitulada “*Faire l’histoire*”, sob a direção de Jacques Le Goff (1924-2014) e Pierre Nora (1931-) e que pretendia divulgar “trabalhos de historiadores contemporâneos preocupados com novos problemas, objetos e abordagens” (JANOTTI, 2008, p. 14).

Apesar de se identificarem como integrantes de uma mesma escola de pensamento, os pesquisadores e autores da Nova História apresentavam interesses e temáticas de pesquisa variados, revelando uma dimensão interdisciplinar de suas perspectivas, abordagens, objetos e fontes. Assim, passaram a surgir trabalhos que versavam sobre o clima, o inconsciente, o mito, o cotidiano, as mentalidades, a língua, a saúde e as doenças, a opinião pública, a cozinha, o livro, a escrita, a família, a criança, etc. A questão cultural passou a ser enfatizada, com aproximações com a Antropologia, a Sociologia e mesmo a Psicologia, além de surgir uma atenção especial à dimensão simbólica das relações sociais e de poder, às mentalidades e ao imaginário coletivo e individual, pois se passou a pensar sobre

[a] maneira como os sujeitos em diferentes épocas e temporalidades articulavam sua relação com o real, visualizavam o mundo e compreendiam sua cultura, suas crenças, suas formas de pensar, de se comportar e agir. Do mesmo modo, também abria espaço para a análise das experiências individuais e coletivas das diversas formas como os sujeitos se representavam (MARCZAL, 2016, p. 80).

Novamente o conceito de fonte foi colocado em questão e, reavaliado, passou a incluir uma multiplicidade de documentos e materiais, tais como: mapas meteorológicos, processos, certidões (de nascimento, casamento, óbito), diários, biografias, romances, estudos psicanalíticos, estatísticas, ilustrações, caricaturas, jornais, manuais, fotografias, literatura médica, filmes, discursos, músicas, etc.

Importante atentarmos para o fato de que Burke (1992b, p. 63), ao analisar a terceira geração da Escola dos *Annales*, utiliza a expressão “do porão ao sótão” para expressar, metaforicamente, a mudança de foco de análise que muitos historiadores fizeram ao “deslocar o foco de análise da base econômica para a ‘superestrutura’ cultural”.

Se, sob o paradigma historiográfico tradicional, se pretendia uma história “de cima para baixo”, com ênfase nas grandes figuras históricas; e, se, sob a influência marxista, se passou a enfatizar a influência do aspecto econômico – estrutura –; a proposta dessa terceira geração visava fazer justamente o caminho inverso: pensar a partir “do porão”; dos indivíduos comuns, do povo, da plebe. As mulheres que, desde longa data, figuravam entre o povo miúdo, os até então “excluídos da história” (PERROT, 2006), passaram a figurar através das pesquisas que versavam sobre o casamento, a família, a infância, a sexualidade.

Cabe destacarmos, ainda de acordo com Burke (1992b), o fato de que foi justamente a partir da terceira geração da Escola dos *Annales* que as mulheres, enquanto historiadoras, passaram a fazer parte desse movimento historiográfico – até então ausentes nas outras duas gerações. Sendo assim, Burke (1992b, p. 62) nos traz alguns desses nomes, a saber:

Christiane Klapisch, que trabalhou sobre a história da família na Toscana durante a Idade Média e o Renascimento; Arlette Farge, que estudou o mundo social das ruas de Paris no século XVIII; Mona Ozouf, autora de um estudo muito conhecido sobre os festivais durante a revolução francesa; e Michelle Perrot, que escreveu sobre a história do trabalho e a história da mulher.

Foi nesse período, isto é, a partir da década de 1970, sob a influência do movimento feminista, que se passou a atentar para a invisibilidade das mulheres e a reivindicar uma (re)escrita da história que pudesse dar “voz” às “figuras escondidas”. Aliás, “os historiadores anteriores dos *Annales* haviam sido criticados pelas feministas por deixarem a mulher fora da história, ou mais exatamente, por terem perdido a oportunidade de incorporá-la à história de maneira mais integral” (BURKE, 1992b, p. 62).

A história social, a micro-história, a história cultural – perspectivas historiográficas que emergiram da terceira geração dos *Annales* – “havam obviamente mencionado as mulheres de

tempo em tempo” (BURKE, 1992b, p. 62), no entanto, a presença feminina se diluía entre “o povo”, “a arraia-miúda”, “os de baixo” (DEL PRIORI, 2014, p. 225). Elas poderiam até ser mencionadas e mesmo analisadas, mas o foco, de fato, das obras eram a família, a criança, o casamento, a sexualidade, etc.

Nesse sentido, Del Priori (2014, p. 220-221) atenta para o fato de que até 1970 se produzia uma história “pouco preocupada com as diferenças sexuais e em demonstrar a opressão, a exploração e a dominação que as mulheres sofriam e que as subjugava”, tal qual aquela almejada pelo movimento feminista. A história das mulheres “mais parecia um adendo à história geral; um ‘algo a mais’”, uma espécie de apêndice ou, ainda, uma “espécie de generosa esmola com que se premiava o nascente movimento feminista” (DEL PRIORI, 2014, p. 220-221).

Por volta da década de 1980, o mercado editorial percebeu que a história era uma literatura vendável, sobretudo a história social, a história cultural e a das representações. Percebeu-se, também, que havia espaço nesse mercado para as mulheres, aliás, “o poder masculino lhes cedera um lugar no ‘hit parade’ da história: elas vendiam, apareciam nas vitrines das livrarias” (DEL PRIORI, 2014, p. 224).

No entanto, cabe destacarmos o fato de que, esse relativo “sucesso” alcançado pelas mulheres dentro da história e da historiografia, não representou, de imediato, a constituição de um campo autônomo dentro da disciplina de História. As mulheres coabitavam com minorias étnicas, nacionais, religiosas ou sexuais em um grande guarda-chuva que pretendia congregar temáticas e dar conta da emergência de uma grande diversidade de sujeitos até então silenciados na e pela História.

A “história das mulheres”, enquanto campo autônomo, se constituiu, portanto, como fruto de uma inquietação particular muito mais ligada ao movimento feminista que, sob influência das obras da francesa Simone de Beauvoir (1908-1986) e da estadunidense Betty Friedan (1921-2006) – publicadas ainda na década de 1950 e 1960 respectivamente¹³–, lançaram, para a intelectualidade da década de 1970, as bases para se pensar a mulher na sociedade ocidental e, sobretudo, os mecanismos de dominação e exploração que historicamente pesavam sobre as mulheres.

¹³“O Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir, foi publicado em 1949; já “A Mística Feminina”, de Betty Friedan, foi lançado em 1963.

Dessa feita, não mais interessava trazer para o debate a participação das mulheres na história, era preciso pensar o porquê dos “silêncios” a partir das relações de poder estabelecidas socialmente entre homens e mulheres. Para tanto, porém, era necessário

[...] destrinchar a história de outra maneira, buscando nas atitudes e sensibilidades coletivas, nos fatos e práticas cotidianas, os espaços onde se abrigava a relação homem-mulher. Este olhar diferente obrigava, inicialmente, a identificar a mulher em cada lugar observável, e eles não eram poucos. Era preciso nomeá-la, reconhecê-la e compreender em que circunstâncias, nem sempre evidentes, ela foi espoliada na sua relação oficial com o mundo masculino. Explorada não por falta de presença, mas exatamente em função dessa presença (DEL PRIORI, 2014, p. 225).

Del Priori (2014), assim como Perrot (2015), sublinham, nesse processo de problematização e reformulação de saberes que impulsionou a criação e consolidação de uma “história das mulheres”, a importância da presença feminina, a partir da década de 1970, nas faculdades e universidades. Presença majoritária nas Ciências Humanas – tanto no exterior como no Brasil –, elas passaram a problematizar as questões que lhes diziam respeito, lançando novos olhares, propondo novas abordagens e metodologias de trabalho, dialogando com a Antropologia e a Sociologia.

Influenciadas sobretudo pela Nova História, mas também pelas abordagens que vinham sendo desenvolvidas na Inglaterra e Estados Unidos, as intelectuais brasileiras passaram a vasculhar “os escaninhos da vida social no Brasil colonial e imperial, e também republicano” (DEL PRIORI, 2014, p. 227). Dos inúmeros núcleos e grupos de pesquisa que foram criados nessa época, emergiram artigos, dissertações, teses, livros e revistas que pretendiam “auscultar as vozes femininas” a partir das

[...] histórias das concubinas, das prostitutas, das escravas rebeldes, das freiras, das lésbicas, das defloradas, das “malfaladas”, das pecadoras, das “doidas”, das pobres, das escritoras feministas. Devassavam-se processos de toda a ordem, lugar mesmo da transgressão. Interrogavam-se mulheres do Norte ou do Sul do país. Por outro lado, procuravam-se compreender a perseguição movida por algumas instituições de poder masculinas (a Inquisição, a Igreja, a magistratura, a polícia) (DEL PRIORI, 2014, p. 227).

Primeiramente como alunas, mas, posteriormente, na condição de docentes, essas mulheres que conseguiram aceder à Educação Superior, na década de 1970, passaram a ocupar cada vez mais o cenário das Ciências Humanas nas décadas de 1980 e 1990 – iniciando um processo de “feminização” da área. Valendo-se de suas posições acadêmicas, elas tomaram a tarefa intelectual como uma atividade política na medida em que se engajaram em um trabalho

de reconstrução da memória coletiva, procurando retirar o feminino das margens também na construção do conhecimento científico.

Além disso, se, inicialmente, essas acadêmicas haviam se inspirado e tomado de empréstimo métodos e técnicas “herdados” da tradição historiográficas; com o passar do tempo, elas procuraram desenvolvê-los e aplicá-los sob uma ótica feminina e feminista que visava superar a influência do “masculino universal” também com relação aos conceitos, métodos e técnicas no fazer científico, contribuindo para uma institucionalização dos estudos sobre a mulher (DUARTE, 2019).

Nesse sentido, a história oral passou a ser valorizada com o intuito de “ouvir a história vinda de baixo” uma vez que “tornava-se, então, indispensável reabilitar a subjetividade e introduzi-la na interpretação das fontes, ao nível do observado mas, também, do observador” (DEL PRIORI, 2014, p. 229). Assim,

[a] consciência de falar de um certo lugar – aquele, entre outros da opressão, da ocultação e mesmo aquele que separa pesquisadores de pesquisados – acabou por destruir a pretensa neutralidade da ciência histórica. Evocando a subjetividade do privado, a história oral ajudou a restituir-lhe a dimensão política, dando significação política aos discursos pessoais das mulheres. A oralidade permitiu, assim, resgatar a identidade e a vida daquelas que vivem no anonimato: dona de casa, solteironas, viúvas, empregadas, trabalhadoras, ou miseráveis. Quanto maior a sua opressão, tanto mais importantes dar-lhes voz [...] (DEL PRIORI, 2014, p. 229).

Mas não foi apenas através da história oral que as vozes femininas começaram a se fazer ouvir. Uma multiplicidade de fontes – até então descartadas e/ou esquecidas – passou a ser considerada passível de análise e, mais do que isso, de revisão. Tudo aquilo que havia sido deixado no “porão” da história passou a ser revirado, tirado do “baú” da nossa história; e, em especial, aqueles materiais que haviam sido produzidos pelas próprias mulheres: diários, cartas, livros de culinária, cadernos de notas, livros de prosa e poesia, jornais, etc. – registros cuja subjetividade não poderia ser negligenciada.

Podemos perceber, portanto, que, de um lado, emergiam trabalhos que pretendiam refletir sobre as representações das mulheres ao longo da história seja na literatura, na iconografia, nos discursos médicos, científicos, filosóficos, jurídicos, etc. De outro lado, no entanto, havia aqueles trabalhos que pretendiam versar sobre a história social das mulheres, analisando as suas atuações na e através da família, da economia, da demografia, etc. Havia, ainda, aqueles que pretendiam justamente explorar e (re)escrever a história das mulheres sob o ponto de vista feminino, através dos registros que elas mesmas haviam produzidos.

A partir da década de 1980, no entanto, a história das mulheres passou a contar com a emergência do conceito de “gênero” que, na década de 1970, havia influenciado os *Women’s Studies* nos Estados Unidos. Os “*Gender Studies*” trouxeram para os debates a ideia de que “homens e mulheres tornavam-se o produto de um processo de aculturação, eles eram, por assim, dizer, fabricados e não nasciam como se apresentavam socialmente” (DEL PRIORI, 2014, p. 232).

A célebre frase de Simone de Beauvoir – “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”¹⁴ – passou, então, a inspirar reflexões não apenas no sentido de reforçar o trabalho que vinha sendo construído pela história das mulheres, mas, também, tornou pertinente a investigação de como cada cultura, ao longo do tempo, criou e colocou em prática padrões de ação e de comportamento para os diferentes sexos e como estes foram internalizados e reproduzidos por diferentes agentes e instituições sociais.

A mulher não poderia mais ser estudada de maneira isolada, sem se considerar as relações de poder que se estabelecem entre homens e mulheres nas sociedades. Ademais, ampliou-se o entendimento de que a chamada “história das mulheres” não é a “história de todas as mulheres” uma vez que os conceitos de raça e classe social são imprescindíveis para a construção de uma análise crítica.

No início dos anos 1990, a história das mulheres – que sempre teve como característica a interdisciplinaridade – acabou se diluindo ainda mais na torrente de temáticas que emergiam então, sofrendo forte influência dos estudos culturais e dos estudos gays. O movimento feminista que tinha, anteriormente, contribuído para a construção e afirmação do campo, estava “assimilando novidades trazidas do exterior, subdivididas em interesses fragmentados das comunidades acadêmicas” (DUARTE, 2019, p. 45).

Atualmente, em tempos ditos “pós-modernos”, somos muitas vezes tentados a pensar que a história das mulheres é capítulo superado, um rascunho que já foi “passado a limpo” e cujas reflexões, apesar de pertinentes, não apresentam novas temáticas e problemáticas, afinal as mulheres, como comumente ouvimos dizer, “estão presentes em todos os setores da sociedade” – será?

¹⁴ “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um *Outro*. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada. Entre meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o Universo” (BEAUVOIR, 2009, p. 267).

Aliás, há quem defenda que “estes seriam tempos ‘pós-feministas’, pois as reivindicações [feministas] estariam – teoricamente – atendidas e ninguém ousa negar a presença das mulheres na construção social dos novos tempos” (DUARTE, 2019, p. 45). No entanto, conforme nos adverte Duarte (2019, p. 45), o prefixo “pós” não pode ser lido, interpretado e utilizado no sentido de algo “ultrapassado e fora de moda”, mas como uma fase subsequente de uma luta contínua que necessita constante reflexão.

Certamente, o feminismo incipiente da década de 1970 cresceu, amadureceu, “tomou corpo”. Ele se institucionalizou academicamente, gerou a produção de conhecimento – livros, artigos, congressos –, foi para a rua e ocupou espaços públicos. Aspirou e inspirou. Produziu conquistas. Debateu. Militou. Engajou. Fez história – e ainda faz!

Assim sendo, o nosso trabalho, atualmente, é justamente o de dar continuidade a essa luta histórica, procurando (re)escrever a história das mulheres não em “termos de erros ou de acertos sobre o seu passado”, muito menos através da narrativa “de heroínas ou mártires” – tal qual pretendia o paradigma historiográfico tradicional –; mas “através da submissão, da negociação, das tensões e das contradições que se estabeleceram, em diferentes épocas” (DEL PRIORI, 2014, p. 235). E, sobretudo, através de suas próprias “vozes”, pois “uma grande parte – e, sem dúvida, a mais apaixonante – de nosso trabalho [...] não consistirá no esforço constante para que as coisas silenciosas se tornem expressivas [...]?” (LEBVRE, 1953, p. 428).

Este trabalho tem, portanto, a pretensão de contribuir para a (re)escrita da história das mulheres no Brasil sob a perspectiva da luta histórica que elas empreenderam para ter acesso à educação. Queremos retirá-las do “porão da história” e escutar as suas “vozes”, através de um material produzido por elas mesmas, com o intuito de “desvelá-las”, produzindo, assim, uma nova narrativa que não pretende terminar na imutabilidade irreversível de em ponto final.

2.2 O PERIODISMO FEMININO ENQUANTO FONTE DE PESQUISA

Conforme explicitamos anteriormente neste texto, o paradigma historiográfico tradicional primava pela utilização de fontes materiais de pesquisa, isto é, pressupunha a utilização exclusiva de registros materiais e, principalmente, daqueles registros escritos, oriundos e conservados por instituições estatais e/ou oficiais cuja autenticidade e fidedignidade se colocavam como irrefutáveis.

Como a ideia que se tinha era a de que através das fontes seria possível “recriar” o passado “tal e qual” ele ocorrera, era importante para os historiadores filiados a esse paradigma tradicional que as fontes históricas fossem, além de oficiais, desprovidas de toda e qualquer

subjetividade e ambiguidade para que a “reconstrução” do passado pudesse ser a mais fiel possível.

De Luca (2012, p. 12) destaca, nesse sentido, o fato de que “predominava uma concepção de ciência ancorada na noção de fato, observação, experimentação, proveniente, sobretudo, da biologia e da física newtoniana”. E a História, que a essa época pretendia se firmar enquanto disciplina acadêmica e, principalmente, enquanto Ciência, acabou aderindo aos cânones estabelecidos pelas Ciências Naturais para elaborar regras e métodos para o levantamento, a coleta e a análise documental “capazes de fornecer resultados seguros, ancorados no levantamento exaustivo de documentos, submetidos à cerrada crítica, interna e externa, e apresentados numa narrativa que se pretendia objetiva e científica” (DE LUCA, 2012, P. 14-15).

Como consequência desse entendimento, utilizou-se, por um longo período de tempo, apenas os registros escritos, afinal a própria invenção da escrita havia sido utilizada como um marcador temporal significativo para dividir a História da Pré-História e para separar os povos ditos “civilizados” – que dominavam algum tipo de escrita – daqueles tidos como “bárbaros”, “pré-históricos” – que não utilizavam a escrita como meio de registro e comunicação – e, portanto, supostamente desprovidos de história e cujo passado era impossível de ser “recriado”.

Percebemos, portanto, que, sob esse paradigma historiográfico que primava pelas fontes materiais escritas, muito da cultura imaterial e da sabedoria popular de diversos povos, culturas e grupos minoritários acabaram se esvaindo com o tempo, pois esses saberes não eram considerados passíveis de narrativa e, especialmente, de uma narrativa oficial que pudesse figurar nos registros oficiais. Ademais, os portadores desses saberes eram normalmente pessoas comuns – e muitos deles eram mulheres! – que atuavam longe das esferas de poder e, que, por isso mesmo, tinham seus saberes questionados por estarem baseados no senso comum e na tradição e não no conhecimento empírico que caracterizavam uma Ciência de fato.

Além disso, sob o paradigma historiográfico tradicional, não bastava que a fonte histórica fosse escrita; era preciso que ela fosse, preferencialmente, “oficial” – produzida e conservada por órgãos oficiais –, tais como relatórios de ministérios, censos populacionais, registros demográficos, cartas emitidas por autoridades de Estado, etc., cuidadosamente conservados em bibliotecas e/ou órgãos de governo.

Assim, a partir do século XIX, quando a História se constituiu e se firmou como campo de conhecimento e disciplina acadêmica, “foram estabelecidos parâmetros metodológicos cientificistas rígidos orientadores da crítica interna e externa das fontes escritas, arqueológicas

e artísticas, priorizando investigações sobre a importância da autenticidade documental [...]” (JANOTTI, 2008, p. 11).

Ademais, “estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar atento” (DE LUCA, 2008, p. 112), pois era preciso considerar, para além do conteúdo ou da forma, aspectos como, por exemplo, a autoria e/ou a função e o impacto social exercidos por um determinado documento. Como consequência, estabeleceu-se que, para figurar no topo da hierarquia, convinha eleger aqueles documentos cujo conteúdo e autoria pudessem ser oriundos de uma fonte oficial e, por isso mesmo, passíveis de maior relevância e livres de toda e qualquer subjetividade que pudesse vir a “contaminar” o material. Assim, uma ata de uma reunião governamental era considerada muito mais relevante para pesquisa e documentação do que uma coleção de cartas – e, caso estas fossem escritas por uma mulher, o seu valor histórico certamente diminuiria ainda mais.

Corroborando esse entendimento, Carr (1996, p. 42-43) sublinha que “o fetichismo dos fatos do século XIX era completado e justificado por um fetichismo de documentos”, pois “[...] os documentos eram sacrário do templo dos fatos. O historiador respeitoso aproximava-se deles de cabeça inclinada e deles falava em tom reverente. Se [estava] nos documentos é porque [era] verdade”. Assim, para o paradigma historiográfico tradicional,

A história consiste num corpo de fatos verificados. Os fatos estão disponíveis para os historiadores nos documentos, nas inscrições, e assim por diante, como os peixes na tábua do peixeiro. O historiador deve reuni-los, depois levá-los para casa, cozinhá-los, e então servi-los da maneira que o atrair mais (CARR, 1996, p. 37).

Ainda com relação à constituição da História enquanto campo de conhecimento no século XIX, cabe destacarmos o fato de que essa disciplina, através de seu arcabouço teórico-metodológico, acabou atendendo a uma necessidade dos Estados-nação europeus – em processo de constituição e consolidação no século XIX. Ou seja, acabou atendendo à necessidade de “forjar, em cada cidadão, o sentimento de identificação para com a pátria” (DE LUCA, 2012, p. 13).

Era preciso, nesse sentido, “construir” uma narrativa histórica que fosse capaz de enaltecer os grandes fatos e feitos de uma nação, baseada na comprovação documental, de maneira a garantir “lealdade e adesão emocional dos habitantes” (DE LUCA, 2012, p. 14). Sendo assim,

a disciplina História [...], nasceu comprometida com esse projeto político e articulada com outras iniciativas no campo do patrimônio [...] terreno essencial de intervenção

do estado, que assumiu a responsabilidade de inventariar, conservar e difundir o passado da nação, num amplo investimento que demandava não apenas mão de obra especializada (restauradores, conservadores, inspetores, arquivistas, bibliotecários), mas um exército de funcionários que se ocupava de edifícios, palácios, monumentos, museus, arquivos, bibliotecas, enfim, de um legado cultural tido, ao mesmo tempo, como expressão da alma nacional, matéria-prima da identidade coletiva e testemunho dos feitos de outrora, que cumpria assegurar às gerações futuras (DE LUCA, 2012, p. 13-14).

Além disso, ainda de acordo com De Luca (2020)¹⁵, a decisão de o quê “guardar”, ou seja, de quais os vestígios que devem ser conservados, vem sendo, desde longa data, “marcada por uma percepção do que é socialmente valorizado num dado momento histórico”. E essa “decisão social” passa, necessariamente, por um “projeto de sociedade” que coloca em perspectiva “o quê uma determinada sociedade quer guardar e de como ela quer ser lembrada no futuro” (DE LUCA, 2020).

Por consequência, podemos perceber que as narrativas históricas foram – e ainda o são! – construídas de maneira intencional – um verdadeiro “campo de batalha” (DE LUCA, 2020) –, visando a construção de uma história linear e coerente, fortemente baseada nos aspectos políticos, almejando a (re)construção de um passado grandioso e, portanto, memorável, repleto de heróis nacionais. Porém, conforme nos adverte De Luca (2020), “mesmo os silêncios, as exclusões e/ou as depurações – que podem ou não ser intencionais – precisam ser atualmente considerados”.

A partir da década de 1930, no entanto, com o surgimento do movimento da Escola dos *Annales* e com o rompimento dos cânones que guiavam o fazer historiográfico tradicional, surgiram novas possibilidades para o trabalho com as fontes históricas que incluíam, entre outros aspectos, a incorporação de novos tipos de fontes materiais.

Ao deslocar o foco de atenção da “história-narração”, baseada em aspectos políticos, e passar para a formulação de uma “história-problema”, calcada em problemáticas e hipóteses de trabalho que consideravam, além dos aspectos políticos, os aspectos culturais e econômicos, por exemplo; as novas abordagens teóricas e metodológicas propostas pela Escola dos *Annales*, sugeriam a utilização de todo aquele material que havia sido negligenciado pelo paradigma historiográfico tradicional, tais como: imagens, relatos orais, vestígios materiais, produções cartográficas, dados estatísticos, etc.

¹⁵ Fala proferida pela Prof^a Dr^a Tania Regina De Luca na ocasião do I Seminário Virtual “A História e suas fontes: análises e perspectivas”, do Centro Universitário Internacional – UNINTER, na palestra intitulada “Fontes e Pesquisa em História”, proferida no dia 14 de outubro de 2020.

Aliás, a metáfora utilizada por Lucien Febvre (1878-1956), expoente da Escola dos *Annales*, expressa, de uma maneira poética, essa ideia de questionamento dos registros escritos oficiais e de busca e valorização de outros suportes documentais uma vez que, para esse autor, “a História se faz a partir de tudo o que a engenhosidade do historiador pode lançar mão para fabricar seu mel, na falta de flores usuais”.

As novas abordagens temáticas e metodológicas trazidas pela terceira geração da Escola dos *Annales* – também chamada de Nova História – impulsionaram a emergência de “uma miríade de questões antes ausentes do território da História” que incluíam, por exemplo, “o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, as festas, os filmes, os jovens e as crianças, as mulheres, aspectos do cotidiano” (DE LUCA, 2008, p. 113), e reviraram “o porão da história” (BURKE, 1992b) em busca de “vestígios” – e não mais em busca de “documentos”, apenas – que pudessem dar vez e voz àqueles que, desde sempre, haviam sido deixados à margem da história oficial.

De Luca (2008) salienta, além da onda de mudanças teóricas e metodológicas trazidas pela Nova História, a importância dos aportes trazidos pelo movimento de renovação histórica de cunho marxista que ficou conhecido como *New Left*¹⁶. Dentre os nomes de destaque desse movimento, sobressai aquele do historiador inglês Edward Palmer Thompson (1924-1993) na medida em que “ao propor que se adotasse a perspectiva dos vencidos, a história vista de baixo (*history from below*)”, o autor buscou trazer para o centro da cena a experiência de grupos e camadas sociais antes ignorados, inspirando “abordagens muito inovadoras, inclusive a respeito de culturas de resistência” (DE LUCA, 2008, p. 113-114).

Seja através das novas abordagens trazidas pela Nova História, seja pelas perspectivas inovadoras lançadas pela *New Left*, percebemos que as vozes até então silenciadas passaram a ser sutilmente ouvidas a partir da análise de vestígios que, ainda que produzidos por instituições oficiais na sua maior parte, falavam direta ou indiretamente sobre essas vozes ou, ao menos, nos davam pistas delas, tais como: registros civis; censos populacionais; dados demográficos; certidões de nascimento, casamento, batismo, óbito, etc.

Apesar desses registros serem quase sempre produzidos por instituições e/ou agentes oficiais, um trabalho crítico de análise passa, no entanto, a nos possibilitar ver para além do

¹⁶ O movimento político-intelectual conhecido como *New Left* ou Nova Esquerda reuniu uma série de nomes da intelectualidade inglesa marxista e foi de particular importância para a renovação historiográfica na medida em que seus autores buscavam “conferir maior relevância analítica a expressões culturais populares, atribuindo-lhes um peso maior nas configurações históricas de grupos sociais e políticos, bem como maior independência em relação ao determinismo atribuído aos fatores econômicos” (MARCZAL, 2016, p. 126). O principal meio de expressão e publicização das ideias do movimento se deu por intermédio da revista intitulada *New Left Review*, publicação lançada em 1960 e que se mantém ativa até os dias atuais.

“dado oficial bruto”. Isto porque mesmo uma simples lista de nomes, por exemplo, pode nos dar pistas das relações sociais, de poder e, sobretudo, das relações simbólicas estabelecidas em um determinado período e que implicaram diretamente nos critérios de registro (disposição dos nomes na página, ordem em que eles estão dispostos, observações e/ou anotações de rodapé, critérios de seleção, presenças e ausências, etc.).

Podemos perceber, portanto, que as novas abordagens historiográficas que impulsionaram o amadurecimento da História enquanto campo de conhecimento, passaram não apenas a considerar novas fontes de pesquisa, mas, sobretudo, a (re)ver as fontes tidas como tradicionais, isto é, os documentos oficiais – agora não mais tidos como portadores de verdades absolutas, mas como portadores de “vestígios” de um passado que pode e deve ser sempre questionado no qual as ausências nos falam tanto quanto as presenças.

Esse movimento de abertura para novas fontes de pesquisa e de revisão metodológica das fontes tradicionais, não se deu, contudo, de maneira rápida e unânime entre os estudiosos da área da História. Muitas fontes e abordagens metodológicas ainda continuaram à margem, consideradas subjetivas demais – como o caso da História Oral – ou consideradas fontes menos confiáveis, ingênuas às quais se deveria recorrer somente na falta de outro material mais confiável.

Nesse sentido, os periódicos, enquanto fonte de pesquisa, sempre foram vistos “sob suspeição” pelos historiadores (DE LUCA, 2008). Tidos como uma rica fonte de informação, eles não deixavam de ser considerados, contudo, fontes impregnadas de subjetividade e imparcialidade, pois um excerto poderia revelar informações importantes de um determinado período histórico, mas poderia, também, estar saturado de informações tendenciosas inseridas por um editor preocupado em mobilizar a opinião pública em favor de um determinado ponto de vista em meio à uma conjuntura maior.

O fato de a imprensa periódica brasileira ter se desenvolvido em um período de grande efervescência política – início do século XIX –, fez com que seu conteúdo viesse sempre com uma forte marca política, manifestando oposição ou apoio aos diferentes grupos políticos e ideológicos de então através de um estilo de escrita caracterizado como panfletário. E, justamente por essas características, é que a imprensa periódica era vista com cautela, pois, além das informações contidas, seria preciso considerar, para uma análise histórica de propriedade, uma série de elementos nem sempre possíveis de se averiguar tais como, por exemplo, as influências ocultas que eram exercidas, num dado momento, sobre um determinado órgão de informação; o papel desempenhado pela publicidade; as relações de poder estabelecidas entre a imprensa e o poder público, etc.

Por conta desses aspectos, surgiu um amplo rol de prescrições para o trabalho com os periódicos, enquanto fontes para a pesquisa histórica, que

[...] convidavam à prudência e faziam com que alguns só se dispusessem a correr tantos riscos quando premidos pela falta absoluta de fontes. Outros, por seu turno, encaravam as recomendações com grande ceticismo, uma vez que tomavam a imprensa como instância subordinada às classes dominantes, mera caixa de ressonância de valores, interesses e discursos ideológicos. Assim, ainda que por motivos muitos diferentes, tais leituras contribuía para alimentar o desprezo que os profissionais da área seguiam conferindo à imprensa (DE LUCA, 2008, p. 116-117).

É possível perceber, dessa forma, que o periodismo, enquanto fonte para a pesquisa histórica, sempre foi visto com certa cautela e utilizado como fonte suplementar, pois dele se extraíam dados e informações que serviam de argumentos para ratificar ou exemplificar um determinado ponto de vista do historiador. Os jornais jamais eram utilizados como fonte primária, mas como fonte confirmadora de estudos e análises apoiadas em outros tipos de documentação.

No entanto, de acordo com De Luca (2008, p. 118), o *status* da imprensa sofreu deslocamento fundamental a partir da década de 1970: “ao lado da História **da** imprensa e **por meio da** imprensa, o próprio jornal tornou-se **objeto** da pesquisa histórica”. Ou seja, até então, havia dois principais tipos de estudos que se utilizavam do periodismo: de um lado, havia aqueles que buscavam reconstituir a história da imprensa no Brasil, desde a sua fundação no início do século XIX, fazendo basicamente um “inventário” das publicações produzidas – era a história dos periódicos. De outro lado, havia aqueles estudos que tinham por objetivo utilizar os periódicos para deles extrair informações relevantes para pesquisas históricas que necessitassem de dados demográficos e/ou econômicos, por exemplo – era a história por meio dos periódicos.

A partir da década de 1970, contudo, surgiu um novo tipo de abordagem, pois a própria imprensa periódica passou a ser vista como objeto passível de estudo. No texto intitulado “História dos, nos e por meio dos periódicos”¹⁷, Tania Regina de Luca faz um breve levantamento dos trabalhos de peso que surgiram a partir de 1970 e que levaram em consideração o periodismo brasileiro enquanto objeto de estudo.

Dentre os diversos trabalhos que emergiram nesse período, a autora cita aqueles que se dedicaram ao estudo do periodismo advindo do movimento operário; aqueles que analisaram a imprensa anarquista que surgiu no seio do movimento de imigração (sobretudo italiano);

¹⁷ DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

aqueles que visavam analisar as revistas ditas “de variedades” e seus impactos ocorridos concomitantemente ao processo de expansão e urbanização conhecido por algumas capitais brasileiras no final do século XIX e início do XX; aqueles que investigaram as publicações dedicadas exclusivamente aos públicos feminino e infantil; aqueles que lançaram um olhar mais detalhado sobre as publicações de viés político e a sempre conturbada relação liberdade de imprensa-censura; aqueles estudos que visavam analisar a relação entre o periodismo e a literatura e aqueles trabalhos que versavam sobre os aspectos gráficos (ilustrações, fotografias) e o papel desempenhado pela publicidade nas páginas das publicações periódicas.

O periodismo passou, dessa maneira, de simples “fonte complementar” para objeto de estudo uma vez que “a importância da palavra impressa nos periódicos [tornou-se] plenamente assente” e “o seu uso generalizou-se a ponto de se tornar um dos traços distintivos da produção acadêmica brasileira a partir de 1985” (DE LUCA, 2008, p. 130).

No que tange ao periodismo feminino, cabe destacarmos que essa importância adquirida pelos impressos enquanto objetos passíveis de investigação proporcionou a emergência de um campo de investigação até então pouco explorado: o periodismo feminino. Se a imprensa sempre havia sido vista “sob suspeição”, o que podemos conjecturar com relação à uma escrita produzida por e para mulheres?

O relato de June Edith Hahner, historiadora americana e autora da obra intitulada “A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937”, é revelador no sentido de evidenciar o lugar ocupado pelo periodismo feminino nas pesquisas históricas. Na década de 1970, Hahner, em visita ao Rio de Janeiro quando realizava pesquisas sobre a Primeira República brasileira, se deparou, quase que por um acaso, com um material até então pouco conhecido a respeito das mulheres brasileiras no século XIX. De acordo com a narrativa da própria autora:

Um dia, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, procurando por um jornal trabalhista no fichário de obras, por acaso ao correr as fichas reparei o título de um jornal diferente, de que jamais ouvira falar, *O Sexo Feminino*, publicado na década de 1870. Imediatamente requisitei o jornal e o li com forte interesse. Muito impressionada por suas matérias, procurei verificar se havia outras publicações daquela natureza. Uma coisa conduziu a outra, e logo me pareceu evidente que existia um copioso material, desconhecido e importante, que remontava à década de 50 e que precisava ser estudado e divulgado. Tratava-se de uma história perdida, a história das mulheres brasileiras, que tinha de ser recuperada (HAHNER, 1981, p. 9).

Interessante é perceber que, até a década de 1970, um periódico editado por uma mulher brasileira entre 1873 e 1889 – *O Sexo Feminino* – foi fadado ao silêncio dos arquivos públicos por mais de um século. Apesar de ter sobrevivido materialmente ao tempo, fim partilhado com

algumas outras poucas publicações do mesmo período, esse rico material permaneceu dormente, seja pela sua própria forma (periódico) pouco valorizada pela pesquisa histórica; seja pelo seu conteúdo (de engajamento político em favor da emancipação feminina; com uma “agenda feminista”); seja, ainda, pela sua autoria (feminina).

Não obstante esse silêncio imposto pela metodologia da pesquisa histórica ao periodismo e sobretudo ao periodismo feminino, esse material passou, pouco a pouco, a ser (re)descoberto e, mais do que isso, explorado de diferentes formas, possibilitando estudos que contemplavam, além dos aspectos materiais, aqueles que se referem à autoria, aos conteúdos, às ideias e opiniões políticas vinculadas.

A partir do estudo dos periódicos femininos, é possível não apenas apreender sobre uma determinada época, mas, sobretudo, como as relações sociais, políticas, econômicas e culturais se estabeleciam, servindo, portanto, de subsídios para estudos oriundos de diferentes áreas do conhecimento – pesquisas de viés histórico, sociológico, antropológico, econômico, político, sociocultural, estudos de gênero, etc.

E no que diz respeito à História da Educação, área do conhecimento com a qual este trabalho está vinculado e articula-se, cabe atentar para a potencialidade que os periódicos vêm adquirindo enquanto fontes materiais de pesquisa na medida em que, conforme destaca Villela (2002),

[...] percebe-se que, atualmente, vem se conferindo uma maior atenção aos impressos dentro do campo da História da Educação. Este, a cada dia, alarga o interesse por novos temas que dão origem a novos campos de pesquisa articulados em torno de investigações sobre as práticas culturais, seus sujeitos e seus produtos. O uso dos jornais nessa nova perspectiva pode trazer contribuições importantes (VILLELA, 2002, p. 98).

De fato, por meio do periodismo feminino do século XIX – foco de nossa abordagem – é possível refletirmos sobre as concepções pedagógicas vigentes neste determinado período histórico, bem como aquelas que foram concebidas e/ou idealizadas para e pelas as mulheres oitocentistas, pois a utilização da imprensa periódica como fonte, sobretudo aquela do século XIX, “tem contribuído para a divulgação de alguns dos empreendimentos educacionais do Império”, questionando e tentando rever, inclusive, uma tendência na produção historiográfica bastante divulgada até recentemente pela bibliografia, “de que aquele período foi o de um ‘grande vazio’ em termos de iniciativas educacionais” (DIAS, 2002, p. 109).

2.2.1 O estado de conhecimento

De acordo com Morosini (2015, p. 102), o estado de conhecimento é um trabalho de “[...] identificação, registro, categorização que lev[a] à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica. Assim, cabe destacarmos o trabalho de estado de conhecimento que realizamos em 2020/1 – quando iniciamos nosso trabalho de pesquisa – que apontou, com base nos dados oriundos da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD¹⁸, para a existência, no período de 1999 a 2019, de 197 trabalhos (54 teses e 143 dissertações) que versavam sobre a temática do periodismo feminino, enquanto objeto de pesquisa.

Esses 197 trabalhos foram categorizados em 12 áreas do conhecimento, conforme a Tabela 1, utilizando como referência para tal organização os Programas de Pós-Graduação dos quais as teses e dissertações estavam vinculadas. A partir dos resultados tabulados, foi possível percebermos quais as áreas de conhecimento partilham do interesse pelo periodismo feminino enquanto objeto de estudo e pesquisa.

Área do conhecimento	Qtd de trabalhos		
	Dissertações	Teses	Total
História	54	17	71
Letras	26	19	45
Educação	18	13	31
Comunicação	27	2	30
Ciências Sociais	5	1	6
Artes/ <i>Design</i>	4	-	4
Educação Física	-	2	2
Saúde	2	-	2
Serviço Social	2	-	2
Psicologia	2	-	2
Direitos Humanos	1	-	1
PPG em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos da UFBA	1	-	1
PPG em Cultura e Sociedade da UFBA	1	-	1
Total	143	54	197

Tabela 1. Quantidade de trabalhos por área de conhecimento.

Além de classificar as 197 teses e dissertações encontrados em diferentes áreas de conhecimento, o trabalho de elaboração do estado de conhecimento nos possibilitou, em etapa

¹⁸ Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD. Disponível em: < <http://bdtb.ibict.br/vufind/>>.

posterior, a categorização destes trabalhos. Esta categorização é pertinente no sentido de possibilitar o reagrupamento dos trabalhos segundo blocos temáticos que representam as categorias.

Cabe pontuarmos, no entanto, que essas categorias não são dadas de antemão nem são fruto de um trabalho superficial de simples agrupamento aleatório de trabalhos em uma tabela. Essas categorias são fruto da seleção, análise e categorização do *corpus* resultante das informações coletadas, implicando a utilização dos pressupostos básicos da Análise de Conteúdo e da Análise do Discurso. Sendo assim, a Tabela 2 apresenta as categorias que emergiram desse trabalho.

Categorias	Dissertações	Teses	Total
1. Construções identitárias e representações	70	16	86
2. Ideias e concepções	16	13	29
3. Foco em publicação específica	21	6	27
4. Função Educativa/Doutrinária	12	10	22
5. Usos políticos	13	3	16
6. Intersecções entre Literatura e Imprensa	10	4	14
7. Profissionalização da escrita	1	2	3
Total	143	54	197

Tabela 2. Categorias emergentes da construção do estado de conhecimento.

A primeira categoria que emergiu foi intitulada “Construções identitárias e representações” e congregava o número mais expressivo de trabalhos. Nessa categoria agrupamos 86 trabalhos (70 dissertações e 16 teses) que tinham por objetivo investigar os processos e mecanismos de construção identitária e/ou as representações de mulher na e através da imprensa. São trabalhos que buscaram averiguar de que maneira a imprensa – de maneira geral, mas também a imprensa (auto)intitulada feminina e/ou feminista – estava implicada na elaboração da imagem feminina, na construção identitária da mulher enquanto sujeito histórico-político-social-cultural, bem como na elaboração de suas representações sociais e/ou culturais – seja através do texto e/ou da imagem.

Na segunda categoria, intitulada “Ideias e concepções”, agrupamos 16 dissertações e 13 teses que buscaram investigar o pensamento de intelectuais de destacada relevância, entre os quais educadores, escritores, jornalistas e artistas. Essas investigações procuraram explorar as ideias e concepções desses intelectuais através de seus escritos e/ou de suas atuações em periódicos femininos publicados, sobretudo, no século XX.

A terceira categoria, intitulada “Foco em publicação específica”, contou com 27 trabalhos (21 dissertações e 6 teses) que buscaram investigar um determinado periódico em específico.

Na quarta categoria reagrupamos 22 trabalhos (12 dissertações e 10 teses) sob o título de “Função Educativa/Doutrinária”. Como o próprio nome sugere, nessa categoria agrupamos as investigações que se prestam a examinar a função educativa desempenhada pelos periódicos, assim como a função autodenominada doutrinária exercida por muitos impressos de viés religioso, sobretudo católicos e protestantes.

A quinta categoria contou com 16 trabalhos (13 dissertações e 3 teses) e objetivou congregar as investigações que analisaram a imprensa feminina/feminista sob a perspectiva de seus usos políticos, ou seja, procurou analisar os periódicos além da sua função informativa, entendendo-os como espaços públicos de luta e de reivindicações políticas e/ou sociais.

A sexta categoria, intitulada “Intersecções entre Literatura e Imprensa”, abrigou 14 trabalhos (10 dissertações e 4 teses). Essa categoria foi criada baseada em Martins (2013, p. 37) que sublinha a existência, no século XIX, de uma “relação estreita dos livros com os jornais periódicos”, pois os jornais (que também eram vendidos nas livrarias) eram muito mais baratos que os livros e publicavam, frequentemente, apresentações e interpretações de livros ou mesmo trechos – muitas vezes traduzidos – de obras literárias. Ademais, os periódicos eram não apenas um meio possível, mas também o mais viável para a publicação de textos literários dos autores da incipiente Literatura Brasileira que publicavam seus textos sob o formato de folhetim em seções específicas dos periódicos – normalmente nos rodapés.

Por fim, a sétima e última categoria, intitulada “Profissionalização da escrita”, reuniu apenas 3 trabalhos (2 teses e 1 dissertação) que buscaram analisar a inserção feminina na escrita periódica de forma profissional.

Ainda com relação à construção das categorias, cabe sublinharmos que, dos 197 trabalhos analisados e categorizados, apenas 50 trabalhos (32 dissertações e 18 teses) são resultantes de pesquisas que contemplam a temática da imprensa feminina cujo recorte temporal abarca o século XIX, conforme demonstra a Tabela 3. Isto representa, em percentuais, apenas 25% do total dos trabalhos analisados.

Categorias	Total da categoria	Trabalhos que contemplam o século XIX		
		Dissertações	Teses	Total
1. Construções identitárias e representações	86	9	2	11
2. Ideias e concepções	29	5	4	9
3. Foco em publicação específica	27	3	3	6
4. Função Educativa/Doutrinária	22	5	5	10
5. Usos políticos	16	1	-	1
6. Intersecções entre Literatura e Imprensa	14	8	4	12
7. Profissionalização da escrita	3	1	-	1
Total	197	32	18	50

Tabela 3. Quantidade de trabalhos cujo recorte temporal abarca o século XIX.

Diante do que foi averiguado a partir da elaboração do trabalho de construção do estado de conhecimento, bem como a partir das discussões teóricas levantadas até o presente momento, é possível percebermos a potencialidade da temática de pesquisa elencada para estudo neste trabalho, bem como a potencialidade do periodismo feminino enquanto fonte material de pesquisa, afinal de contas, conforme destaca Barros (2019, p. 189), “é exatamente porque os jornais são instrumentos e campos de luta, ocultando interesses políticos e sociais que podem ser desvelados através da análise do seu discurso, que eles se tornam particularmente interessantes [...]”.

2.2.2 O periódico “A Mulher” enquanto fonte de investigação

A escolha do periódico “A Mulher”, enquanto fonte de pesquisa não se deu de maneira aleatória. Ela é fruto de um trabalho de levantamento, seleção e análise de fontes cujo processo envolveu algumas etapas e o estabelecimento de critérios que são desdobrados na sequência.

Em 2020/1, quando iniciei nossa aproximação com a temática de pesquisa, busquei, em um primeiro momento, fazer um levantamento dos periódicos femininos produzidos no Brasil do século XIX, bem como a viabilidade de pesquisa dos mesmos. Para tanto, recorri à obra intitulada “Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX: dicionário ilustrado”, da autora Constância Lima Duarte e publicada em 2016. Nesta obra, a autora procura elencar todas as produções periódicas concebidas para o público feminino ao longo do século XIX (totalizando **147 periódicos**), constituindo, pois, um referencial para o estudo da temática em questão.

Apesar de a autora procurar elencar a totalidade da produção periódica feminina desde 1827, ano de publicação do periódico intitulado “Espelho Diamantino” – tido como o primeiro periódico brasileiro destinado ao público feminino –, esse meu primeiro levantamento procurou delimitar a pesquisa, adotando um primeiro critério para a escolha das fontes, isto é, optando por realizar um **recorte temporal**. Restringi, portanto, a busca à segunda metade do século XIX, período em que a produção periódica brasileira se consolida e ganha espaço. Assim, de 1850 a 1900, foram encontrados **114 periódicos femininos**.

Após esse levantamento inicial, o passo seguinte foi o estabelecimento de um novo critério para a escolha das fontes: o **critério da autoria**. Logo, dos 114 resultados encontrados, descartei aqueles periódicos que, apesar de terem sido destinados ao público feminino, não apresentavam autoria feminina, sendo dirigidos e/ou fundados por homens. Descartei, também, nesse momento, aqueles periódicos cuja autoria não seria possível verificar, ou seja, não seria possível identificarmos se seus idealizadores(as) eram homens ou mulheres uma vez que muitos não apresentavam autoria explícita ou apresentavam apenas as iniciais dos(as) autores(as). Esse segundo levantamento revelou a existência, no espaço temporal delimitado para a pesquisa (1850 a 1900), de **61 publicações** periódicas produzidas por e destinadas a mulheres.

Cabe destacar que, ao longo desse segundo levantamento, procurei identificar os arquivos e/ou espaços em que as essas 61 publicações periódicas estavam localizadas, procurando elencar quais seriam os arquivos e/ou bibliotecas que abrigavam as coleções e como seria possível acessá-las, seja de forma física ou seja por meio digital. Minha intenção foi a de realizar, igualmente, um primeiro contato com o material e identificar os limites e as possibilidades que poderiam implicar na realização da pesquisa tais como, por exemplo, estado de conservação dos materiais físicos, resolução dos materiais digitalizados ou ausência de números/edições de uma determinada coleção.

Como grande parte dos periódicos encontrava-se sob o formato digital, cujo acesso se dava, em sua grande parte, através do portal da Hemeroteca Digital Brasileira¹⁹, foi possível recolher algumas informações, a partir da realização de uma leitura flutuante (BARDIN, 2011). Essa técnica metodológica permitiu, de fato, um primeiro contato com os arquivos, representando um momento inicial de abordagem das fontes no qual comecei a conhecer os textos e a me familiarizar com o periodismo enquanto fonte de pesquisa.

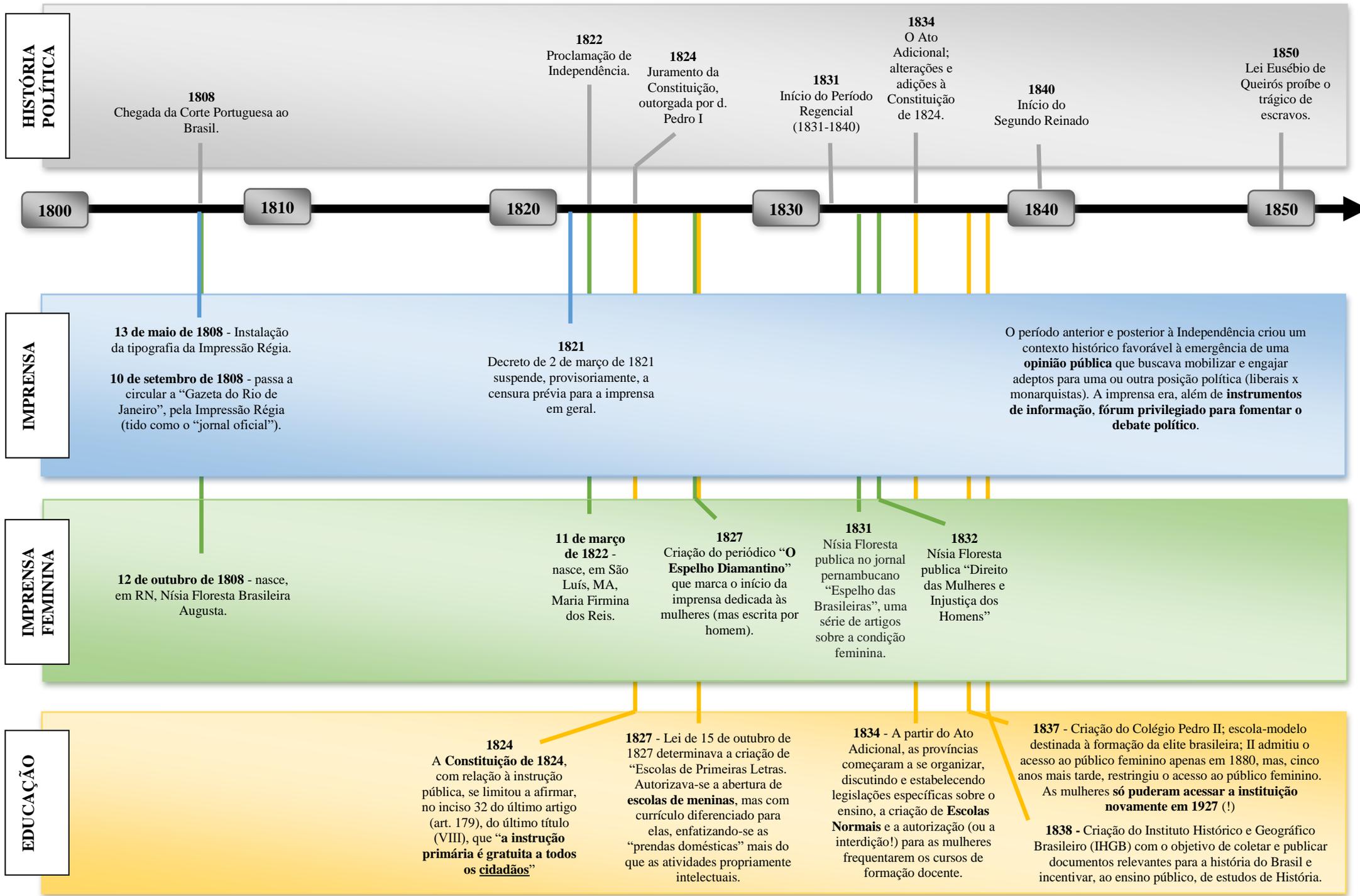
¹⁹ Grande parte dos periódicos foram consultados através do portal da Hemeroteca Digital Brasileira <<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>, porém também se recorreu ao Acervo Digital da Companhia Editora de Pernambuco – CEPE DOC – Coleção Jornais Século XIX – Recife <<http://www.acervocepe.com.br/acervo/colecao-jornais-seculo-xix---recife>>.

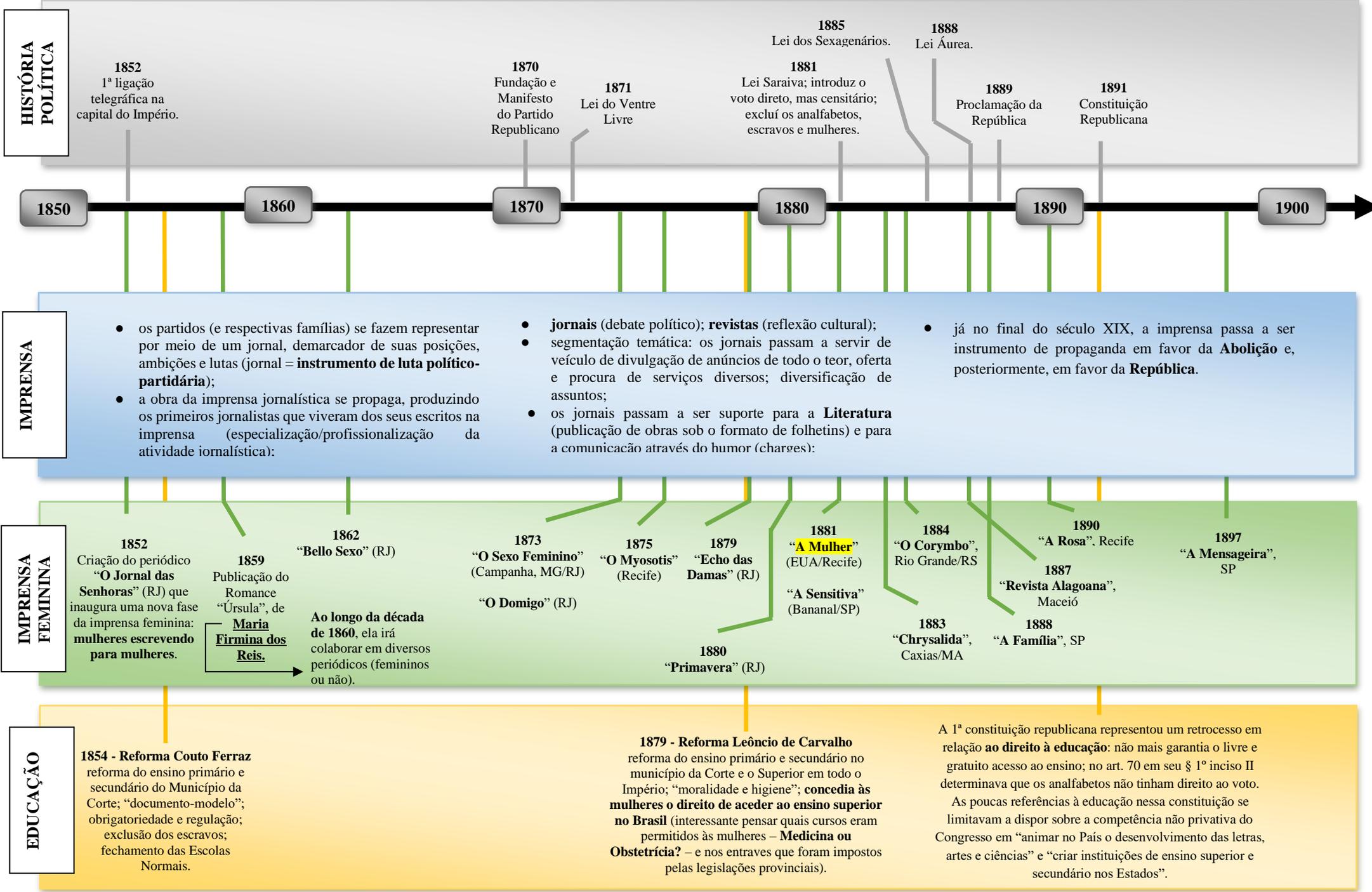
Apesar de o número inicial de periódicos ter sido reduzido nesse segundo levantamento – de 114 para 61 publicações –, meu *corpus* de análise ainda era extenso, sendo necessário, portanto, o estabelecimento de um novo critério de seleção. Optei, então, por excluir da listagem aqueles periódicos cuja existência se tinha registro, mas cuja localização era desconhecida e, portanto, inviáveis de serem considerados para compor o *corpus* de análise. Cheguei, então, a um total de **24 periódicos**.

Nesse ponto da análise e seleção das fontes materiais de pesquisa, procurei examinar esses 24 periódicos, considerando o contexto (espaço e tempo) em que eles estavam inseridos. Para tanto, construí uma linha de tempo cujo objetivo foi pensar no contexto histórico em que esses periódicos surgiram e suas possíveis relações e reações com os eventos históricos, políticos, culturais e educacionais que marcaram a segunda metade do século XIX.

A ideia foi a de estabelecer uma relação dialógica entre a escrita periódica e a realidade vivenciada no período em questão uma vez que o periodismo feminino oitocentista não foi uma escrita alienada; pelo contrário, procurava estabelecer uma conexão com a realidade na qual se inseria e pretendia abordar e problematizar os temas da sociedade de então.

Assim, dos 24 periódicos elencados na etapa anterior, foram considerados como fontes materiais de pesquisa para compor um *corpus* inicial **15 periódicos** (Esquema 1). Esses 15 periódicos eram publicações de diferentes partes do país e contemporâneas aos principais movimentos políticos, econômicos, sociais e culturais que marcaram a segunda metade do oitocentos e que, apesar de suas singularidades, apresentavam, como ponto de convergência, um discurso favorável e engajado em relação à educação feminina.





HISTÓRIA POLÍTICA

1850 1860 1870 1880 1890 1900

1852 1ª ligação telegráfica na capital do Império.

1870 Fundação e Manifesto do Partido Republicano

1871 Lei do Ventre Livre

1881 Lei Saraiva; introduz o voto direto, mas censitário; exclui os analfabetos, escravos e mulheres.

1885 Lei dos Sexagenários.

1888 Lei Áurea.

1889 Proclamação da República

1891 Constituição Republicana

IMPrensa

- os partidos (e respectivas famílias) se fazem representar por meio de um jornal, demarcador de suas posições, ambições e lutas (jornal = **instrumento de luta político-partidária**);
- a obra da imprensa jornalística se propaga, produzindo os primeiros jornalistas que viveram dos seus escritos na imprensa (especialização/profissionalização da atividade jornalística):
- jornais** (debate político); **revistas** (reflexão cultural);
- segmentação temática: os jornais passam a servir de veículo de divulgação de anúncios de todo o teor, oferta e procura de serviços diversos; diversificação de assuntos;
- os jornais passam a ser suporte para a **Literatura** (publicação de obras sob o formato de folhetins) e para a comunicação através do humor (charges):
- já no final do século XIX, a imprensa passa a ser instrumento de propaganda em favor da **Abolição** e, posteriormente, em favor da **República**.

IMPrensa FEMININA

1852 Criação do periódico "O Jornal das Senhoras" (RJ) que inaugura uma nova fase da imprensa feminina: **mulheres escrevendo para mulheres.**

1859 Publicação do Romance "Úrsula", de **Maria Firmina dos Reis.**

1862 "Bello Sexo" (RJ)

Ao longo da década de 1860, ela irá colaborar em diversos periódicos (femininos ou não).

1873 "O Sexo Feminino" (Campanha, MG/RJ)

"O Domingo" (RJ)

1875 "O Myosotis" (Recife)

1879 "Echo das Damas" (RJ)

1880 "Primavera" (RJ)

1881 "A Mulher" (EUA/Recife)

"A Sensitiva" (Bananal/SP)

1883 "Chrysalida", Caxias/MA

1884 "O Corymbo", Rio Grande/RS

1887 "Revista Alagoana", Maceió

1888 "A Família", SP

1890 "A Rosa", Recife

1897 "A Mensageira", SP

EDUCAÇÃO

1854 - **Reforma Couto Ferraz** reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte; "documento-modelo"; obrigatoriedade e regulação; exclusão dos escravos; fechamento das Escolas Normais.

1879 - **Reforma Leôncio de Carvalho** reforma do ensino primário e secundário no município da Corte e o Superior em todo o Império; "moralidade e higiene"; **concedia às mulheres o direito de aceder ao ensino superior no Brasil** (interessante pensar quais cursos eram permitidos às mulheres – **Medicina ou Obstetrícia?** – e nos entraves que foram impostos pelas legislações provinciais).

A 1ª constituição republicana representou um retrocesso em relação **ao direito à educação**: não mais garantia o livre e gratuito acesso ao ensino; no art. 70 em seu § 1º inciso II determinava que os analfabetos não tinham direito ao voto. As poucas referências à educação nessa constituição se limitavam a dispor sobre a competência não privativa do Congresso em "animar no País o desenvolvimento das letras, artes e ciências" e "criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados".

Apesar de apresentarem o mesmo objetivo no sentido de defender, promover e procurar engajar a opinião pública em defesa da emancipação e da educação feminina, esses 15 periódicos nos revelaram, a partir de uma breve análise inicial, diferentes concepções sobre a educação e seu papel social. Eles revelaram, ainda, as peculiaridades e o impacto da elaboração de diferentes legislações educacionais e as contradições e exclusões sociais e educacionais vivenciadas pelas mulheres de diferentes partes do país.

Ainda que esses 15 periódicos representassem um material valioso de pesquisa, o volume de dados e informações neles contidos nos obrigava a restringir, ainda mais, nosso foco de análise. Dessa forma, procuramos verificar quais periódicos apresentavam um discurso mais engajado de defesa da educação feminina, sobretudo de defesa do acesso das mulheres brasileiras à Educação Superior. Assim, chegamos ao número de **seis periódicos**: “O Jornal das Senhoras”, “O Bello Sexo”, “O Sexo Feminino”, “A Mulher”, “A Família” e “A Mensageira”.

Ao analisar estes seis periódicos pude perceber – me reportando ao estado de conhecimento realizado previamente – que já havia diversos trabalhos (teses e dissertações) sobre essas publicações, à exceção do periódico “**A Mulher**”. Ao isolá-lo e analisá-lo com maior atenção, pude perceber que as autoras procuraram trazer para o debate a questão do acesso da mulher à Educação Superior enquanto um direito feminino capaz de promover a emancipação econômica e intelectual da mulher, alinhando-se aos debates educacionais que emergiam no período e, sobretudo, fazendo frente aos discursos conservadores que preconizavam a inferioridade intelectual feminina.

A publicação, que foi concebida por duas estudantes de Medicina que deixaram o país para poder cursar Medicina nos Estados Unidos – pois no Brasil não era permitido o acesso das mulheres à Educação Superior –, teve a sua primeira edição publicada em 1881, em Nova Iorque e durou até 1883. Não foi possível localizar informações referentes ao número de edições que foram publicadas ao longo desse período, porém, para a nossa investigação, utilizamos seis números – de janeiro de 1881 a fevereiro de 1883 – conforme indica a Tabela 4.

Número	Data	Ano	Local de publicação	Localização
n. 1	Janeiro	1881	Nova Iorque	Hemeroteca Digital Brasileira
n. 2	Fevereiro	1881	Nova Iorque	Hemeroteca Digital Brasileira
n. 3	Março	1881	Nova Iorque	Hemeroteca Digital Brasileira
n. 4	Abril	1881	Nova Iorque	Hemeroteca Digital Brasileira
n. 6	Junho	1881	Nova Iorque	Hemeroteca Digital Brasileira
n. 7	Fevereiro	1883	Pernambuco	Acervo Digital da Companhia Editora de Pernambuco – CEPE DOC – Coleção Jornais Século XIX – Recife

Tabela 4. *Corpus* da pesquisa.

Dos seis números que compuseram o nosso *corpus* de pesquisa, cinco deles (os números 1, 2, 3, 4 e 6) foram coletados a partir de pesquisa realizada no acervo digital da Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira –, um deles (o número 7, de fevereiro de 1883) foi localizado no Acervo Digital da Companhia Editora de Pernambuco que possui uma coleção específica que reúne diversos jornais do século XIX.

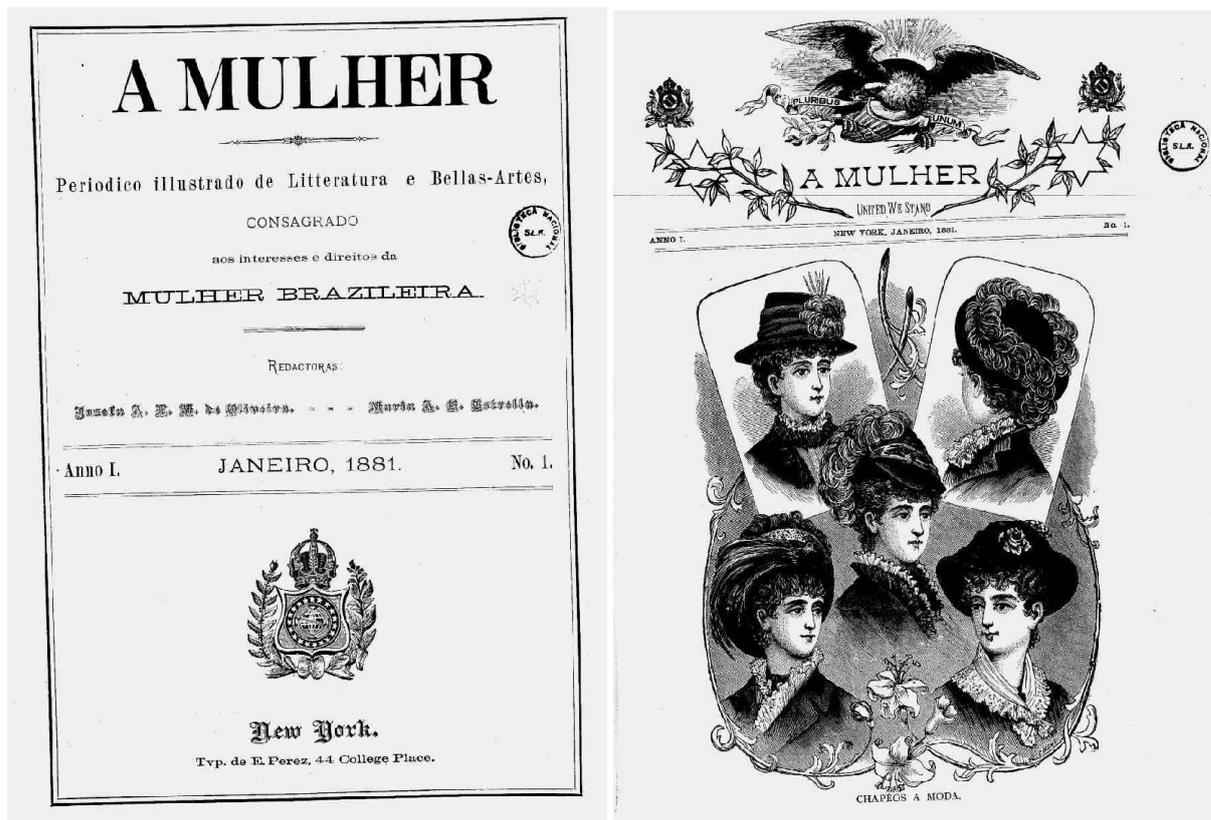


Figura 2. Detalhes da primeira edição do periódico “A Mulher”.

As edições de número 1, 2, 3, 4 e 6 apresentam uma estrutura bastante similar, ou seja, todas apresentam uma capa com o título do periódico, o subtítulo, o nome das redatoras, os dados da publicação (ano, mês, número), o local de publicação e o nome de tipografia em que o periódico era editado e impresso. O único elemento gráfico apresentado era o brasão imperial do Brasil.

Após essa “folha de rosto” seguia-se uma página com informações referentes à publicação, tais como, endereço para correspondência, valor das assinaturas (5\$000 réis anuais) – tanto em português como em inglês – e informações aos anunciantes. Nessa página também havia alguns anúncios de produtos e serviços diversos, sendo recorrente o anúncio da Tipografia Sul-Americana E. Perez – na qual o periódico era impresso.

A publicação possuía, na sequência, uma segunda “capa”. Nesta, o título do periódico figurava juntamente com o brasão estadunidense – uma águia com a frase em latim “*pluribus unum*” que significa “de muitos, um” – ladeado alguns ramos e por dois brasões do Império do Brasil, conforme Figura 2. Logo abaixo do título, se tinha, ainda, a frase “*united we stand*” (“unidos(as) permanecemos”) e novamente as informações referentes à edição (ano, número, local de publicação). Por fim, nessa mesma página, se tinha uma gravura diferente para cada edição do periódico que poderia, ou não, ser explicada ao longo da edição.

As gravuras eram recorrentes nas edições de número 1, 2, 3, 4 e 6, tanto na capa quanto no interior do periódico, porém não foi possível localizar referências à autoria das imagens (salvo uma ilustração que é atribuída ao ilustrador francês Gustave Doré). Havia ilustrações de figuras humanas diversas, cenas da natureza, ilustrações de histórias bíblicas e romances, porém, na sua grande maioria, as ilustrações representavam modelos de roupas e chapéus e/ou moldes para trabalhos manuais (bordados e litografias) que eram explicados ao longo das edições na seção específica “modas”.

No que diz respeito à organização interna do periódico, as edições de número 1, 2, 3, 4 e 6 apresentavam, além do edital, algumas seções recorrentes, tais como, “concernentes à mulheres”, “modas”, “poesias” e “avisos”. Os demais artigos eram, na sua grande maioria, artigos redigidos pelas próprias autoras no sentido de defesa da emancipação feminina e, principalmente, de argumentação em favor do direito ao acesso da mulher à Educação Superior. Estes artigos, dispostos em duas colunas, se mesclavam com algumas esporádicas contribuições de outras mulheres, histórias de cunho moral, poesias e sonetos, sendo alguns de autoria feminina. As contracapas, por sua vez, traziam formatos diversos: partituras, caricaturas, anúncios de produtos e serviços.

Diferentemente dessas edições, a edição de fevereiro de 1883, no entanto, apresentava um visual muito mais “simples” (Figura 3), ou seja, não possuía capas ou figuras e se reduzia à quatro páginas – enquanto as demais edições possuíam seis páginas –, fato que é justificado pelas autoras: “[...] esperamos também ser desculpada por não continuar a nossa folha a sahir illustrada, em vista da grande despeza que se faz aqui com esse trabalho” (A MULHER, Pernambuco, ano I, n. 7, fev. 1883, p. 1).

Além disso, as seções que figuraram com recorrência nas outras edições, não apareceram nessa edição. No entanto, o tom de militância em defesa da capacidade intelectual feminina é recobrado de maneira mais intensa, assim como as discussões referentes ao acesso da mulher à Educação Superior, ao exercício da Medicina e ao mundo do trabalho – temática até então pouco explorada nas edições anteriores.

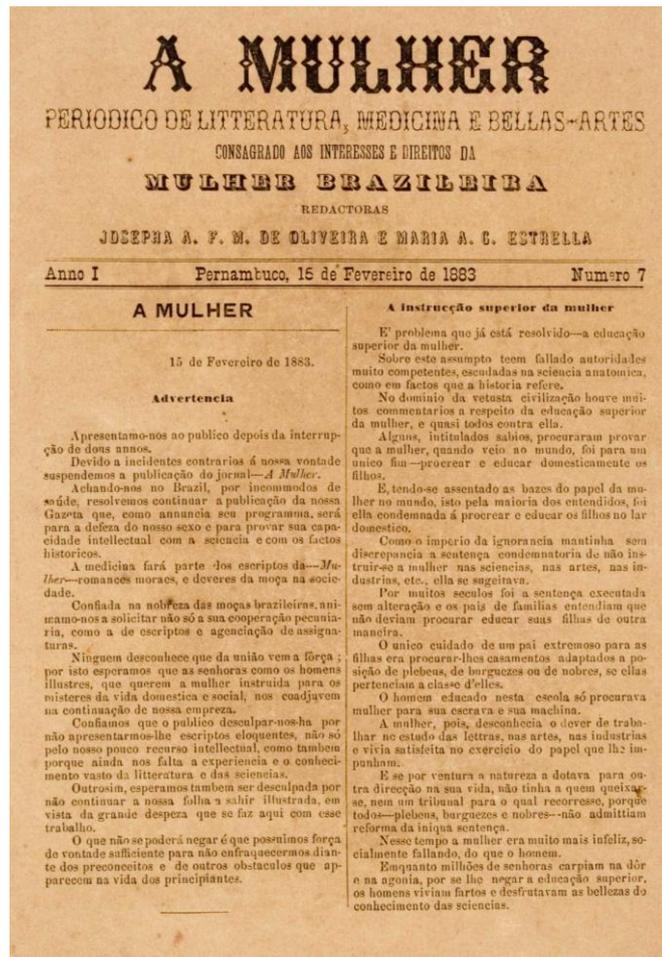


Figura 3. Capa da edição de fevereiro de 1883 do periódico “A Mulher”.

Ainda no que se refere à edição de fevereiro de 1883, as redatoras também apresentaram, em artigo específico, uma defesa – uma espécie de contra-argumento – com relação às críticas vinham recebendo, não apenas com relação à escrita periodística como também com relação ao exercício da medicina.

Por fim, diferentemente das demais edições, a edição de número 7 não apresentava anúncios de produtos e serviços. Porém, na última página, figurava um único anúncio dos serviços de “ensino particular”, ministrados pela “3ª annista de medicina” Josefa Águeda de Oliveira.

Achando-me habilitada á ensinar francez, inglez, hespanhol, anatomia descriptiva, physiologia e algumas outras materias tendentes á medicina, solicito o favor de algumas moças que se quiserem instruir nestas materias, pois estarei prompta a prestar-me, mediante alguma gratificação; devendo ser procurada no escriptorio do cirurgião dentista Frederico Maia, [...]. Terei muito gosto se puder ser útil ao meu sexo nas materias mencionadas e em outros ramos de instrucção superior (A MULHER, Pernambuco, ano I, n. 7, fev. 1883, p. 4).

Cabe sublinharmos, no entanto, que, mais do que nos atermos aos aspectos gráficos e tipográficos, nossa intenção, consoante ao nosso objetivo de pesquisa, centrou-se muito mais em investigar o conteúdo apresentado pelas autoras do periódico “A Mulher”. Dessa forma, apesar de termos evidenciado alguns elementos gráficos do nosso *corpus* de pesquisa, esses não constituíram o cerne de nossa investigação – apesar de terem nos auxiliado a caracterizar a publicação.

Aliás, por se tratarem de materiais digitalizados²⁰, a materialidade de nossas fontes de pesquisa não pode ser verificada – tamanho do periódico, disposição das páginas, por exemplo –, contribuindo, portanto, para a utilização de uma metodologia que centrou-se muito mais no conteúdo e na maneira de interpretá-lo do que na sua forma, conforme explicitado no subtítulo que segue.

2.3 A CONSTRUÇÃO DA METODOLOGIA

De acordo com Samara e Tupy (2007), [...] a escrita possibilita não apenas a elaboração de um texto, mas também a transmissão de mensagens entre quem o escreve e quem o lê e/ou interpreta”. Estas mensagens, no entanto, nem sempre se apresentam de maneira explícita, fazendo com que muitos dos documentos escritos necessitem, por parte do pesquisador, a realização de um trabalho de (re)interpretação, considerando diversos aspectos que levam em consideração tanto a forma quanto o conteúdo – explícitos e/ou implícitos nos documentos.

Até o início do século XX, conforme já discutimos anteriormente, os documentos escritos eram considerados as fontes materiais por excelência do trabalho investigativo em História, sendo considerados fontes cuja garantia de fidedignidade seria irrefutável. Nesse sentido, Samara e Tupy (2007, p. 22), destacam que

[e]m busca de veracidade, valorizando os fatos, os documentos oficiais – ofícios, requerimentos, atas, editais, petições, correspondência, entre outros tantos textos que emanavam da autoridade constituída – foram, assim, privilegiados como as principais fontes das pesquisas científicas. Enfatizou-se, desse modo, uma História eminentemente política e, em outro extremo, a elaboração de biografias das principais lideranças nacionais (SAMARA; TUPY, 2007, p. 22).

²⁰ Destacamos, também, o fato de que a pesquisa foi empreendida ao longo do ano de 2020 no qual a pandemia causada pela COVID-19 impôs o isolamento social e impossibilitou a coleta e o manuseio das fontes originais.

A partir desse entendimento de que o documento escrito e oficial seria o portador da verdade absoluta, duas práticas de pesquisa e análise de dados foram, então, incentivadas. A primeira delas, de acordo com Samara e Tupy (2007), referia-se à coleta e à preservação dos documentos o que incentivou, por conseguinte, a formação e a organização de arquivos – públicos e/ou particulares. A segunda prática, por sua vez, estaria relacionada à análise dos documentos e demandaria o recurso às chamadas “ciências auxiliares” da História. Assim,

[...] foram importados métodos e técnicas de trabalho que permitiriam a coleta do documento (Heurística), sua decifração (Paleografia) e sua autenticação (Diplomática). E, dependendo de quanto mais distante no tempo fosse o tema a ser tratado, recorreu-se aos conhecimentos de Epigrafia e da Arqueologia, bem como à Filologia e ao domínio de outras línguas (SAMARA; TUPY, 2007, p. 22-23).

Apesar de se recorrer a diferentes disciplinas, a metodologia para a análise de documentos não se dava de maneira interdisciplinar, tal como conhecemos e concebemos atualmente. Havia, sim, um “apelo à pesquisa científica vinculada ao registro escrito, bem como a preocupação com a coleta, a autenticação, a catalogação e a publicação de fontes impressas que apoiariam o trabalho do historiador” (SAMARA; TUPY, 2007, p. 23).

Este, por sua vez, seria o responsável por vasculhar os arquivos e “dissecar” os documentos em busca de informações que o permitissem “recriar” o passado. Nesta perspectiva, o historiador era visto como um grande “explorador” que se aventurava nos arquivos em busca de “descobrir” algum documento que o permitisse recompor o passado, sobretudo com um enfoque político e/ou ligado à vida de algum personagem de destaque.

O documento, por si só, seria, então, a fonte da qual emanariam todas as informações necessárias para a reconstrução do passado e a escrita da História. Se não estava presente no texto, era porque não havia existido! – essa era a máxima que guiava o trabalho investigativo. Essa metodologia de pesquisa acabava, por consequência, impondo um olhar linear e limitador sobre as fontes de pesquisa, não considerando, muitas vezes, uma gama de aspectos relevantes tais como a historicidade do documento, as ausências, as recorrências, a sua forma material, o seu conteúdo implícito, etc. – aspectos tão reveladores quanto o conteúdo explícito.

A partir da década de 1970, em decorrência dos impactos causados pelos movimentos de renovação historiográfica trazidos sobretudo pela Nova História, houve a emergência de

inúmeras pesquisas acadêmicas relativas às mais distintas linhas temáticas como as sustentadas pela História econômica, social, das mentalidades, de gênero, da população, da imigração, das mulheres, da família, da transição ao trabalho

assalariado, das reivindicações trabalhistas, entre outras (SAMARA; TUPY, 2007, p. 32)

Como consequência imediata desse movimento de renovação historiográfica que trouxe à tona novas temáticas de pesquisa, houve o esgotamento de modelos de interpretação histórica sustentados em sínteses globais e, entre os pesquisadores, observou-se, também, “profundas mudanças em suas diretrizes de trabalho com ênfase nas questões da contemporaneidade e das minorias, dando voz e lugar aos personagens antes sem História” (SAMARA; TUPY, 2007, p. 43).

Dessa forma, ao identificar novos objetos e temas de pesquisa, os historiadores tiveram que repensar e revisar os conceitos e os próprios domínios da História, provocando uma profunda reflexão epistemológica no cerne da disciplina. E, nesse contexto, surgiu a necessidade de se recorrer metodologicamente a áreas tais como a Demografia, a Economia, a Antropologia, a Sociologia, a Literatura, entre outras, implicando um olhar metodológico interdisciplinar.

De acordo com Samara e Tupy (2007, p. 43), como resultado dessa nova perspectiva metodológica e dos desafios teóricos enfrentados, fez-se necessário, ainda, “apoiar a análise em documentos históricos que dessem sustentação a temas até então inexplorados ou que permitissem a retomada de outros, a partir de novos olhares”. Assim sendo, muitas pesquisas passaram a ser empreendidas no sentido de lançar um novo olhar, a partir de novos aportes teóricos e metodológicos, sobre uma temática já explorada.

Nesse movimento de exploração e incorporação de novos métodos e técnicas, sob a influência da Nova História e das obras de Michel Foucault, as mulheres, enquanto personagens históricos, foram (re)descobertas pela “historiografia da transgressão”. Assim, foi produzido um vasto material, apoiado em fontes eclesiásticas e civis, que passou a tratar “das concubinas, das prostitutas, das escravas rebeldes, das freiras, das lésbicas, das defloradas, das ‘malfaladas’, das pecadoras, das loucas, das pobres e das escritoras feministas” (SAMARA; TUPY, 2007, p. 59). E, para tirá-las da posição de invisibilidade histórica a qual haviam sido fadadas desde longa data, foi preciso revisar métodos e técnicas de pesquisa, (re)ver os documentos com outros olhos e passar a considerar fontes até então desprezadas pela historiografia tradicional.

A emergência e a incorporação do conceito de “gênero” nas Ciências Humanas trouxeram a concepção de que o feminino e o masculino são construções sociais e que, por consequência, geram implicações na produção, apreensão e interpretação do conhecimento. Dessa maneira, gênero passou a ser fundamental, para as pesquisas que recorriam à documentação quantitativa e serial, por exemplo, para não reduzir as clivagens entre homens e

mulheres a partir de um único princípio de diferenciação – o sexo –, mas, sim, a partir das construções sociais estabelecidas para ambos os gêneros, a partir do significado que as culturas, em momentos e contextos sociais distintos, atribuíram a homens e mulheres e à relação entre eles – como vimos, mesmos simples listas de nomes podem revelar muito mais do que um registro escrito/numérico.

Segundo Samara e Tupy (2007, p. 78), “[...] a identificação de novas fontes documentais e o seu emprego dependem de novas perspectivas teóricas e do desenvolvimento de métodos de trabalho originais”, porém, em muitos casos, “o avanço teórico promove a releitura da documentação antes analisada, questionando conclusões que pareciam definitivas”. Para as autoras,

Um bom exemplo, sustentado pelos estudos de gênero, refere-se ao entendimento do homem como sujeito universal da História: o que o documento não “fala” sobre as mulheres é que vem fundamentando a discussão atual sobre a construção cultural da diferença entre o sexo feminino e o masculino (SAMARA; TUPY, 2007).

No caso mencionado, as autoras destacam a relevância da renovação teórica e a incorporação de novas metodologias para a revisão de fontes outrora analisadas sob a perspectiva tradicional e da importância das “ausências” para se compreender a atuação histórica das mulheres. No exemplo citado, as autoras se referem, ainda, à importância daquilo que o documento não “fala”. Nesse sentido, surge o questionamento: o que poderíamos dizer dos documentos que “falam”? E, em especial, daqueles que nos “falam” sob a perspectiva da pluma feminina, nas páginas dos periódicos femininos da segunda metade do século XIX?

Vimos, anteriormente, que os periódicos foram considerados documentos “suspeitos” pelo paradigma historiográfico tradicional, pois não eram fontes supostamente “seguras” para a pesquisa – *status* mantido por um longo tempo. No entanto, juntamente com as renovações epistemológicas que se processaram no cerne da disciplina, o periodismo passou a ser fonte e objeto de investigação, passando a contar com metodologias próprias na medida em que

[é] essa utilização do jornal como fonte histórica relevante para compreender diversificados aspectos da vida social, do mundo político ou da cultura – partilhados através de uma miríade de objetos de estudo – o que adentra o cenário da historiografia nos anos 1980, elevando os periódicos a uma posição equivalente àquelas que diversas outras fontes já ocupavam na palheta historiográfica. Tratar o jornal como fonte histórica, nesse sentido, é compreender que ele pode ser utilizado como fonte para a história de gênero, para a história do trabalho, para a história dos movimentos sociais, para a história do cotidiano, para a história urbana, ou para os inúmeros objetos de estudo de interesse dos historiadores (BARROS, 2019, p. 190).

Diante das numerosas possibilidades temáticas que a fonte “jornal” ou “periódico” permite, se impõe concomitantemente a adoção de uma metodologia própria que possa levar em consideração as especificidades desse tipo de fonte. No entanto, conforme destaca Barros (2019, p. 235), “os métodos para analisar os discursos e informações que nos chegam através da fonte-jornal são de número indefinido”, pois

[a]o examinar uma matéria, qualitativamente, ou um conjunto de matérias – serialmente –, podemos investigar o vocabulário, rastrear temáticas, decifrar estratégias discursivas, empreender uma análise sistemática da hierarquização apreensível a partir da posição ocupada pela matéria na disposição paginada do jornal (BARROS, 2019, p. 235).

Nesse sentido, Samara e Tupy (2007) atentam para algumas questões que julgam essenciais e que o pesquisador deve se colocar com o objetivo de empreender uma primeira aproximação com esse tipo de fonte, a saber:

- a) qual a *forma material* que o periódico apresenta;
- b) qual o *conteúdo* que disponibiliza para a pesquisa;
- c) quais seus *objetivos e propósitos* de quem o elaborou e de quem o lê e/ou o interpreta.

Barros (2019), por sua vez, aprofunda os questionamentos e sugere, para o trabalho com periódicos, um olhar metodológico que possa abarcar, além das 3 dimensões já citadas – forma, conteúdo e objetivos –, mais seis aspectos:

- a) o tempo e o espaço em que o periódico foi concebido;
- b) a autoimagem, ou seja, o retrato que o jornal produz de si mesmo ou a sua “escrita de si”;
- c) os modos de abordar as matérias temporalmente (quais assuntos possuem recorrência e a periodicidade dessas recorrências);
- d) o *corpus* de matérias dispostas em um jornal;
- e) a ordem dos conteúdos imagéticos;
- f) as seções, suas linguagens e estilos próprios.

Por fim, De Luca (2008, p. 130) complementa as prescrições metodológicas ao sugerir mais alguns outros procedimentos que “têm guiado a utilização dessas fontes e que podem inspirar futuras pesquisas”. Além da materialidade, da organização interna (*corpus* das matérias), do material imagético e do público ao qual se destina o periódico, já citados pelos teóricos anteriores, a autora elenca, ainda, como etapas metodológicas:

- a) encontrar as fontes e constituir uma longa e representativa série;

- b) localizar a publicação na história da imprensa;
- c) caracterizar o grupo responsável pela publicação;
- d) identificar os principais colaboradores;
- e) identificar as fontes de receita;
- f) analisar todo o material de acordo com a problemática escolhida.

Cabe destacar, ainda, que De Luca (2008) nos adverte de que essas recomendações metodológicas “não devem ser encaradas como um roteiro rígido e tampouco espécie de fórmula ou elixir aplicável a quaisquer impressos, circunstâncias ou períodos” (DE LUCA, 2008, p. 130). Afinal de contas, se, por um lado, é bastante tentador utilizar as recomendações dos autores citados como guia metodológico; por outro lado, no entanto, corre-se o risco de se prender a uma fórmula simplista que pode não levar em consideração as especificidades de cada periódico.

Por isso, além das recomendações metodológicas sugeridas por Samara e Tupy (2007), Barros (2019) e De Luca (2008) para o trabalho com periódicos, também incorporamos à nossa investigação os pressupostos da “hermenêutica feminista” enquanto metodologia de pesquisa. De acordo com Seibert (2010, p. 51),

la hermenéutica es una metodología orientada hacia la interpretación de textos y realidades humanas. Teniendo antecedentes que se remontan a la filosofía griega, la hermenéutica ha tenido un desarrollo importante como técnica de la interpretación de los textos [...], incluyendo no sólo todo lo relativo al lenguaje, sino que también considerando los elementos contextuales (del texto original y del/a lector/a actual), la historia de su interpretación y sus efectos. De ahí se amplió como herramienta para la lectura de todo texto y discurso (SEIBERT, 2010, p. 51).

Se a “hermenêutica” se constitui uma metodologia de pesquisa orientada à interpretação dos textos e das realidades humanas; a “hermenêutica feminista”, por sua vez, é uma metodologia que procura ler, interpretar e explicar textos e realidades a partir do ponto de vista feminino, pois, conforme explanamos anteriormente, a historiografia consagrou o entendimento de que o homem é o “sujeito universal da História” através de uma perspectiva interpretativa androcêntrica, que preconizava a interpretação da realidade a partir de um único ponto de vista, implicando a exclusão de outras “miradas” e de outras interpretações possíveis – sobretudo femininas!

Fazendo contraponto à essa “hermenêutica androcêntrica” – fundante das interpretações historiográficas tradicionais –, surge a “hermenêutica feminista” que, conforme destaca Gebara (1994), é ética e representa uma contracorrente diante da ética patriarcal. A autora defende,

ainda, a “hermenêutica feminista” como uma forma de deslocar o foco no sexo masculino para a igualdade entre sexos, através da exclusão da diferença e do acolhimento da diversidade, valorizando, assim, o ser humano em uma perspectiva histórica igualitária.

Cabe, ainda, trazer para a construção de nosso arcabouço metodológico os aportes de Harding (2002), autora do texto intitulado “¿Existe un método feminista?”. Para a autora, as teorias tradicionais e seus métodos têm sido aplicados de tal maneira que fica difícil compreender a participação das mulheres na vida social, assim como entender que as atividades humanas estão determinadas pelo gênero e que não são representações “do humano”. A autora sublinha, ainda, para o fato de que

[l]as feministas argumentan que las epistemologías tradicionales excluyen sistemáticamente, con o sin intención, la posibilidad de las mujeres sean sujetos o *agentes del conocimiento*, sostienen que la voz de la ciencia es masculina y que la historia se ha escrito desde el punto de vista de los hombres (de los que pertenecen a la clase o la raza dominantes); aducen que siempre se presupone que el sujeto de una oración sociológica tradicional es hombre. Es por eso que han propuesto teorías epistemológicas alternativas que legitiman a las mujeres como sujetos de conocimiento (HARDING, 2002, p. 14).

Harding (2002) propõe, portanto, uma nova forma de se fazer pesquisa que possa ser capaz de romper com as limitações da “hermenêutica androcêntrica” ou, no mínimo, questionar os seus pressupostos ao trazer novas possibilidades de investigação. Dessa forma, a proposta de Harding (2002) implica a adoção de três recomendações. A primeira delas se refere à especial atenção que devemos ter para com as experiências das mulheres uma vez que, tradicionalmente, as Ciências Humanas e Sociais empreendem suas análises a partir das experiências dos homens: “es decir, formula unicamente preguntas sobre la vida social que plantean problemas desde la perspectiva de las experiencias sociales de los hombres (por supuesto, de los blancos, occidentales y burgueses)” (HARDING, 2002, p. 20).

A segunda recomendação diz respeito à adoção, por parte das Ciências Humanas e Sociais, de uma perspectiva investigativa a favor das mulheres, isto é,

los objetivos de una investigación de tal naturaleza consisten en ofrecer a las mujeres las explicaciones de los fenómenos sociales que ellas quieren y necesitan, y no en aportar respuestas a los problemas que se plantean los departamentos de bienestar social, los productores, los publicistas, los psiquiatras, los establecimientos de atención médica o el sistema judicial (HARDING, 2002, p. 24).

Por fim, a última recomendação para a construção de uma metodologia feminista diz respeito à inserção da investigadora no mesmo plano crítico que o objeto de estudo. Dessa

forma, a investigadora que, na maioria das pesquisas, se quer como uma voz invisível e anônima, deve se fazer presente na investigação, pois “la clase, la raza, la cultura, las presuposiciones en torno al género, las creencias y los comportamientos de la investigadora [...], deben ser colocados dentro del marco de la pintura que ella [desea] pintar” (HARDING, 2002, p. 25). De acordo com a autora,

debemos evitar la posición “objetivista” que pretende ocultar las creencias y prácticas culturales del investigador, mientras manipula las creencias y prácticas del objeto de investigación para poder exponerlo. Sólo de esta manera podremos contribuir con estudios y explicaciones libres [...] de distorsiones originadas en las creencias y comportamientos no analizados de los propios científicos sociales. Otra manera de expresar esta aseveración consiste en subrayar que las creencias y comportamientos del investigador forman parte de la evidencia empírica a favor (o en contra) de los argumentos que sustentan las conclusiones de la investigación (HARDING, 2002, p. 25-26).

Dessa forma, considerando os pressupostos metodológicos apontados pelos dos autores citados, buscamos analisar nossas fontes de pesquisa, levando em consideração não apenas os aspectos referentes à forma e ao conteúdo da fonte-periódico, mas, também, e sobretudo, os aspectos que nos permitiram “ver” e interpretar nosso objeto de pesquisa sob um ponto de vista feminino, entendendo a escrita periódica como a manifestação de uma expressão autoral feminina cuja intencionalidade e especificidade não podem ser negligenciados.

3 ENGAJAMENTO POLÍTICO-EDUCATIVO NA IMPRENSA FEMININA BRASILEIRA DO SÉCULO XIX A PARTIR DA PERSPECTIVA DO PERIÓDICO *A MULHER*

No es que en Brasil las mujeres no fuesen educadas, además porque nadie escapa de la educación. Había colegios religiosos, había formas de educación doméstica, había castigos y puniciones y el trabajo, que supuestamente educan. Para cada tipo de mujer, un tipo de educación. Siempre fue así (LOPES, 2008).

O presente capítulo tem por objetivo aprofundar, a partir do ponto de vista feminino expresso no periódico “A Mulher”, a discussão acerca da imprensa feminina no contexto do Brasil do século XIX, procurando identificar de que maneira essa imprensa contribuiu para promover engajamento no que concerne à luta pelo acesso das mulheres oitocentistas à educação e, em especial, à Educação Superior.

3.1 DAS IDEIAS PRÉ-CONCEBIDAS ÀS IDEIAS AUTORAIS: A EDUCAÇÃO FEMININA NO BRASIL DO SÉCULO XIX

De acordo com Duarte (2016), uma das primeiras funções dos periódicos no contexto brasileiro do século XIX era de servir de “guia”, contribuindo com – ou, em última instância, responsável pela – educação feminina. Ainda de acordo com Duarte (2016, p. 14), muito mais do que os livros, “foram os jornais e as revistas os primeiros e principais veículos da produção letrada feminina, que desde o início se configuraram em espaços de aglutinação, divulgação e resistência”.

Para entendermos o porquê e a maneira como os periódicos desempenhavam esse papel pedagógico e como eles foram sendo apropriados por algumas mulheres, se transformando em ferramentas de luta, engajamento político e resistência, necessitamos, primeiramente, recorrer ao contexto sócio-histórico do período em questão e analisarmos a maneira como se desenvolvia a relação mulheres-educação no Brasil do século XIX.

Durante muito tempo a educação formal, a cargo da Escola, foi uma exclusividade masculina baseada no pressuposto de que o conhecimento acadêmico-científico não caberia às mulheres uma vez que suas funções sociais – de esposa e mãe e restritas ao espaço privado –, lhes exigiriam conhecimentos e habilidades tidos como “inatos”. Eggert (2017, p. 221) salienta, nesse sentido, que, de maneira geral, as mulheres foram “excluídas dos papéis públicos e das

responsabilidades exteriores, sejam elas políticas, administrativas, municipais ou corporativas”, pois “a sua preocupação era prioritariamente doméstica, encarnando a imagem da esposa e mãe”.

A educação seria, portanto, “contrária tanto ao papel das mulheres quanto a sua natureza: feminilidade e saber se exclu[iriam]”, pois “uma mulher culta não [era] uma mulher” (PERROT, 2015, p. 93). Assim sendo, a Escola se encarregou, desde a sua criação e institucionalização nas sociedades modernas, exclusivamente da formação daqueles que realmente iriam exercer uma função social relevante, isto é, primou-se pela formação intelectual de sujeitos do sexo masculino, brancos e, sobretudo, oriundos das camadas sociais mais elevadas, negando-se às mulheres o acesso à instrução formal ou oferecendo-lhes uma educação diferenciada e, principalmente, marcada pela superficialidade dos saberes.

A primeira lei brasileira referente ao ensino público primário, datada de 15 de outubro de 1827²¹, por exemplo, apesar de autorizar a criação de escolas de primeiras letras para meninas, determinava que, no currículo feminino, as aulas de geometria fossem excluídas e as de aritmética fossem restritas às quatro operações a fim de que se incluíssem as aulas de economia e prendas domésticas – saberes tidos como “imprescindíveis” à formação feminina à época.

Assim, “as diferenças entre a educação reservada para os homens e a destinada às mulheres reforçavam a ideia de mundos masculino e feminino distintos” (HAHNER, 2003, p. 74). Além disso, os diferentes tipos de educação preparavam as crianças para o “mundo adulto”, definindo, desde a infância, os papéis sociais do homem e da mulher:

A los niños, una educación volcada para el desarrollo de una postura viril y poderosa aliada a una instrucción, civil o militar, que les permitiese adquirir conocimientos amplios y variados garantizándoles el desarrollo pleno de la capacidad intelectual. A las niñas, al mismo tiempo que la educación las circunscribía al universo doméstico incentivándoles la maternidad y estableciendo el lar como su dominio, las habilitaba para la vida mundana, suministrándoles elementos para brillar en sociedad (LOPES, 2008, p. 839).

Para Saviani (2008, p. 126), a “primeira lei de educação do Brasil independente não deixava de estar em sintonia com o espírito da época”, ou seja, “tratava ela de difundir as luzes garantindo, em todos os povoados, o acesso aos rudimentos do saber que a modernidade considerava indispensáveis para afastar a ignorância”, mas, limitava, intencionalmente, o

²¹ A Lei de 15 de outubro de 1827 mandava “criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império”, sendo a primeira lei brasileira a regulamentar o ensino primário no Brasil.

alcance dessas “luzes”, pois, com relação à educação feminina, a Lei de 1827 estabelecia o seguinte:

Art. 11 Haverão escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento.

Art. 12 As mestras, além do declarado no art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitando a instrução da aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimentos nos exames feitos na forma do art. 7º.

Art. 13 As mestras vencerão os mesmos ordenados e gratificações concedidas aos Mestres.

Por um lado, autorizava-se a abertura de escolas de meninas – apesar do currículo diferenciado para elas, enfatizando-se as “prendas domésticas” em detrimento das atividades tidas como “intelectuais”. Por outro lado, no entanto, quem seriam as meninas enviadas a essas escolas que, de acordo com a referida Lei, seriam criadas “nas cidades e vilas mais populosas” e sob a anuência das “autoridades mandatarias” desses locais? Ou, ainda, quem seriam aquelas que iriam ministrar as aulas, as Mestras? Qual seria a formação destas e em qual estabelecimento de ensino visto que o Ensino Superior lhes era vetado?

Em uma sociedade que limitava a participação feminina ao espaço privado, que era fortemente influenciada por valores sociais que negavam às mulheres o acesso ao saber e que não dispunha de espaços de formação docente para elas, a formação de mestras era meta quase que impossível de ser alcançada. Aliás, conforme destaca Hahner (2003, p. 76), “construíam-se bem poucas escolas públicas para meninas e os baixos salários oferecidos aos professores mostravam-se em geral pouco atraentes”.

O Ato Adicional de 1834, que alterava a Constituição de 1824²² e que procurava descentralizar o poder público, dando maior liberdade administrativa às Províncias, desobrigou o governo central a “cuidar das escolas primárias e secundárias transferindo essa incumbência para os governos provinciais” (SAVIANI, 2008, p. 129). No entanto, pouco ou quase nada mudou com relação à legislação anterior – a Lei de 1827 –, pois as Províncias, por meio de suas Assembleias Provinciais,

procuraram logo fazer uso das novas prerrogativas votando uma multidão de leis incoerentes sobre instrução pública, afastando-se, portanto, da ideia de sistema

²² A Constituição de 1824, a primeira do Brasil, com relação à instrução pública, se limitou a afirmar, no inciso 32 do último artigo (art. 179), do último título (VIII), que “a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”, mas, em uma época em que as mulheres não possuíam direitos civis e políticos, a “cidadania” não se estendia a elas e, portanto, elas não eram consideradas “cidadãs” – uma forma sutil de se excluir “legalmente”.

entendido este como a unidade de vários elementos intencionalmente reunidos de modo a formar um conjunto coerente e operante. Os relatórios dos ministros do Império e dos presidentes de províncias ao longo do período imperial evidenciam as carências do ensino, o que permite concluir que o Ato Adicional de 1834 apenas legalizou a omissão do poder central nessa matéria (SAVIANI, 2008, p. 129).

Por meio do Ato Adicional de 1834, a Educação Superior continuava sendo incumbência do poder central – e vetado às mulheres! –, porém as Províncias adquiriram autonomia para discutir e estabelecer legislações específicas sobre o ensino primário e secundário, a criação de Escolas Normais e a autorização – ou a interdição! – para as mulheres frequentarem os cursos de formação docente. Porém, a falta de uma diretriz proveniente do governo central e de uma articulação entre as Províncias implicou uma multiplicidade de legislações que refletiam diferentes concepções pedagógicas. Nesse sentido, Hahner (2003), destaca que,

A inadequação dos professores de instituições de ensino públicas e particulares levou à criação das escolas normais destinadas a formar professores ditos primários. Apesar da primeira dessas escolas normais ter surgido em Niterói, em 1835, e, em seguida, em Minas Gerais, em 1840 e na Bahia, em 1841, as escolas normais mantiveram-se até os últimos anos do Império em número reduzido, com poucas matrículas e em situação precária (HAHNER, 2003, p. 78).

Nesse contexto, em que o aparato jurídico ainda estava em processo de construção e, portanto, deficiente e portador de vícios oriundos de uma sociedade colonial e patriarcal, o costume originado das práticas sociais e do direito consuetudinário se sobrepunha aquilo que era estabelecido pela Lei. Assim, conforme salienta Saffioti (2013, p. 323-324), “essas alterações, embora [pudessem] ser facilitadas pela legislação, [dependiam] muito mais de fatores extralegais como os econômicos e os propriamente sociais”, além dos fatores culturais e religiosos que exerciam uma parcela significativa de influência sobre as mentalidades.

Louro (2013) afirma, ainda, que as concepções e as formas de educação das mulheres, apesar de apresentarem diferenças e peculiaridades culturais ao longo do tempo e do espaço, sustentaram, de forma hegemônica e nos diferentes grupos sociais, a assertiva de que

[...] para elas, a ênfase deveria recair sobre a formação moral, sobre a constituição do caráter, sendo suficiente, provavelmente, *doses pequenas* ou *doses menores* de instrução. Na opinião de muitos, não haveria porque *mobilizar* a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial – como esposa e mãe – exigiriam, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios (LOURO, 2013, p. 446).

A formação do caráter e da moral ficavam, portanto, acima da formação intelectual uma vez que a “natureza” feminina era “frágil” – física, intelectual e moralmente – e, por isso

mesmo, mais suscetível a desvios de caráter e a comportamentos e atitudes moralmente questionáveis. Afinal, não havia sido ela a infeliz protagonista do “pecado original”? Aquela que, imprudentemente, havia aberto a “caixa de Pandora”, deixando escapar todos os males do mundo?

Rosemberg (2012, p. 338) destaca, ainda, que, “ao observar[mos] o percurso da educação da mulher no Brasil no sistema educacional, é possível aprender[mos] que as mudanças de regime – Colônia, Império, Primeira República – pouco afetaram a paisagem”. Ou seja, parece haver se consolidado uma concepção que, uma vez cristalizada nas mentes, através de diferentes meios e por intermédio da ação de diferentes agentes e instituições, atravessou séculos, orientando as práticas educativas direcionadas às mulheres de forma a restringir-lhes e/ou negar-lhes o acesso à educação formal, preconizando uma suposta inferioridade intelectual feminina – presente, inclusive, nos diferentes estratos sociais.

Assim sendo, a educação destinada às mulheres, no contexto brasileiro do século XIX, restringia-se a saberes formais mínimos, enfatizando-se a formação moral e religiosa e o desenvolvimento de competências que supostamente preparavam as mulheres para atuar única e exclusivamente no espaço privado. Mesmo as meninas oriundas das camadas mais abastardas, que eram instruídas por professores e/ou tutores particulares, geralmente nas próprias residências ou em estabelecimentos de ensino de prestígio, recebiam uma educação reduzida à saberes intelectuais mínimos, pois, além de uma “sólida base religiosa”, as aulas de bordado, costura, música, desenho e pintura eram componentes curriculares obrigatórios e tomavam a maior parte do tempo de “estudo”.

Costa e Silva (2011) destaca, nesse sentido, que as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais pelas quais o Brasil passou desde a chegada da família real portuguesa, em 1808, poderiam, em um primeiro momento, nos levar a pensar na incorporação de mudanças substanciais no que se refere aos processos educativos voltados ao público feminino, porém um olhar mais atento nos revela que as modificações serviam muito mais para reforçar uma ideia de educação “domesticadora” do que de uma educação “emancipadora”.

De fato, muitas modificações ocorreram ao longo do século XIX e no fluxo destas, “apesar da desconfiança ou, mais ainda, do temor” que se tinha com relação às iniciativas de educação feminina em estabelecimentos destinados a esse fim e seus possíveis efeitos, algumas poucas meninas passaram a ir estudar fora de casa, em escolas femininas que foram surgindo nessa época por iniciativas particulares (COSTA E SILVA, 2011, p. 51). Grande parte dessas escolas era dirigida por professoras francesas, inglesas e alemãs que proporcionavam às

meninas um currículo mais amplo e sistematizado, diferindo das lições esparsas outrora ministradas na própria casa das estudantes.

Aliás, a preocupação com a educação feminina e a disseminação de instituições de ensino para o público feminino era reflexo de uma tendência que vinha se consolidando na Europa. Afinal de contas, se havia, por parte dos pais e maridos, o temor de que a alfabetização de suas filhas e esposas pudesse facilitar a correspondência entre pretendentes indesejados ou entre amantes; havia, em contrapartida, a necessidade de se educar as mulheres, visto que conhecimentos básicos de leitura e escrita e o aprendizado de línguas estrangeiras possibilitavam casamentos mais vantajosos, a manutenção do *status* social ou, até mesmo, a ascensão social.

Era preciso, portanto, educar o público feminino para atender as expectativas criadas pelo novo contexto. Assim, o currículo da educação feminina deveria abranger novas temáticas, incluindo, por exemplo, regras de convívio social, uma vez que os novos costumes, introduzidos por influência da chegada da Corte ao Brasil, impunham novos modos de falar, agir e pensar que deveriam ser apreendidos, sobretudo pelas moças da elite social, pois “começou-se a desviar o olhar de quem, à mesa, levava a faca à boca, e as mães repreendiam os filhos e, com maior rigor, as filhas que amassassem com os dedos um bolinho de comida em vez de usar o garfo” (COSTA E SILVA, 2011, p. 52).

No entanto, a incorporação de novos saberes ao currículo feminino não se deu de forma imediata, nem de forma homogênea por todo o território e por todas as camadas sociais do Brasil já que “houve homens que não se conformaram com as novidades e continuaram a manter suas esposas e filhas fechadas em casa, só saindo para ir à igreja, acompanhar procissão e cumprir o menor número possível de obrigações sociais” (COSTA E SILVA, 2011, p. 51). A assimilação dos novos costumes era vista com receio uma vez que desestabilizava a ordem que há muito regia a vida social, marcando tempos, espaços e papéis sociais. Aliás, fora do Rio de Janeiro e das cidades mais populosas, os velhos costumes que reduziam e/ou limitavam a educação feminina se mantiveram intactos por um longo período e os conventos ainda eram, para muitos, os únicos espaços “seguros” para “abrigar” as mulheres e fornecer-lhes algum conhecimento, restrito ao mínimo, evidentemente.

Além disso, a Educação Superior, ainda incipiente no Brasil oitocentista, era legalmente restrita ao sexo feminino²³ uma vez que os estudos superiores serviam, principalmente, para

²³ As mulheres puderam aceder à Educação Superior somente em 1879. Através do Decreto n. 7.246, de 19 de abril de 1879, também conhecido pelo nome de “Reforma Leôncio de Carvalho”, D. Pedro II concedeu às mulheres a prerrogativa de poderem frequentarem a Educação Superior.

preparar os rapazes para as profissões de prestígio social, sobretudo Direito e Medicina. Exercendo ou não a profissão, o título de “doutor” era, pois, uma prerrogativa masculina e significava, para aqueles que o portavam, um signo de distinção e prestígio social, habilitando-os, também, para o exercício político e mesmo para o “mundo das letras”. Muitos jornalistas e escritores do período tinham a formação inicial em Direito e/ou Medicina, porém dedicavam-se, profissionalmente, à escrita.

Portanto, “uma mulher não podia entrar na academia porque o que esta oferecia era um conhecimento dirigido, um currículo destinado a preparar os homens para a sobrevivência no mundo político” (HAHNER, 2003, p. 134). O acesso ao ensino superior significava, ainda, “um aprendizado sério”, “um rito de puberdade exclusivamente masculino limitado a um número restrito de predestinados pelo berço, pela riqueza, ou quase sempre, por ambas as coisas” (HAHNER, 2003, p. 134).

Ainda nos referindo à educação feminina no Brasil, cabe destacarmos que, nos diferentes períodos políticos que se sucederam, ao longo do século XIX – Primeiro Reinado (1822-1831), Regência (1831-1840), Segundo reinado (1840-1889) e Primeira República (a partir de 1889) – podemos perceber a existência de um “projeto civilizatório” que procurava elevar o Brasil a condição de estado-nação moderno e, principalmente, civilizado.

Este “projeto civilizatório”, por sua vez, era justamente sustentado por uma intelectualidade masculina que havia tido acesso à Educação Superior e que se propunha a construir uma identidade nacional além de elevar o Brasil à condição de nação desenvolvida, em consonância com os pressupostos políticos e ideológicos preconizados pelos países europeus – tidos como “modelos ideais de civilidade”. Reforçando essa ideia, Verona (2013, p. 9) destaca que

[...] o esforço contínuo no sentido de conferir [ao país] um aspecto mais moderno veio acompanhado de igual disposição para a tarefa de instruir seus moradores, sobretudo por parte de uma elite formada em universidades brasileiras ou europeias, que passou a desempenhar um papel importantíssimo na elaboração e consolidação das recentes instituições pátrias.

No cerne desse “projeto civilizatório” estava, pois, a educação, pois seria ela a responsável pela disseminação das “luzes da razão”. A Escola, sobretudo a escola primária, teria uma função essencial na construção de um país forte e desenvolvido aos moldes dos Estados-nação europeus, sendo a instituição responsável pela formação dos futuros cidadãos, ou seja, um elemento “indispensável para o aprimoramento social” e, na visão de muitos, “um

dos mais importantes componentes do progresso”, sobretudo no que tange à moralização da população” (VERONA, 2013, p. 9-10).

Entretanto, é imprescindível atentarmos para o fato de que, nessa conjuntura, a educação, por meio de diferentes propostas de instrução pública, foi, segundo Oliveira (2000), concebida por homens de letras e ciências que a forjaram, independentemente do viés político-ideológico, sob os pressupostos de um discurso androcêntrico, revelando e imprimindo nas suas propostas as características de uma sociedade patriarcal.

Para Verona (2013, p. 24), “a aristocracia de toga e beca”, ou seja, essa nova classe social formada por homens letrados “passou a sobrepor-se de forma mais evidente ao tradicional patriarcado, sobretudo nos centros urbanos”. Detentora de um saber socialmente aceito que justificava seu *status* social e a sua influência política, essa “intelectualidade letrada” passou a ditar os rumos do país. O patriarcado, sob a sua forma tradicional, poderia até ter saído de cena, mas seus princípios ideológicos permaneciam inalterados uma vez que eles foram (re)apropriados e (re)interpretados por essa dita “intelectualidade” oitocentista.

Assim sendo, “a sociedade inovava-se em vários aspectos, mas, em muitos outros, ainda se mantinha conservadora” (VERONA, 2013, p. 31) e a mulher deveria, na visão dos intelectuais mais liberais, aceder, de fato, à educação, mas para atender um ideal de progresso social que almejava, sob uma roupagem de modernidade, manter o *status quo* social. Ou seja, a educação dirigida às mulheres – ainda que parca e deficitária – estava longe de ser voltada à emancipação feminina e muito mais voltada à submissão e à reprodução de um paradigma social que satisfazia os interesses das elites e perpetuava o pensamento androcêntrico herdado do patriarcado colonial.

3.1.1 Entre o bisturi e a pena: duas estudantes de Medicina em Nova Iorque

A despeito das restrições impostas às mulheres com relação ao acesso à Educação Superior, muitas moças, contando com o auxílio financeiro dos próprios pais ou de particulares, foram, ao longo da segunda metade do século XIX, graduar-se no exterior onde já havia, à época, instituições que admitiam mulheres ou que haviam sido concebidas com a finalidade de atender exclusivamente o público feminino – principalmente nos Estados Unidos, sob a tutela de instituições religiosas protestantes.

Uma dessas moças foi Maria Augusta Generoso Estrela que é lembrada pela História como sendo a primeira mulher brasileira (e a primeira sul-americana!) a conquistar um diploma

de Medicina, em 1881, pelo *New York Medical College and Hospital for Women*, graças a uma bolsa de estudos concedida pelo imperador d. Pedro II.



Figura 4. Maria Augusta Generoso Estrela (1860-1946).²⁴

Maria Augusta Generoso Estrela nasceu em 10 de abril de 1860, no Rio de Janeiro. Filha do casal português Maria Luísa Estrela e Albino Augusto Generoso Estrela, Maria Augusta teve acesso à uma educação elementar tida como “esmerada” para a época no colégio de Madame Gross, destinado a moças e que funcionava no bairro de Laranjeiras, Rio de Janeiro. Sua educação foi complementada no internato do Colégio Brasileiro²⁵ onde, aprendeu, entre outras coisas, piano, canto, português, francês, inglês e prendas domésticas.

Aos 13 anos, em 1873, Maria Augusta interrompeu seus estudos e partiu, na companhia de seu pai – um rico representante comercial de um laboratório farmacêutico –, para a Europa, visitando alguns países, além de Portugal. Na viagem de volta ao Brasil, fez uma breve passagem por Funchal, Ilha da Madeira, onde estudou, por seis meses, no Colégio Villa Real.

²⁴ Retrato de Maria Augusta Generoso Estrela. Disponível em: <<http://juarezribeiroa.blogspot.com/2018/11/maria-augusta-generoso-estrela-primeira.html>>. Acesso em 20 fev. 2021.

²⁵ De acordo com Conceição (2015), no Colégio Brasileiro (RJ) conviviam com as meninas, no internato, professoras francesas, inglesas, alemãs e italianas, com o fim de tornar familiar às alunas a prática das línguas estrangeiras e inculcar regras de civilidade, como portar-se à mesa, conversar, receber visitas, entre outras regras de civilidade. Ainda de acordo com Conceição (2015), as regras de civilidade muitas vezes eram ensinadas com o uso de pequenos manuais que continham, entre outros, ensinamentos sobre: deveres gerais para com Deus, a família e a sociedade; deveres pessoais (despertar, vestir, procedimentos na mesa, visitas, conversação, comportamento na rua).

Com relação à viagem de retorno, cabe destacarmos um fato recorrente nos trabalhos biográficos e que é revelador – ou pelo menos nos dá uma ideia – da personalidade de Maria Augusta. Ao retornar de Funchal para o Brasil, a bordo do barco a vapor inglês *Flamsteed*, a embarcação acabou colidindo contra o couraçado também inglês *Blorimphon*. Na colisão o barco a vapor saiu em desvantagem, tendo alguns de seus camarotes destruídos e o casco avariado. Maria Augusta teve o seu camarote destruído, porém não se feriu, pois, contrariando as recomendações de seu pai, havia saído dos seus aposentos.

O capitão da embarcação *Flamsteed*, apesar da gravidade do acidente, se recusou, em um primeiro momento, a pedir por ajuda, deixando os passageiros aflitos. A jovem Maria Augusta, apesar da pouca idade, assumiu uma postura intrépida e foi, pessoalmente, falar com o capitão com a intenção de pedir-lhe que solicitasse ajuda ao couraçado *Blorimphon*. Diante dos apelos da jovem, o capitão mudou de postura e acabou chamando por socorro, fazendo o transbordo dos passageiros, da tripulação e das bagagens momentos antes de a embarcação vir à pique.

Encerrado o incidente com um “*happy ending*”, a atitude de Maria Augusta foi louvada não apenas por aqueles que estavam juntamente com ela na embarcação, como também por populares que a aguardavam no Rio de Janeiro, conforme descreve Silva (1954, p. 45)

Maria Augusta saltou no Rio de Janeiro debaixo de aclamações populares, recebendo as honras de uma autêntica heroína. Trajava-se, então, de marinheiro, amostrando no chapéu a fita que lhe presenteara o comandante do *Blorimphon* e trazendo ainda consigo, presente da tripulação do *Blorimphon*, um talim de ouro da espada do mais jovem oficial de bordo (SILVA, 1954, p. 45).

A fama da bravura da jovem Maria Augusta não ficou, porém, restrita ao Rio de Janeiro. De acordo com Conceição (2015, p. 4), o jornal estadunidense *New York Herald*, de 24 de abril de 1875, noticiou com destaque a chegada da jovem brasileira, “louvando sua intrépida decisão”.

De volta ao Brasil, em 1874, Maria Augusta retomou seus estudos no Colégio Brasileiro onde tinha acesso a livros, mas também a periódicos, principalmente estadunidenses. A partir do contato com estes materiais, ela ficou sabendo de uma jovem que estudava Medicina em Nova Iorque e logo manifestou ao seu pai o desejo de seguir a mesma trajetória profissional. No entanto, no Brasil, as universidades ainda eram fechadas às mulheres. A solução encontrada era seguir para Nova Iorque.

Assim, em 1875, Maria Augusta partiu do Rio de Janeiro, a bordo do navio *South America*, rumo a Nova Iorque. Lá ela requereu prestar exames no *New York College and*

Hospital for Women, uma faculdade de Medicina apenas para senhoras, porém seu pedido foi indeferido porque os estatutos da universidade exigiam a idade mínima de dezoito anos para o ingresso e Maria Augusta tinha apenas dezesseis anos de idade à época.

O pedido negado não desanimou a jovem Maria Augusta que fez uma nova petição, solicitando para expor oralmente seus motivos para se matricular naquela instituição. Argumentou, perante colegiado e corpo docente e discente, apresentando um discurso convincente o que lhe garantiu a realização de exames para o ingresso no mês seguinte. Prestou, então, exames e foi aprovada com distinção, podendo matricular-se no *New York Medical College and Hospital for Women* em outubro de 1876.

No entanto, neste ínterim, a Companhia Bristol, representada por seu pai no Brasil, quebrou e Albino Augusto Generoso Estrela ficou impossibilitado de prestar assistência financeira à filha. Porém, a empreitada de Maria Augusta, que era acompanhada pela imprensa periódica brasileira desde o início e que fazia questão de revelar detalhes de sua vida acadêmica e pessoal no exterior, fez com que a jovem ganhasse notoriedade e o imperador d. Pedro II acabou tomando ciência da situação.

Assim, em 1877, via decreto, d. Pedro II ordena a instituição de uma bolsa de estudos que pudesse pagar o suficiente para a jovem Maria Augusta pagar o curso de Medicina (100\$000 réis por mês) e cobrir despesas gerais (300\$000 réis por ano). Dessa forma, a jovem pôde concluir seus estudos em 1879, porém como, de acordo com os estatutos da instituição, ela não tinha idade suficiente para receber o diploma, teve que aguardar dois anos para completar a maioridade e receber o grau de Doutora em Medicina.

Durante o tempo de espera pelo diploma, Maria Augusta frequentou cursos e estagiou em vários serviços médicos de Nova Iorque. Na mesma época conheceu Josefa Águeda Felisbela Mercedes de Oliveira, uma outra jovem brasileira que também cursava medicina no *New York Medical College and Hospital for Women*. Juntas elas tiveram a ideia de empreender a escrita de uma publicação periódica destinada “aos interesses e direitos da mulher brasileira”, nascia, assim, o periódico “A Mulher”.

Maria Augusta graduou-se em 1881. Sendo oradora de sua turma, ela foi agraciada com uma medalha de ouro pelo seu desempenho durante o curso e pela sua tese sobre moléstias da pele. Seu retorno ao Brasil, porém, não foi imediato; ela permaneceu por mais um ano, autorizada por d. Pedro II, em Nova Iorque.

Quando retornou ao Brasil, Maria Augusta foi recebida, ao desembarcar no Rio de Janeiro, com muitas homenagens e honrarias, pois seus “feitos acadêmicos” haviam sido publicizados por alguns periódicos. Ademais, ela foi recebida, em audiência especial, por d.

Pedro II que a incentivou a exercer o ofício, a aconselhando a se dedicar ao atendimento de senhoras.

Ainda no Rio de Janeiro, Maria Augusta teve que validar o seu diploma, conforme determinava a Reforma de 1832, necessitando passar por novos exames e arguição oral. Na ocasião, porém, além de se sair muito bem nos exames, encontrou algumas mulheres já matriculadas no curso de Medicina uma vez que as universidades brasileiras passaram a permitir o acesso de mulheres aos cursos superiores a partir de 1879.

Logo após a validação de seu diploma, Maria Augusta já passou a clinicar e, em 1884, acabou conhecendo o alagoano Antônio Costa Moraes, formado em Farmácia pela Universidade de Leipzig e proprietário da Farmácia Normal. O casal uniu-se no mesmo ano, porém, segundo consta em alguns relatos biográficos, Antônio era ciumento e, por diversas vezes, tentou fazer Maria Augusta abrir mão da profissão. Ela, contudo, nunca deixou de exercer o ofício, mas passou a atender em uma das salas da farmácia do marido, onde, inclusive, várias receitas de medicamentos eram formuladas por ela.

Em 1908 Maria Augusta ficou viúva e reduziu o atendimento médico para se dedicar aos filhos, porém nunca abandonou nem os estudos, nem o exercício da profissão. Dedicava-se principalmente a mulheres e crianças, muitas vezes realizando atendimento de forma gratuita, além de prestar assessoria à colegas em casos mais difíceis.

Acabou falecendo em 18 de abril de 1946, anos 86 anos, de maneira súbita, enquanto conversava com a família. Seu nome é honrado como patrono da cadeira de número 64 na Academia de Medicina de São Paulo e dá nome a uma rua na cidade de Poços de Caldas (MG) e a uma rua na cidade de Porto Alegre (RS).

Outra moça que, a exemplo de Maria Augusta, também cursou Medicina no exterior foi Josefa Águeda Felisbela Mercedes de Oliveira. Aliás, se, por um lado, temos diversas informações sobre a trajetória acadêmica e profissional de Maria Augusta Generoso Estrela; por outro lado, no entanto, temos poucas informações sobre a sua colega de profissão, de luta e de escrita²⁶.

Sabemos que Josefa Águeda Felisbela Mercedes de Oliveira nasceu em Pernambuco, em 13 de fevereiro de 1864. Seu pai, portando um pensamento de vanguarda, permitiu e incentivou os estudos superiores da filha no exterior, no *New York Medical College and Hospital for Women*, nos Estados Unidos.

²⁶ Aliás, as doutoras, depois de formadas e de retorno ao Brasil, trocaram cartas por mais de 20 anos.

De acordo com Schumacher (2000), o pai de Josefa requereu aos cofres do Tesouro subvenção para seus estudos da filha, contando com a ajuda do barão de Nazareth, porém o requerimento acabou sendo indeferido pelo presidente da Assembleia.

Josefa, no entanto, faz saber o público, através de artigo publicado na edição de abril de 1881 do periódico “A Mulher”. As palavras de Josefa são reveladoras porque procuram expressar o sentimento de indignação, mas, também, fazer uma denúncia face aos interditos que eram impostos às mulheres para o acesso à Educação Superior. O excerto que segue, apesar de longo, merece destaque porque trazem o “espírito” da época no que se refere aos debates sobre a educação feminina e nos permite verificar os mecanismos que eram mobilizados para impedir o acesso das mulheres à educação.

Ha dois annos que tive a idéa de vir estudar medicina neste paiz e meu pai sendo carregado de numerosa família e não podendo fazer face as avultadas despezas concernentes aos estudos aqui, solicitou em meu nome da Assembléa da Heroica Provincia de Pernambuco, onde nasci, uma subvenção para esse fim.

Isto não era cousa de admirar pois havia precedentes, e diversos compatriotas nossos estavam estudando nos Estados-Unidos e Europa á custa de cofres públicos, e só a Progressista Provincia do Pará contava aqui quatro de seus filhos.

Os membros da Assembléa da minha Provincia decidiram qe se me auxiliasse com a subvenção de 100\$000 reis por mez. Pequena subvenção sem duvida si considerar-se as enormes despesas que são necessárias fazer para o estudo da carreira medica, mas enfim era um auxilio, uma animação da província a uma de suas filhas por ella estremecida.

Infelizmente o sentimento generoso que manifestou a Assembléa – interpretado por um de seus mais notáveis membros, o Sr. Dr. Tobias de Menezes, não foi sancionado pelo presidente de então o Sr. Dr. Adolpho de Barros!

Não me deterei em discutir actualmente as causas que motivaram o veto de S. Exa. Nessa ocasião: *economia... economia* foi a desculpa.

Como no nosso paiz jamais faltam incentivos nem encorajamento para aquelles que se votam a uma causa sacrosaneta, os Exmos. Srs. Visconde do Livramento e Barão de Nazareth acudiram, á exemplo de S. M. O Imperador com a minha irmã Maria Estrella, para proteger-me nessa contingencia difficil em que colocou-me o veto do presidente Dr. Adolpho de Barros.

Recebam pois os ilustres cavalheiros os Exmos. Srs. Visconde do Livramento e Barão de Nazareth o voto de minha eterna gratidão e si Deus ajudar-me, como confio, espero um dia cedo poder testemunhar-lhes o quanto lhes fui, lhes sou e lhes serei reconhecida (A MULHER, Nova Iorque, ano I, n. 4, abr. 1881, p. 2).

Além do periodismo, Josefa também se dedicou a escrita literária, publicando, em 1880 quando ainda estava em Nova Iorque, o livro “O dever”. Ela diplomou-se, juntamente com Maria Augusta, em 1881, porém retornou ao Brasil logo em seguida. De acordo com Schumacher (2000, p. 344), “pouco se sabe sobre a vida de Josefa Águeda depois de seu regresso, nem mesmo se exerceu a profissão”, porém, em carta datada de 10 de setembro de 1882 e enviada a um jornal de Pernambuco, Josefa reafirma a importância do acesso das mulheres à Educação

Superior e nos dá a entender que exerce o ofício de médica. Assim, de acordo com Schumacher (2000, p. 344), Josefa rebate os comentários maldosos,

surgidos na imprensa brasileira, que descreviam as mulheres formadas como “ébricas e desprovidas de moral”. Ela manifesta sua indignação num protesto: “sou formada em medicina, como tal recebi uma educação superior, e até o presente não desacreditei esta educação que recebi e a posição que ocupo na sociedade”.

De fato, tanto Maria Augusta quanto Josefa foram mulheres privilegiadas no sentido de contarem com recursos financeiros e apoio familiar para acederem à Educação Superior – prerrogativa que poucas mulheres gozavam nessa época. No entanto, é admirável que, em uma situação tão desfavorável, elas empreharam-se não apenas em trilhar suas próprias carreiras profissionais, mas, também, em abrir caminhos – através de suas trajetórias e escritos – para que outras mulheres pudessem se beneficiar do acesso à educação.

3.1.2 Ideias e concepções pedagógicas em “A Mulher”

Na obra intitulada “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade” a autora Heleieth Saffioti analisa a educação feminina sob a perspectiva das quatro principais correntes de pensamento que dominaram a fase pré-republicana. De acordo com a autora, os debates em torno da questão educacional, na década de 1880, “criava[m] as condições para a apresentação de numerosos projetos de lei visando a organizar o ensino em seus vários níveis e, especialmente, o ensino feminino” (SAFFIOTI, 2013, p. 300) uma vez que “[...] os papéis sociais da mulher e suas necessidades de instrução eram percebidos em consonância com as reformas sociais e políticas que cada corrente de pensamento pretendia realizar” (SAFFIOTI, 2013, p. 291).

A primeira corrente de pensamento identificada por Saffioti (2013) diz respeito ao “conservadorismo católico” sustentado pela Igreja Católica. Para a autora, “a Igreja católica representou o pensamento conservador, desdobrando seus esforços a fim de manter a ordem na qual seus interesses haviam sido investidos” (SAFFIOTI, 2013, p. 291). Assim, essa instituição social, através de seus representantes e discursos, defendia um baixo nível de educação feminina sob o pretexto da “necessidade moral e social de preservação da família” (SAFFIOTI, 2013, p. 291). Através de um discurso que antepunha “a fé à razão, a moralidade à instrução, os representantes do conservadorismo católico só entenderiam a educação plena enquanto educação religiosa” (SAFFIOTI, 2013, p. 293).

Opondo-se ao pensamento radical católico, havia o pensamento dos liberais clássicos que, na perspectiva de Saffioti (2013), tinham atitudes mais moderadas e que defendiam uma educação feminina que pudesse preparar as mulheres de maneira mais “adequada para o exercício de suas funções de esposa e mãe” (SAFFIOTI, 2013, p. 296). Ainda que os liberais clássicos defendessem a educação feminina, é importante destacarmos que “[...] não [se] pensava na emancipação econômica, social e política da mulher” (SAFFIOTI, 2013, p. 296) por intermédio da educação; pelo contrário, a educação era vista como um elemento que possibilitaria, sob a justificativa de “melhor preparar a mulher”, o reforço de comportamentos de submissão social historicamente impostos às mulheres.

Além das perspectivas conservadora e liberal clássica, Saffioti (2013) nos apresenta, igualmente, o plano positivista de instrução feminina. Segundo a autora, o Positivismo possuía “uma visão especial sobre as diferenças entre os sexos e dos papéis sociais que os representantes de um e outro [deveriam] desempenhar” (SAFFIOTI, 2013, p. 297) o que, por consequência, influenciava diretamente a concepção de educação feminina preconizada por essa corrente de pensamento.

Para a corrente positivista, homem e mulher eram “concebidos como seres não apenas biológicos, mas também mental e socialmente complementares. A uma superioridade afetiva da mulher corresponde uma superioridade de caráter do homem; à inteligência analítica do homem corresponde a inteligência sintética da mulher” (SAFFIOTI, 2013, p. 297). Logo, tendo características físicas, morais e intelectuais distintas, homens e mulheres não poderiam ser ensinados da mesma forma nem participar de uma coeducação – embora os mestres pudessem ser os mesmos para ambos os sexos.

Ademais, a corrente de pensamento positivista, assim como aquela defendida pelos liberais clássicos, não pretendia uma educação feminina que conduzisse à emancipação. Aliás, o que se pretendia era preparar a mulher “tendo em vista que os filhos são educados pelas mães”. Elas, enquanto educadoras dos futuros cidadãos, deveriam estar aptas a desempenhar sua função, portando uma forte base moral e saberes indispensáveis para incutir nos filhos o amor à Pátria. Assim, “não [era] à emancipação da mulher que o positivismo [visava]; [objetivava], ao contrário, ressaltar sua condição heteronômica na sociedade em geral e na família [...]” e “sua preeminência moral constituiria meramente um disfarce para sua heteronomia social, econômica e política” (SAFFIOTI, 2013, p. 298).

Por fim, a quarta corrente de pensamento explorada por Saffioti (2013) na fase pré-republicana refere-se ao “cientificismo liberal”. De acordo com a autora, caberia à essa corrente de pensamento “a formulação das teses mais avançadas que na época se conceberam sobre a

situação da mulher no Brasil”. Havia, por parte dessa corrente de pensamento, “[...] a crença inabalável no poder da educação como fator de mudança social e de justiça social constituía, por assim dizer, a questão-chave de cuja solução dependia o progresso da sociedade brasileira” (SAFFIOTI, 2013, p. 299). Sendo assim, era imprescindível, para o cientificismo liberal, que toda a população brasileira fosse educada – tanto homens quanto mulheres, independente da classe social –, pois o progresso da nação estava direta e proporcionalmente ligado ao nível de instrução de seus habitantes.

Percebemos, portanto, que havia diferentes concepções e projetos pedagógicos para a educação feminina ao longo do século XIX. Apesar de o destino da maioria desses projetos ser o de “[mofar] nas comissões à espera de uma reforma geral da instrução pública, que estava sempre por vir” (SAFFIOTI, 2013, p. 300), cabe destacarmos que eles procuravam suscitar debates e mobilizar a opinião pública em favor de seus pontos de vista. Aliás, de acordo com Saffioti (2013, p. 302),

[...] foram os protestos do cientificismo e do liberalismo que desencadearam o lento mas constante processo de conscientização da situação da mulher. O sentido mais imediato desse protesto seria iniciar a penosa preparação de que necessitaria a opinião pública a fim de compreender e legitimar as aspirações de uma melhor educação feminina.

E, nesse contexto, torna-se pertinente pensarmos o papel desempenhado pelo periodismo feminino. Além de representar um meio através do qual as mulheres oitocentistas poderiam aceder a algum tipo de informação e/ou conhecimento em um contexto educacional desfavorável para elas, os periódicos eram, igualmente, espaços de divulgação, de discussão e de defesa de diferentes propostas político-pedagógicas de educação feminina. Sendo assim, Josefa Águeda de Oliveira e Maria Augusta Estrela, argumentavam, em 1881, no periódico “A Mulher”:

se os homens teem seus defensores; se cada politica mantem seu orgão na imprensa para defesa dos seus direitos que julgam ameaçados; se todos os governos mantem advogados na imprensa para defendel-os da aggressão da opposição; se cada ramo de sciencia tem um vehiculo para sustentar seos direitos, por que rasão é que a mulher não há de erguer-se altiva e nobre na imprensa para advogar seus direitos sociaes? (A MULHER, Nova Iorque, ano I, n. 4, abr. 1881, p. 21).

No entanto, podemos observar que cada periódico possuía uma orientação ou linha de pensamento que se filiava às diferentes correntes de pensamento político-pedagógico existentes no século XIX que iam desde aquelas mais conservadoras, alinhadas ao “conservadorismo católico” identificado por Saffioti (2013), até as correntes mais “cientificistas liberais” que

defendiam a educação feminina como forma de contribuir para o progresso do país e o bem-estar social.

Podemos citar, como exemplo de publicação que trazia uma concepção mais conservadora no que se refere à educação feminina, o periódico “A Mai de Família” (1879-1888). A publicação, que portava o subtítulo de “jornal científico, literário e ilustrado – educação da infância, higiene da família”, era ciente do papel que a imprensa desempenhava no contexto do Brasil oitocentista – “verdadeira alavanca do Progresso”, “ubérrimo manancial da educação popular” – e pretendia, por intermédio de suas páginas, difundir a ideia de que a melhor educação feminina seria aquela que preparasse as mulheres para o desempenho da função materna:

É partindo d’esta ideia que aparece hoje o jornal: *A Mãe de Família* dedicado ás dignas senhoras, que sendo já ou devendo ser *mães de família* bem devem compreender o sublime encargo que lhes é confiado (A MAI DE FAMILIA, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, jan. 1879, p. 2).

A maternidade era, portanto, vista como o fim único para o qual a mulher havia sido “naturalmente destinada”. Necessitando cumprir com o seu “dever”, as mulheres precisariam tomar, segundo a publicação, o seu “destino natural” com resignação e buscar instruir-se com os conhecimentos que pudessem auxiliá-las a melhor desempenhar o seu papel social, pois:

As mulheres em nosso paiz não cumprem tanto quanto deviam os sagrados deveres de mães... Umas por vaidade, outras por pobreza e finalmente muitas por desculpada ignorância não cumprem a sua missão sublime, a unica que lhes foi confiada, a da Maternidade! Desculpai essa severidade, mas é o nosso dever fallar assim. Não queremos entretanto com isso dizer que em os corações das senhoras Brasileiras não se agite esse sentimento indizível chamado: amôr materno, não, é que lhes faltam conhecimentos especiaes que antes de tudo lhes deveriam ensinar (A MAI DE FAMILIA, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, jan. 1879, p. 2).

Contraopondo-se à essa ideia de educação feminina como preparação para a maternidade, o periódico “A Mulher”, cujo primeiro número surgiu dois anos após a primeira edição do periódico “A Mai de Família”, buscou trazer uma proposta de educação feminina em consonância – ou, ao menos, muito mais alinhada – com a perspectiva “cientificista liberal” explorada por Saffioti (2013).

Diferentemente das ideias trazidas pelo Dr. Carlos Costa – redator do periódico “A Mai de Família” –, as também doutoras Josefa Águeda de Oliveira e Maria Augusta Generoso Estrela buscavam argumentos científicos para justificar a igualdade intelectual entre homens e mulheres e, por consequência, reivindicar o direito das mulheres em aceder à Educação

Superior visto que as mulheres, na perspectiva das doutoras, seriam “inteligentes e dignas de grandes cometimentos” (A MULHER, Nova Iorque, ano I, n. 1, jan. 1881, p. 2).

Em uma época em que as mulheres eram privadas de autonomia – econômica, política, social e intelectual –, é interessante atentar para o fato de que as autoras do periódico “A Mulher” defendiam a Educação Superior como sendo um “direito” das mulheres. A propósito, o próprio subtítulo do periódico – “periódico ilustrado de literatura e belas artes, consagrado aos interesses e direitos da mulher brasileira”²⁷ – evidenciava essa pretensão ao sustentar a ideia de que a mulher seria um sujeito portador de “direitos”, tal qual o homem sempre fora considerado. Para Josefa e Maria Augusta, “a mulher, contemplando-se á luz do direito natural e social modernos, pelo seu organismo physiologico, deve ter os mesmos direitos que o homem” (A MULHER, Nova Iorque, ano I, n. 4, abr. 1881, p. 27).

Ademais, as autoras acolhiam com entusiasmo não apenas o reconhecimento e o engajamento das próprias mulheres à ideia de que elas eram sujeitos portadores de direitos como também vibravam com o fato de que “a sociedade brasileira se bem que nova ainda, já possui homens que inspirando-se na verdade advogam os inauferíveis direitos da mulher: são luzeiros que aparecem no meio das trevas” (A MULHER, Nova Iorque, ano I, n. 4, abr. 1881, p. 27). No entanto, as autoras lastimavam, com mesma intensidade, o fato de “que algumas senhoras dominadas ainda dos vestutos costumes queiram conservar-se jungidas as velhas instituições que condemnam a mulher ao esquecimento” (A MULHER, Nova Iorque, ano I, n. 4, abr. 1881, p. 27).

A única razão que justificaria tal comportamento, segundo as redatoras de “A Mulher”, seria uma só: a “educação imoral e escravizadora” a qual as mulheres brasileiras vinham sendo submetidas. As autoras destacavam, ainda, que “os que no Brazil condemnam a instrução superior da mulher, invejam as idades antiga e media, desejam que os costumes da Turquia e da India [lugares nos quais a mulher é uma entidade nulla, um paria] vão para o Brazil” (A MULHER, Nova Iorque, ano I, n. 6, jun. 1881, p. 47).

Dessa forma, as autoras pretendiam, através de seus conhecimentos e de sua escrita periódica engajada em defesa da educação feminina, contribuir “na causa da emancipação da mulher brasileira” e demonstrar que

²⁷ De janeiro de 1881 à abril de 1881, o periódico portou o subtítulo de “periódico ilustrado de literatura e belas artes, consagrado aos interesses e direitos da mulher brasileira”. A partir de abril de 1881, no entanto, a publicação passa a ter o seguinte subtítulo: “periódico ilustrado de ciências, literatura e belas-artes, consagrado aos interesses e direitos da mulher brasileira”. Além da incorporação da palavra “ciências”, houve a incorporação do título de “Dr.^{as}” na frente do nome da então recém-formada em Medicina Doutora Maria Augusta Generoso Estrela. Já, na edição de fevereiro de 1883, o subtítulo do periódico passa a ser “periódico de literatura, medicina e belas artes” e o nome das autoras figura sem títulos.

seria um fenomeno ridículo se a mulher, parte tão encantadora da humanidade, fosse organizada para não ter as mesmas faculdades sublimes que tem o homem, para não ter as aspirações generosas que tem o homem, para não ter as concepções insignes e admiraveis que tem o homem, para as sciencias (A MULHER, Nova Iorque, ano I, n. 1, jan. 1881, p. 2).

Para as autoras, “não obstante a sua pequena massa cerebral”, a mulher não seria somente apta “para ser mãe e para a cozinha”, pois “a sciencia e a historia oferecem provas inconcussas de que teem havido muitas mulheres e que existem ainda muitas, que foram e são superiores a muitos homens scientificos; e que escreveram trabalhos que são citados com orgulho por médicos insignes” (A MULHER, Nova Iorque, ano I, n. 1, jan. 1881, p. 2).

Ao longo das edições analisadas, foi possível percebermos que os argumentos em favor da capacidade intelectual feminina eram continuamente reforçados, afinal as redatoras do periódico “A Mulher” procuraram, ora com maior ora com menor ênfase, trazer argumentos históricos e científicos que pudessem sustentar a ideia de igualdade intelectual entre homens e mulheres.

Essa ideia-chave merece especial atenção de nossa parte justamente porque em uma época em que a Medicina era utilizada para justificar uma concepção de inferioridade feminina – física, moral e intelectual –, as doutoras Josefa e Maria Augusta procuraram se inserir no debate, através da escrita periódica, fazendo oposição ao pensamento científico misógino, conforme exemplifica o excerto do artigo intitulado “A instrução superior da mulher”, publicado em 1883:

Celebres anatomistas procuraram reformar a sentença condemnatoria contra a mulher, provando com a sciencia que ella pode instruir-se nas sciencias, como os homens. Ora, como, quando a luz penetra nas trevas, estas desaparecem, por isto algumas senhoras se entregaram a sérios estudos das sciencias naturaes, medicas, revelando a verdade de que podia competir com o homem no seu campo vastíssimo, não obstante a sua menor massa encephalica. A historia, que é o imenso espelho no qual se reflectem todos os factos da humanidade, nos mostra nomes celebres de senhoras, formadas em medicina, litteratas eminentes e poetisas sublimes. Como oppôr-se alguém á prova dos factos e a verdade scientifica? É impossível. Portanto contribuam todos, maxime as senhoras, para que a instrução superior se diffunda pelo sexo feminino; porque com a superior educacao da mulher a sociedade retemperará novas luzes para a fraternização humana no imperio do trabalho e da moral (A MULHER, Pernambuco, ano I, n. 7, fev. 1883, p. 2).

As redatoras Josefa e Maria Augusta procuraram trazer, ainda, um “inventário”, na edição de março de 1881, com o objetivo de elencar algumas academias nas quais as mulheres eram admitidas. À época, de acordo com as autoras, “há 153 Academias nas quaes se admitem mulheres nos seus cursos de estudos” (A MULHER, Nova Iorque, ano I, n. 3, mar. 1883, p.

22). As autoras encerravam o artigo, após citar mais de uma dezena de academias e universidades estadunidenses, reafirmando a capacidade intelectual feminina para a Educação Superior: “temos sabido de pessoas em conexão com estas Universidades, que o adiantamento das mulheres é igual ao dos homens” (A MULHER, Nova Iorque, ano I, n. 3, mar. 1883, p. 22).

Outro aspecto abordado pelo periódico “A Mulher” e que merece nosso destaque refere-se ao fato de que as autoras advogavam não apenas em favor do acesso, enquanto direito, das mulheres à uma área específica da Educação Superior²⁸. Apesar de estarem cientes das “vantagens das senhoras em curar suas semelhantes” e, elas mesmas, se dedicarem à Medicina e, em especial, à saúde da mulher, clinicando, posteriormente, para mulheres e crianças, as doutoras acreditavam que as mulheres poderiam ser capazes de atuar em muitas outras áreas de conhecimento e em profissões diversas.

Assim, no excerto que segue, pudemos identificar uma argumentação em favor da expansão das zonas de atuação feminina e, ao mesmo tempo, uma crítica à “aristocracia de toga e beca” (VERONA, 2013, p. 24), ou seja, uma crítica à organização da Educação Superior brasileira que preparava somente para algumas poucas profissões que, na concepção das redatoras, além de formarem uma pequena “elite”, não iriam garantir, por si só, a prosperidade do país.

Até o presente a instrução superior no Brazil circumscreve-se em preparar bacharéis, médicos, engenheiros e alguns artistas. Aquelle que não póde preparar seus filhos para estes ramos, não encontra outros que lhe garantam um futuro lisonjeiro. Entretanto há outros ramos de instrução superior que, estudados, hão de concorrer para a prosperidade da Patria e bem estar dos educandos e suas futuras familias. O ensino da agricultura, por exemplo, com seus diversos ramos, agronomia, chimica agrícola, etc., mineralogia, economia, zoologia, horticultura, veterinária, botânica, cruzação das raças de bois, ovelhas, psicultura, etc., será muito útil. Para que estes ramos sejam ensinados com proveito, é uma necessidade que, por todas as províncias e cidades mais populosas, se abram escolas para ensinál-os. Deve o governo, nos estatutos para essas escolas, consignar disposições para serem admitidas senhoras que quizerem instruir-se (A MULHER, Pernambuco, ano I, n. 7, fev. 1883, p. 2).

Cabe destacarmos, ainda, que em um contexto em que predominavam diferentes concepções pedagógicas e projetos para a educação feminina, as redatoras defendiam uma educação emancipadora para as mulheres, mas, ao mesmo tempo, acreditavam no potencial transformador da educação para o progresso de todos indivíduos e, por consequência, das

²⁸ De acordo com Costa (2016), se, a partir de 1879, as mulheres passaram a ter acesso à Educação Superior, esse acesso era limitado, pois muitas áreas ainda permaneciam de portas fechadas para elas. Na área da Medicina, por exemplo, as mulheres eram direcionadas à Enfermagem (área ligada ao cuidado) e à Obstetrícia (para cuidar de suas “semelhantes”), porém o campo da Cirurgia (que gozava de maior prestígio social) era uma prerrogativa masculina – e assim manteve-se por um longo período.

nações, conforme expresso no excerto que segue, retirado do artigo intitulado “A instrução primaria e a superior no Brazil”:

Se o governo atender ás palpitantes necessidades que reclamam o ensino moderno, em pouco tempo conseguirá formar uma pleiade ilustre de homens e senhoras que, com o seu saber, erguerão nossa patria, tão rica de mineralogia, de madeiras importantes e de um solo fecundo, do atraso em que se acha a agricultura, as industrias manufactureiras e mechanica, etc. Sem estes ramos nunca o Brazil chegará a conquistar um lugar distincto entre as nações civilizadas, nem passará de méro importador somente; o que é uma desgraça para nossos concidadãos e uma vergonha eterna para o governo (A MULHER, Pernambuco, ano I, n. 7, fev. 1883, p. 2).

As redatoras eram cientes dos avanços educacionais que vinham se processando em outros países – sobretudo nos Estados Unidos e Europa – e acreditavam que o Brasil, para se elevar ao *status* de nação moderna, deveria seguir o exemplo das ditas “nações desenvolvidas” e realizar investimentos substanciais na área da Educação, pois “só por meio da instrução poderá o Brasil atingir a prosperidade capaz de satisfazer ao império e as necessidades de seus habitantes” uma vez que “o adiantamento scientifico e moral depende da diffusão da instrução em todas as classes e sexos” (A MULHER, Pernambuco, ano I, n. 7, fev. 1883, p. 2-3).

Ademais, consoante a ideia de progresso social por meio da educação, Josefa e Maria Augusta, traziam, com recorrência nas páginas de seu periódico, a ideia de que por meio do acesso à educação – e em especial à Educação Superior – as mulheres brasileiras não apenas alcançariam a tão almejada emancipação – tanto intelectual como econômica –, mas, também, poderiam ser “úteis à Pátria”. Elas próprias, repetidas vezes, expressaram essa expectativa com relação às suas próprias carreiras acadêmicas:

Duas grandes idéas se abrigam em nossos coracoes – o amor da Patria e a defesa do nosso sexo tao guerreado, como considerado incapaz de receber instrução superior; poderíamos advogar princípios novos, porem não, contentamo-nos apenas em mostrar que tanto a mulher como o homem se podem dedicar ao estudo das sciencias. Confiadas no patriotismo dos brasileiros, no sentimento nobilíssimo das brasileiras, comecemos a publicação da MULHER. Em breve nos ocuparemos das questões concernentes á medicina e das vantagens das senhoras em curar suas semelhantes. Somos duas brasileiras que, abandonando a Patria, que separando-nos do seio das charas familias, fizemos o grande sacrificio de vir estudar medicina, no intuito de ser uteis ao nosso paiz, e se servir a humanidade afflictta (A MULHER, Nova Iorque, ano I, n. 4, abr. 1881, p. 26).

É possível percebermos, portanto, que, ao longo do século XIX, coexistiam diferentes projetos político-pedagógicos no que se refere à educação feminina, sendo que todos eles disputavam a opinião pública em favor de suas aspirações – um verdadeiro “campo de batalhas”. E a imprensa periódica representava, nesse contexto, um importante veículo não

apenas para a divulgação de informações, mas, também, para a disseminação de diferentes concepções pedagógicas e projetos educativos, procurando, através de estratégias argumentativas diversas, engajar o público em favor de suas propostas.

No entanto, é interessante destacarmos que muitas dessas publicações periódicas defendiam pontos de vista do masculino sobre o feminino e não ideias advindas das próprias mulheres sobre o “tipo” de educação que elas almejavam para elas mesmas. Nesse sentido, o periódico “A Mulher” representou, além de uma publicação idealizada e concebida por e para mulheres, uma publicação que trouxe consigo a marca da autoria.

Essa autoria não se manifestou apenas na escrita, mas, para além disso, representou a emergência de uma autoria mais forte e profunda – a autoria de pensamento –, rompendo, assim, com os cânones que preconizavam a inferioridade intelectual e criativa das mulheres. Suas redatoras apresentaram, ao longo da existência do periódico, um projeto político-pedagógico que se opunha à “educação domesticadora” na tentativa de promoverem uma “educação emancipadora”, baseada na premissa da educação enquanto um direito igualmente feminino e na igualdade intelectual entre homens e mulheres.

3.2 PALAVRA ESCRITA: DA APROPRIAÇÃO À RESISTÊNCIA

O acesso das mulheres ao conhecimento – através de espaços formais ou informais – sempre foi, ao longo da História, vetado e/ou restrito. E, nesse sentido, quando os elementos sociais, políticos e culturais não conseguiam dar conta de restringir ou vetar o acesso das mulheres ao saber, elementos legais eram mobilizados. De 1827, quando foi instaurada a primeira lei sobre a instrução pública primária no Brasil, até, 1879, por exemplo, o acesso à Educação Superior era legalmente vetado às mulheres.

Nesse mesmo espaço-temporal, a educação pública primária era até permitida às mulheres – ainda que sob um currículo diferenciado e reduzido aos saberes mínimos para elas –, mas o seu estabelecimento, de fato, esbarrava em uma série de entraves. Estes, por sua vez, poderiam ser de origem cultural como, por exemplo, a resistência por parte das famílias em permitir que suas filhas frequentassem as escolas primárias.

Reforçando esses entraves culturais, estavam aqueles de ordem legal tais como a necessidade de anuência por parte dos Presidentes das Províncias e de votação em Conselho para o estabelecimento de escolas públicas de primeiras letras, conforme explicitado em lei²⁹:

²⁹ Lei de 15 de outubro de 1827.

Art. 2º Os Presidentes das províncias, em Conselho e com audiência das respectivas Câmaras, enquanto não estiverem em exercício os Conselhos Gerais, marcarão o número e localidades das escolas, podendo extinguir as que existem em lugares pouco populosos e remover os Professores delas para as que se criarem, onde mais aproveitem, dando conta a Assembleia Geral para final resolução.

No entanto, as mulheres, através do emprego de diferentes estratégias, sempre buscaram formas de contestação, resistência e luta contra as imposições legais, os valores culturais e os ditames sociais que, desde muito, as oprimiam e silenciavam suas vozes. Nesse sentido, Eggert (2017) resgata o legado intelectual de algumas mulheres tais como a francesa Olympe de Gouges (1748-1793), a inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797) e a brasileira Nísia Floresta (1810-1885). A partir da análise da produção intelectual dessas autoras, podemos observar um movimento de empoderamento por meio da palavra escrita.

Todas essas autoras procuraram, por intermédio de seus muitos escritos – artigos, romances, crônicas, ensaios, manifestos, etc. –, expressar suas ideias, contestando e opondo-se ao pensamento androcêntrico e misógino e reivindicando, entre outras demandas, o direito à educação. Ao desviarem-se do senso comum, daquilo que era concebido como um “destino natural” para elas, essas autoras romperam com os paradigmas sociais e culturais de suas épocas, revelando profícua atividade intelectual e projetando um novo “tipo” de mulher – a “mulher de letras” que passou a fazer frente ao, até então absoluto, “homem de letras”. A transgressão havia, portanto, também se estabelecido através do intelecto e “a bela, frágil (e burra!) mulher enquadrada, não somente pelos renascentistas, mas em especial pelos filósofos do Iluminismo, sai do quadro, quebra a moldura e desconcerta[va] a harmonia do mundo ordenado por uma lógica apenas” (EGGERT, 2017, p. 230).

Porém, “a conquista do território da escrita, da carreira de letras, foi longa e difícil para as mulheres no Brasil” que, “excluídas do processo de criação cultural, [...] estavam sujeitas à autoridade/autoria masculina” (TELLES, 2013, p. 409). Assim, não obstante o século XIX ser considerado “o século do romance”, marcado por uma efervescência cultural e intelectual e por uma produção literária significativa, tanto na Europa quanto no Brasil, sustentava-se, à época, a concepção de que as mulheres não poderiam aceder a certos espaços públicos, à vida política, à Educação Superior e, por consequência, aos processos de criação e expressão artísticos, incluindo toda e qualquer manifestação literária.

A produção escrita e a carreira de letras eram, portanto, prerrogativas masculinas, um “ofício de homem”. Ofício este que, não apenas garantia uma profissão, mas, também, certo

status social e o acesso a uma classe – a dos “homens de letras” – que pretendia, através do domínio da linguagem escrita, destacar-se e exercer poder político e/ou intelectual.

Aliás, cabe destacarmos que, antes de servir aos propósitos expressivos e comunicativos, a linguagem – oral ou escrita – é instrumento de poder uma vez que “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos” (FOUCAULT, 1996, p. 8-9). Ademais, conforme nos ensina Foucault (1996, p. 10), “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e o poder”.

Dessa forma, o século XIX, que presenciou uma profícua produção literária mundial e a emergência de uma literatura genuinamente brasileira, negou às mulheres o protagonismo literário, mas lhes reservou a condição de “musa inspiradora”. Uma vez reduzidas a condição de “objeto de admiração”, as mulheres eram representadas sob a ótica masculina, portando as características e os atributos idealizados e materializados pela pena de um autor – sempre do sexo masculino – e, portanto, impregnadas de uma carga simbólica inerente à uma sociedade androcêntrica e misógina uma vez que “as representações literárias não são neutras, são encarnações ‘textuais’ da cultura que as gera” (TELLES, 2013, p. 408).

A mulher refletia, portanto, as concepções e os desejos do masculino sobre o feminino. Exaltavam-se, através das personagens femininas presentes na literatura, as virtudes e os atributos que se queriam para as mulheres como, por exemplo, a obediência, a paciência e a candura – a mulher enquanto “anjo” –, mas criticavam-se, com veemência, aqueles comportamentos e características considerados “inadequados” ao “belo sexo” como, por exemplo, a emancipação econômica e intelectual. Nesse caso, as personagens eram retratadas como “bruxas”, “sedutoras” e “pecadoras”.

Todavia, foi nessa conjuntura que algumas mulheres brasileiras, apesar do contexto desfavorável para elas, lançaram-se na escrita, enfrentando, para tanto, uma série de obstáculos. Primeiramente, as mulheres tiveram que lidar com o analfabetismo que, no século XIX, apesar de atingir um número significativo da população brasileira, incidia com maior ênfase sobre as mulheres de maneira que, de acordo com o primeiro censo brasileiro datado de 1872, 19,8% dos homens e somente 11,5% das mulheres sabiam ler e escrever (HAHNER, 2003).

O baixo índice de instrução entre as mulheres oitocentistas, revelado pelos números do censo de 1872, é reforçado por relatos de viajantes estrangeiros que passaram pelo Brasil ao longo do século XIX. Schwarcz (2011, p. 207) nos adverte de que “é preciso desconfiar das memórias de viajantes, que guardam sempre um olhar externo diante da realidade que

pretendem descrever”, porém, uma vez guardadas as devidas proporções, esses relatos nos ajudam a compreender a realidade em que essas mulheres encontravam-se, bem como a sua relação com a educação.

Jean-Baptiste Debret (1768-1848), por exemplo, pintor e desenhista francês, foi capaz de captar através de seus escritos e desenhos, feitos ao longo dos quinze anos em que viveu no Brasil, importantes aspectos do cotidiano e da sociedade brasileira, sobretudo da cidade do Rio de Janeiro – capital do Império. Na obra “*Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*”, Debret trata especificamente da educação feminina e afirma que

Desde a chegada da Corte ao Brasil, tudo estava preparado, mas nada de positivo foi feito pela educação das jovens senhoritas brasileiras porque, em 1815, ela se limitava, como antigamente, a saber recitar orações de cor e a realizar operações matemáticas simples, não possibilitando nem o cálculo, nem a escrita. O trabalho de agulha ocupava o lazer porque toda a espécie de cuidado relativo ao trabalho doméstico é sempre confiado às mulheres escravas. Os pais e os maridos favorecem essa ignorância para destruir, desde o princípio, os meios de correspondência amorosa (DEBRET, 1839, p. 10, tradução nossa).

Além de Debret, podemos citar o relato do zoólogo e geólogo suíço Louis Agassiz (1807-1873), que esteve no Brasil entre 1865 e 1866, comandando a Expedição Thayer, que, partindo de Nova Iorque, passou pelo Rio de Janeiro, Minas Gerais, Nordeste do Brasil e Amazônia. Agassiz escreveu, juntamente com sua esposa, Elizabeth Cary Agassiz (1822-1907), a obra intitulada “*Voyage au Brésil*” (1867), na qual atenta para o fato de que

em geral, no Brasil, pouco se cuida da educação da mulher; o nível da instrução dada nas escolas femininas é pouquíssimo elevado; mesmo nos pensionatos freqüentados pelas filhas das classes abastadas, todos os professores se queixam de que se retiram as alunas justamente na idade em que a inteligência começa a se desenvolver [...]. O casamento as espreita e não tarda em tomá-las [...]. Alguns pais mais razoáveis prolongam a permanência no pensionato ou fazem dar a instrução em casa até dezessete ou dezoito anos; outros mandam suas filhas para o estrangeiro. Habitualmente, porém, salvo uma ou duas matérias bem estudadas, o francês e a música, a educação das jovens é pouco cuidada e o tom geral da sociedade disso se ressent. Claro está que, na sociedade brasileira, mulheres há cuja inteligência recebe um alto grau de cultura; mas a minha afirmação nem por isso deixa de ser verdadeira; são meras exceções e nem outra coisa se poderia dar com o atual sistema de educação, sendo que as mulheres que o personificam sentem amargamente a influência de um tal sistema sobre a situação que para o seu sexo criam os costumes nacionais (AGASSIZ, 2000, p. 435-437).

Os relatos de Debret e Agassiz nos dão uma ideia do quão desfavorável era o contexto vivenciado pelas mulheres brasileiras no século XIX e de como a sociedade de então se valia de diferentes estratégias para manter as mulheres em um constante estado de ignorância e, portanto, de submissão. Sendo assim, as mulheres precisavam, antes de se lançar à escrita,

romper com uma ignorância socialmente desejável e dominar o código escrito para além da leitura de preces em cadernos de orações que ostentavam nas missas de domingo (VERONA, 2013). Aliás, cabe nos perguntarmos: esses “livrinhos de oração” constituíam um signo de um saber a serviço da emancipação ou da domesticação? Realizava-se a sua leitura ou o seu conteúdo era puramente memorizado e repetido solenemente?

Uma vez conquistado o acesso e o domínio da leitura e da escrita, o próximo passo para as mulheres foi o de ter que “escapar dos textos masculinos que as definiam como ninharia, nulidade ou vacuidade, como sonho e devaneio, e tiveram de adquirir alguma autonomia para propor alternativas à autoridade que as aprisionava” (TELLES, 2013, p. 408-409). Elas tiveram, então, que adentrar no universo das letras e (re)elaborar e (re)significar o ato criativo/produzido da escrita para escapar dos estereótipos definidos pela Literatura para as personagens femininas, procurando, ao mesmo tempo, afirmar a capacidade criativa/autoral que lhes era negada.

Havia inclusive um movimento, sustentado por discursos médicos e científicos, que argumentava em favor de uma pretensa inferioridade intelectual feminina supostamente comprovável através da Ciência. Para essa corrente de pensamento, a “natureza feminina” não era apenas diferente da masculina, mas se caracterizava, sobretudo, pela “falta”. Falta que poderia ser mensurável a partir da verificação tanto de aspectos físicos (falta de força ou de tônus muscular, por exemplo) quanto intelectuais (tamanho e forma do crânio, por exemplo). O paradigma se fortalecia, sob pressupostos científicos: “aos homens a força e a razão, e às mulheres, a fraqueza do espírito e das ideias e a beleza do corpo” (EGGERT, 2017, p. 219).

Verona (2013) destaca a simbiose que passou, a partir de então, a se estabelecer entre os discursos político, intelectual e médico no sentido de ratificar uma suposta e pretensa “inferioridade feminina”. Desse modo, os médicos,

encarregavam-se de formular um rol extenso de diferença entre os sexos calcado na “cientificidade” e, para tanto, recorreram a explicações orgânicas, fisiológicas etc., que explicitassem e justificassem as características desiguais entre homens e mulheres. A inferioridade das mulheres é legitimada por argumentos que exprimem um desenvolvimento marcado por várias fases críticas, muitas vicissitudes e uma longa série de “revoluções tumultuosas” que as colocam em circunstâncias desfavoráveis em relação aos homens (VERONA, 2013, p. 49).

Essa suposta inferioridade feminina só era “compensada” quando a mulher alcançava o *status* de mãe, pois a maternidade figurava, além de “destino natural”, como um elemento “redentor” – estreitamente ligado à religiosidade e ao culto católico de Maria. Outras experiências de vida que pudessem “desvirtuar a moça desse ‘destino marcado pela natureza’ deviam ser rigorosamente evitadas” uma vez que “a mulher não [havia sido] feita para figurar

no liceu ou no pórtico, nem no ginásio ou hipódromo; e seu destino [era] o de estabelecer o encanto e o doce laço da família [...]” (VERONA, 2013, p. 51).

Para a doutrina positivista – que influenciou o pensamento intelectual brasileiro a partir da segunda metade do século XIX –, a mulher deveria ser “a rainha do lar” e o “anjo tutelar” da família, sendo o espaço doméstico o seu lugar por excelência, um destino “natural” inalienável. Por meio de sua ação, seja na administração do lar ou na educação dos filhos, a mulher estaria exercendo um papel crucial e cumprindo o seu “dever” para com a sociedade. Assim, para que fosse mantida a “ordem social”, uma das principais bases da doutrina positivista, e para que, por meio desta, se alcançasse o almejado “progresso”, a mulher deveria

[...] permanecer em casa dedicando-se ao papel de guardiã da moral e dos bons costumes, garantindo seu estado puro. Ficava também restrita ao lar [...] pelo fato de ser considerada inferior ao homem no que diz respeito à inteligência e ao raciocínio, sendo assim movida unicamente pela emoção. Devido a isso, foi denominada por Comte de *sexo afetivo*, sendo a representação da mais pura emoção. E, uma vez que são os sentimentos que determinam sua ação, era considerada irracional, tendo que ser protegida pelo homem (ISMÉRIO, 1995, p. 25).

Dessa forma, em um contexto repleto de entraves históricos, sociais e culturalmente construídos, as mulheres, muitas de forma autodidata, lançaram-se na escrita, fazendo-se romancistas, ensaístas, poetisas e jornalistas. Inicialmente de maneira experimental e bastante tímida, as autoras, principalmente as periodistas, escondiam-se sob pseudônimos (masculinos e/ou femininos) ou assinavam os textos somente com as iniciais, porém, paulatinamente, elas começaram a sair do anonimato, lançando-se, inclusive, na escrita de forma profissional, construindo identidades autorais.

Assim, apropriadas da palavra escrita e portando uma identidade enquanto autoras, essas mulheres procuraram exprimir seus anseios, dilemas e visões de mundo. A palavra escrita passou a representar para essas mulheres não apenas um meio de comunicação, uma forma de expressão; mas, mais do que isso, significava colocar no papel uma “leitura de mundo”, sob a ótica feminina. Leitura esta que, aliás, não limitava a “decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa[va] e se alonga[va] na inteligência do mundo”, pois a “leitura do mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE, 1989, p. 9).

Abria-se, pois, pouco a pouco, “uma brecha nas zonas proibidas” (PERROT, 2015, p. 33) e a escrita passou a ser vista e utilizada, por parte de algumas mulheres, como uma ferramenta política, de luta e de resistência a fim de denunciar e militar contra a condição de subordinação a qual as mulheres vinham sendo historicamente sujeitadas e para engajar a

opinião pública em favor da emancipação feminina e, portanto, da quebra dos paradigmas vigentes.

Nesse sentido, o periódico “A Mulher” procurou trazer, através de suas páginas, argumentos que pudessem fazer contrapondo à pretensa inferioridade intelectual feminina que era disseminada através de discursos higienistas e moralizantes – muitos deles assinados por médicos – nas páginas de diversos jornais destinados ao público feminino. As autoras do periódico “A Mulher” procuram “rebater” esses argumentos e as muitas “falácias científicas” que pretendiam negar à mulher não apenas o acesso à educação, mas, também, a autoria:

É verdade que foram precisos muitos séculos de estudo científico para estabelecer-se a synthese especial da igualdade senorial entre o homem e a mulher. Uma variedade infinita de estudos analyticos curvaram as frentes dos falsos fisiologistas que pela differenciação da massa encephalica do cérebro da mulher tiraram a forçada conclusão de sua inferioridade intelectual. Eis, a historia que é o processo verificador das phenominalidades humanas no domínio das sciencias protestou contra a inverdade dos médicos, e colocou a mulher á par do homem em todas as sciencias (A MULHER, Nova Iorque, ano I, n. 6, jun. 1881, p. 43).

Porém, mais do que contestar argumentos, as autoras do periódico “A Mulher” procuraram trazer “fatos”. Ou seja, além de argumentarem contra as inverdades trazidas por alguns discursos médicos de então, Josefa e Maria Augusta se empenharam em trazer exemplos concretos como provas irrefutáveis da capacidade criativa e intelectual das mulheres. Para tanto, as autoras apresentaram, nas três primeiras edições do periódico, uma seção específica intitulada “Concernente á mulheres” na qual traziam informações sobre a atuação de mulheres nas mais diferentes áreas.

Entre anúncios de donativos para a caridade realizados por algumas senhoras, as autoras procuraram trazer a público realizações acadêmicas e literárias de mulheres de diferentes partes do mundo. Certamente, assim como Maria Augusta havia sido “inspirada” por uma publicação periódica para perseguir a carreira médica, acreditamos que a intenção das redatoras era justamente a de informar as leitoras sobre as possibilidades de atuação e, mais do que isso, estimulá-las a terem uma imagem positiva de si mesmas visto que, desde muito e de diferentes formas, se afirmava a inferioridade feminina para o mundo das Artes, das Letras e das Ciências.

Dessa forma, pudemos verificar, a partir da análise de alguns excertos publicados ao longo do ano de 1881, a intencionalidade das autoras em trazer para os(as) leitores(as) exemplos concretos – nomes, datas, lugares – que poderiam “provar” a capacidade intelectual feminina. Ademais, esses excertos nos demonstram o quão envolvidas estavam as autoras de “A Mulher”

em procurar se informar – e fazer parte! – das transformações que vinham se processando globalmente.

Mrs. M. T. K. Newton, principal de escola de Austria, foi nomeada Depositaria da Eschola, pelas mulheres do quarto Distrito da cidade de Long Island (A MULHER, Nova Iorque, ano I, n. 1, jan. 1881, p. 7).

A senhora L. B. Kellogg foi admitida o mez passado em Kansas, como a primeira senhora que principia á practicar no jury. Ella é formada em direito; e a primeira advogada em Kansas (A MULHER, Nova Iorque, ano I, n. 2, fev. 1881, p. 16).

A Senhora Mary J. Martin, de Burhington, N. Jersey, foi eleita correio-mór d'aquella cidade, recebendo 587 votos a seu favor. A Senhora Martin, tem servido por doze anos na capacidade de correio-mór, e sua re-eleição, é uma evidencia da capacidade da mulher, como empregada em importantes deveres officiaes (A MULHER, Nova Iorque, ano I, n. 2, fev. 1881, p. 16).

Miss Marion Murdock, formalmente uma estudante do “Mostmestern Female College,” e graduada na “Boston School of Oratory,” adquiriu uma invejável reputação como elocucionista em Iowa e Mennesota. Ella tem estado associada com o superintendente Parker, administrando um instituto de mestras em Independence, Iowa (A MULHER, Nova Iorque, ano I, n. 2, fev. 1881, p. 16).

Miss Margaret S. Cheney, deu á sua ultima leitura em Providence, no curso das mulheres. Seu assumpto foi “The Story of a Plant.” Um dos jornaes de Providencia diz: “É agradável ver uma joven senhora, como Miss Cheney, senhora de seu assumpto, e capaz de interessar seus ouvintes, no que pode ser chamado seus aspectos scientificos.” Este é o curso de leituras inaugurado por Mrs. Elizabeth K. Churchill, com as vistas de trazer tópicos interessantes diante das mulheres d'aquella cidade. Uma excellente couza para fazer-se (A MULHER, Nova Iorque, ano I, n. 2, fev. 1881, p. 16).

Mrs. Livermore, está leccionando no West (A MULHER, Nova Iorque, ano I, n. 3, mar. 1881, p. 23).

Miss Helena Gladstone, uma joven, filha do Ministro de Inglaterra, está causando uma grande sensação em Inglaterra, e no Continente pela coragem moral, desenvolvido em sua recente determinação em entrar em uma activa carreira, e dar as jovens de Inglaterra um bom exemplo. A idéa da filha do ministro sendo uma mestra, ou como algumas outras autoridades dizem, secretaria e agente activa, é alguma couza tão novo feminil mundo aristocrático da Europa, que faz uma época como dizem (A MULHER, Nova Iorque, ano I, n. 3, mar. 1881, p. 23).

A Condessa Ersilia Lovatelli, filha do Duque de Sermeneta, é a única senhora incluída na fileira dos sábios, da Academia Real do Lyceu em Roma. Ella é alta e bonita, e pessoa estudiosa e sossegada, cuja vida é devotada a sciencia e a sua familia. Nas reuniões da Academia, ella toma seu assento entre os astrônomos, os mathematicos e literatos, que muito contentes recebem a sabia senhora (A MULHER, Nova Iorque, ano I, n. 3, mar. 1881, p. 23).

Missa Kate Kane, uma advogada, de Milwaukee, está peticionando a Legislatura do Estado, para passar uma lei dando um apontamento para ter um Deputado magistrativo, (feminino) para a província (A MULHER, Nova Iorque, ano I, n. 3, mar. 1881, p. 24).

Miss Lizzie Sargent, filha do ex-senador de California, tem sido regularmente admitida como membro da profissão medica de São Francisco (A MULHER, Nova Iorque, ano I, n. 3, mar. 1881, p. 24).

Mrs. Wm. T. Warren, foi re-eleita presidente, e Miss H. C. Collamora, 165 Beacon Street, secretaria e tesoureira da sociedade de Massachusetts, chamada Educação Universal para Mulheres (A MULHER, Nova Iorque, ano I, n. 3, mar. 1881, p. 24).

Cabe destacarmos, ainda, o fato de que as redatoras do periódico “A Mulher” procuraram colocar em evidência não apenas realizações femininas no plano das ciências ou no mundo do trabalho, mas, também, do campo da Literatura que, à época, representava uma zona, senão proibida, com muitos entraves para a produção literária feminina e, principalmente, para a sua divulgação, pois se escrever já era uma tarefa árdua, publicar e divulgar o trabalho era tarefa ainda mais difícil por conta dos preconceitos e desigualdades instaurados no campos das Letras.

Apesar de não terem apresentado nenhum texto literário autoral e terem publicado alguns textos contendo histórias de cunho moral – diferentemente de algumas publicações femininas contemporâneas que, inclusive, incentivavam as leitoras a enviarem seus textos para publicação –, Josefa e Maria Augusta não deixaram de evidenciar e incentivar o trabalho de mulheres escritoras, publicando alguns poemas de autoria feminina. Já, na seção “Concernente á mulheres”, pudemos identificar, também, referências a autoras e suas obras literárias.

A Senhora Anne Blunt³⁰, que escreveu o interessante e bem conhecido livro, chamado *Bedouins of the Euphrates Valley*, tem no prelo uma importante historia em dois volumes chamada, *The Pilgrimage to Mejd*, que será ilustrada com os desenhos da autora. (A MULHER, Nova Iorque, ano I, n. 1, jan. 1881, p. 7).

Gail Hamilton³¹, vai publicar o seu trabalho, com relação as reminiscencias de sua vida de rapariga (A MULHER, Nova Iorque, ano I, n. 2, fev. 1881, p. 15).

As autoras também fizeram menção, em artigo específico, à autora Mary Ann Evans (1819-1880). No artigo, escrito por conta da morte dessa autora, em fevereiro de 1881, as redatoras do “A Mulher” fazem questão de listar as obras Mary Ann Evans que, assinava sob o pseudônimo masculino George Eliot.

Uma tristeza imensa, veio após, da noticia telegráfica, que trouxe a morte de George Eliot. Como autora, ella tève uma larga e apreciativa audiência neste lado do oceano. Os corações dos seus leitores ficaram ternamente feridos pela noticia da morte

³⁰ Anne Isabella Noel Blunt (1837-1917), mais conhecida como Lady Anne Blunt, foi uma escritora e tradutora inglesa. Destacou-se pelo seu amor por cavalos, mas, também, pelas inúmeras viagens ao Oriente que realizou ao lado de seu marido e pela sua fluência em línguas estrangeiras, sobretudo o árabe. Demonstrou talento não apenas para a escrita, mas também para o desenho, ilustrando suas obras. Sua mãe, Ada Lovelace (1815-1852), foi matemática e escritora e é considerada, atualmente, a primeira programadora.

³¹ Gail Hamilton era o pseudônimo de Mary Abigail Dodge (1833-1886), escritora e ensaísta americana. Sua escrita é conhecida pelo seu engajamento na promoção da igualdade educacional e profissional das mulheres.

d'aquella que os guiava para o justo, verdadeiro e bom. A seguinte lista de seus livros mostra a fecundidade de seu talento: *Scenes em Clerical Life*, publicado em 1857, *Adam Bede*, 1858; *Mill on the Eluss*, 1860; *Silas Marnes*, 1861; *Romola*, 1863; *Felix Holt*, 1866; *Spanish Gipsy*, 1868; *Agatha*, 1869; *Middle March*, 1871; *Leyend of Jubal*, 1874; *Daniel Deronda*, 1876; *Theophrastus Such*, 1879. A aspiração da sua vida esta expressa na famosa poesia: “*O May I join the Choir Invisible.*” (A MULHER, Nova Iorque, ano I, n. 2, fev. 1881, p. 11).

Já, na edição de março de 1881, as autoras de “A Mulher” trazem dois artigos, destacando a biografia de duas mulheres estadunidenses. No primeiro artigo, as redatoras trazem a biografia da Doutora Clemencia Sophia Lozier, presidente e professora de “doenças de senhoras e crianças” no *New York Medical College* – onde Josefa e Maria Augusta cursaram medicina em Nova Iorque. Interessante notar que, no artigo, as autoras fizeram questão de evidenciar o salário anual que a Dr^a Clemencia recebia por conta de seu trabalho, aliás um dos objetivos do periódico era justamente promover a emancipação não apenas intelectual, mas, também, econômica das mulheres. Trazer, portanto, exemplos de mulheres bem-sucedidas nas suas carreiras profissionais serviria para “inspirar” outras mulheres a também exercerem um ofício. Sobre a Dr^a Clemencia Lozier, o periódico destacava:

O resultado de sua practica por anno, chega a mais de vinte mil dollars [\$20,000]. É Presidente do “New York Medical College,” Presidente da “Moral Education Society” d’esta cidade, Presidente do “National Women’s Suffrage Association,” Presidente do “Women’s Temperance Society.” Ella tem 67 annos, porém está ainda practicando sua profissão, e é ainda mental e physicamente vigorosa.

[...]

A Dr^a Clemencia Lozier é uma prova evidente de que as mulheres são iguaes ao homem, em intelligência, coragem e força de vontade (A MULHER, Nova Iorque, ano I, n. 3, mar. 1881, p. 18).

Na mesma edição, de março de 1881, Josefa e Maria Augusta trouxeram, também, a biografia de Sara A. Spencer – autora, militante em prol dos movimentos sociais e filantropa. Entre as realizações de Sara Spencer, as redatoras do “A Mulher” destacaram a sua atuação no periódico “*Scientific American*” “ao mesmo tempo escrevendo para duas folhas diárias e uma semanária, empregando quatorze horas de labor intelectual cada dia” (A MULHER, Nova Iorque, ano I, n. 3, mar. 1881, p. 22).

A partir desse mesmo artigo, pudemos tomar conhecimento do envolvimento de Sara Spencer no periodismo, na política – em favor de minorias – e, especialmente, o seu envolvimento no movimento sufragista que, à época, vinha se fortalecendo, sobretudo nos Estados Unidos e Europa. Além disso, cabe atentarmos para o destaque que foi dado à atuação de Sara no “*Washington Business College*” em uma época em que certas áreas – como a de administração e negócios – eram campos de conhecimento exclusivamente masculinos.

Seus escriptos são apreciados e seus apelos ao Congresso em beneficio de raparigas vagabundas, tem tocado muitos corações. Ella foi delegada do “*National Woman Suffrage Association*” na convenção Presidencial Republicana de Cincinnati, em 14 de Junho de 1876, e na manhã seguinte por chamado do Hon. G. T. Hoar, de Massachusetts, foi convidada a dirigir-se a Convenção, e fez um discurso o qual foi publicado em todos os jornais, a primeira vez na historia d’este paiz que uma mulher dirigiu-se a Convenção Presidencial da nação. Em 1866, foi morar em Washington D. C. e veiu a ser mestra no bem conhecido “*Washington Business College*.” Em Janeiro de 1871 veiu á ser proprietária principal d’esta Academia. Por quinze anos tem trabalhado em Washington e milhões de moços e moças teem sido seus pupilos, agora em posições distintas na capital e em outros logares, e toda a amam gratamente (A MULHER, Nova Iorque, ano I, n. 3, mar. 1881, p. 18).

Na edição de abril de 1881, por sua vez, o periódico “A Mulher” trouxe uma notícia concernente à realização de uma de suas autoras, isto é, a conclusão do Curso de Medicina por parte de Maria Augusta Generoso Estrela. O fato é apresentado de duas maneiras distintas: a primeira delas, é uma nota de umas poucas linhas na qual Maria Augusta é parabenizada pela conclusão do curso:

Temos a satisfação de anunciar ao nosso paiz que em 29 do mez p. findo recebeu o grão de Doutora em Medicina pelo *New York Medical College and Hospital for Women* a nossa amiga e colega de redacção a Sra D. Maria Augusta Generoso Estrella (A MULHER, Nova Iorque, ano I, n. 4, abr. 1881, p. 22).

A segunda menção à diplomação, por sua vez, é um texto um pouco maior, redigido pela própria Maria Augusta, que anuncia a sua diplomação e faz alguns agradecimentos, especialmente àqueles que financiaram a realização dos seus estudos: “Congratulo-me, depois de tantas tribulações, em vêr corôados os meus esforços, e rogo á Deus que eu possa um dia provar aos meus bemfeitores o meu sincero reconhecimento” (A MULHER, Nova Iorque, ano I, n. 4, abr. 1881, p. 20).

E, na edição de junho de 1881, já foi possível identificar, entre o anúncio de diferentes mulheres e seus officios, o anúncio do consultório da “Dr^a Maria Augusta Generoso Estrela”, especialista em “doenças de senhoras e crianças”, localizado em Nova Iorque. Aliás, o periódico, ao longo de sua existência, procurou trazer anúncios de mulheres e seus officios, especialmente mulheres médicas, especializadas em atender “senhoras e crianças” – uma forma de reconhecer o divulgar o trabalho de outras mulheres em uma época em que elas tinham a sua credibilidade profissional quase sempre questionada e um mercado de trabalho pouco receptivo à força de trabalho feminina.

Dessa forma, é pertinente destacarmos que as redatoras do “A Mulher” se empenharam, em utilizar os conhecimentos – literários e científicos – e os meios – imprensa periódica – de

que dispunham para, mais do que argumentar, trazer exemplos concretos que pudessem fazer contraponto ao pensamento até então vigente, ou seja, aquele que preconizava a inferioridade feminina também no mundo das letras. Além de incentivar o trabalho artístico, literário e científico de outras mulheres, elas próprias romperam com a barreira da escrita enquanto “ofício de homem” ao idealizarem e colocarem em marcha um periódico, se apropriando da escrita periódica para, além de informar, militar e engajar a opinião pública, fazendo da escrita um ato criativo, mas, também, político.

3.3 O PERIODISMO FEMININO DO SÉCULO XIX: A ESCRITA PRODUZIDA POR E PARA MULHERES

Um dos principais meios através do qual as mulheres procuraram expressar-se por escrito, além das páginas dos livros, foi por intermédio das páginas dos diversos periódicos femininos que surgiram ao longo do século XIX. Nesse sentido, Jinzenji (2010, p. 20) destaca que, “após a instalação da imprensa régia em 1808, que marca a origem oficial da imprensa brasileira, o Império assistiu ao nascimento e à rápida expansão das publicações periódicas”.

Houve, sobretudo após 1820, uma rápida ampliação das publicações de todos os tipos (pasquins, folhetos, panfletos, periódicos) que dividiam espaço nas rotinas das tipografias e que eram utilizados “como veículo para a expressão e o debate das temáticas que fervilhavam no momento” (JINZENJI, 2010, p. 20).

Dentre essas publicações, destacamos o surgimento de inúmeros periódicos femininos cujo objetivo principal era o de entreter e informar as leitoras sobre assuntos diversos que iam desde editoriais de moda até anúncios de produtos e serviços, passando por desenhos de bordados, partituras e a publicação ou a tradução de poemas, contos, peças teatrais e histórias de cunho moral e religioso.

Com relação à periodicidade, esses periódicos podiam ser semanais, quinzenais ou mensais, mas havia, frequentemente, certa irregularidade com relação ao lançamento dos números, pois “a falta de regularidade ou de pontualidade não era rara numa época em que as várias etapas do ofício da produção de um periódico podiam estar concentradas numa mesma pessoa” (JINZENJI, 2010, p. 89). Assim, uma das principais características dessa incipiente imprensa era o seu caráter eminentemente artesanal, distanciando-se, portanto, do caráter mercantil e da produção em larga escala.

Além disso, a publicação de um número de um periódico implicava, além da seleção das matérias e da escrita de artigos por parte dos(as) colaboradores(as), a mobilização de

recursos financeiros para a impressão e distribuição, fato que justifica a efemeridade de algumas publicações, pois nem sempre o número de assinantes ou a venda avulsa do periódico era suficiente para arcar com as despesas de publicação. Não era raro encontrarmos, nas páginas dos periódicos, apelos, por parte de seus(suas) editores(as), para a regularização das assinaturas que, na maioria dos casos, sustentavam os custos de produção, impressão e divulgação (MARTINS, 2011). Ou, ainda, a mudança de *layout* que incluía, em muitos casos, a supressão de imagens, gravuras e desenhos – que encareciam os custos tipográficos – e a adoção de uma “identidade visual” mais modesta, conforme justificam as autoras do periódico “A Mulher”, na edição de fevereiro de 1883:

Confiada na nobreza das moças brasileiras, animamo-nos a solicitar não só a sua cooperação pecuniária, como a de escriptos e agencição de assignaturas. [...] Outrossim, esperamos tambem ser desculpada por não continuar nossa folha a sahir illustrada, em vista da grande despeza que se faz aqui com esse trabalho (A MULHER, Pernambuco, ano I, n. 7, fev. 1883, p. 1).

Quanto à circulação, verifica-se que, já na segunda metade do século XIX, o Brasil contava com um número expressivo de periódicos femininos espalhados por diversas províncias. Tomando a obra intitulada “Imprensa feminina e feminista no Brasil, Século XIX: Dicionário Ilustrado”, da autora Constância Duarte, observamos a existência, no marco temporal que se estende de 1852 a 1900, de, pelo menos, 114 periódicos femininos. Destes, porém, 61 periódicos destacam-se por serem não apenas periódicos destinados ao público feminino, mas por serem escritos “por e para mulheres” e, em muitos casos, por apresentarem uma “agenda feminista” no sentido de apresentar argumentos e reivindicar direitos para as mulheres oitocentistas.

Alguns deles acabaram, inclusive, sendo transferidos de localidade por conta de mudança de domicílio de seus(suas) idealizadores(as), alcançando um público mais vasto e uma notoriedade maior, sobretudo aqueles que migravam para o Rio de Janeiro, a então capital do império e posterior República. Nesse sentido, podemos citar, a título de ilustração, o periódico intitulado “O Sexo Feminino”, idealizado por Francisca Senhorinha da Mora Diniz (? – 1910). A publicação foi lançada em 1873 e teve uma vida relativamente longa se comparada aos demais periódicos do mesmo período, sendo sua última edição publicada em outubro de 1889.

A publicação, que teve origem na cidade de Campanha, Minas Gerais, contou com 45 edições publicadas nessa cidade. Porém, a partir de 1875, Francisca Diniz mudou-se para a capital do Império, ou seja, para a cidade do Rio de Janeiro e passou a dirigir a publicação a partir do novo local de domicílio, procurando, no entanto, manter as características

fundamentais que inspiraram a criação do periódico, conforme afirma a autora na edição de 22 de julho de 1875, a primeira a ser publicada em solo fluminense:

[...] continuamos animosas no bom acolhimento que ella [a publicação] terá, deste povo fluminense, sempre entusiastico pelas idéas de progresso. A redactora tudo espera das Senhoras, não só da corte, como das províncias, para a coadjuvação e sustentação da folha e da Idea, offerendo desde já suas paginas a todas aquellas que as honrarem com seus bem elaborados escriptos, nos precinetes do programma (O SEXO FEMININO, Rio de Janeiro, ano II, n.1, 22 de jul. 1875, p. 1).

A partir de meados do século XIX é possível notar, contudo, que a imprensa periódica passou a ter suas características e funções ressignificadas, indo além do simples entretenimento e/ou da função (in)formativa. Muitas mulheres, apoderando-se da palavra escrita – e empoderando-se dela e através dela! –, passaram a utilizar as páginas dos diversos periódicos que circulavam nas mais diversas localidades do Brasil ou criando novos periódicos, para promover um engajamento político-educativo em favor de uma educação feminina emancipadora, questionadora dos ideais pedagógicos então vigente e pretendidos para elas.

De maneira mais ou menos radical essas mulheres escreviam artigos sublinhando a importância da educação feminina, seja para o melhor desempenho das funções que lhes eram tradicionalmente atribuídas – de esposa e mãe –, seja em prol da “emancipação do sexo feminino” que, nesse contexto, já era debatida e reivindicada pela chamada primeira onda do movimento feminista, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos.

Nesse contexto de emergência de publicações periódicas femininas, importante atentar para o fato de que o periodismo dito “feminino” nem sempre foi um periodismo “feminista” (DUARTE, 2016), ou seja, nem sempre os periódicos destinados ao público feminino apresentavam em suas páginas ideias e reivindicações da “agenda feminista” de então, tais como o direito à educação e a ideia de emancipação. Muitos periódicos “femininos” eram concebidos, editados e publicados por homens.

Podemos citar, a título de ilustração, o periódico “O Espelho Diamantino”, fundado em 1827, no Rio de Janeiro e tido como o primeiro periódico brasileiro destinado ao público feminino. Esse periódico foi criado por iniciativa do editor e jornalista francês Pierre René François Plancher (1779-1844) que, em 1824, instalou sua tipografia na capital do então Império brasileiro. Para o editor de “O Espelho Diamantino”,

Tendo as mulheres huma parte tão principal, nos nossos interesses, e negócios, necessário he que se lhes dê conta destes mesmos negócios, e dos princípios que originão os deveres, e os acontecimentos, para que ellas fiquem á altura da civilização e dos seus progressos, pois que pretender conserva-las em hum estado de

preocupação, e estupidez, pouco acima dos animaes domésticos, he huma empresa tão injusta como prejudicial ao bem da humanidade, e as nações que a tem ensayado, tem cahido no maior abrutecimento, e relaxação moral (O ESPELHO DIAMANTINO, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, 20 set. 1827, p. 2).

Portanto o subtítulo de “periódico de Política, Literatura, Belas Artes, Teatro e Modas, dedicado às senhoras brasileiras”, o periódico “O Espelho Diamantino” teve, além da sua primeira, mais quatorze edições. Seu idealizador, atentando para as características da incipiente imprensa brasileira e para a ausência de publicações exclusivamente dedicadas ao público feminino, pretendia atender esse segmento leitor com uma publicação sob os moldes europeus, especialmente sob o modelo francês. Aliás, segundo destaca Buitoni (1986, p. 26), “foi na França que a imprensa feminina mais floresceu, servindo depois de modelo para a incipiente similar brasileira”.

Importante atentarmos para o fato de que, após a chegada da família real portuguesa ao Brasil, com a abertura dos portos para as nações amigas (1808) e a posterior elevação do país à condição de Reino Unido (1815), muitos estrangeiros adentraram o país, sobretudo ingleses, franceses e alemães. Estes imigrantes, por sua vez, não se dedicaram apenas ao comércio, mas também a outras ocupações que pretendiam suprimir a carência de serviços, de instituições e de objetos culturais existentes e participantes do cotidiano europeu. Era preciso, portanto, dar “um banho de civilização” em um país que carecia, entre outras tantas coisas, “de cultura e arte, ao menos daquelas entendidas como tal, no Ocidente” (SCHWARCZ, 2011, p. 219).

O público feminino – que de tudo carecia – logo foi visto como um potencial grupo consumidor dos serviços e dos produtos oferecidos pelos estrangeiros. Logo, multiplicaram-se as ofertas de tutoras francesas, alemãs e inglesas que prometiam instruir as meninas sob a promessa de melhor prepará-las para o desempenho de suas funções sociais – ainda que restritas ao espaço privado. Aulas de idiomas, de piano e de etiqueta passaram a ser obrigatórias para as meninas – especialmente para aquelas oriundas das camadas mais abastadas.

Dentre esses novos signos de modernidade e, sobretudo, de civilidade, incluía-se a emergência do hábito da leitura, principalmente a leitura de periódicos. Os editores, percebendo a inexistência de publicações periódicas destinadas exclusivamente ao público feminino, mas considerando esse público como um potencial público consumidor, logo se especializaram na impressão de publicações periódicas femininas, sendo que muitas delas não passavam de simples traduções e/ou reimpressões de materiais já publicados na Europa. Lá, de acordo com o editor de “O Espelho Diamantino”,

[...] as sciencias, artes, e novidades estão ao alcance do bello sexo, até em obras, aulas, e periódicos privativos delas, porém cá precisão, mais de huma vez, serem ecoadas, logo que costumes caseiros, e que cheirão alguma coisa ao ranço dos mouros, entretido até a época da independência pela servilismo colonial, reinão ainda em quase todas as classes da sociedade, opondo-se ao desenvolvimento do character das Senhoras, do qual alguns rasgos, como relâmpagos em trevas, mostram a gentil disposição para os sentimentos generosos, o amor da pátria, a cultura das artes, e o preenchimento de todos os deveres (O ESPELHO DIAMANTINO, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, 20 set. 1827, p. 2).

Portanto, após a iniciativa precursora de Plancher, com a publicação de “O Espelho Diamantino”, seguiram-se diversos outros periódicos destinados ao público feminino como, por exemplo, “O Mentor das Brasileiras” (1829), em Minas Gerais; “Manual das Brasileiras” (1830), em São Paulo; “O Despertador das Brasileiras” (1830), na Bahia e o “Espelho das Brasileiras” (1831), em Recife.

Apesar de todos esses periódicos terem sido concebidos e editados por homens, pouco a pouco, algumas mulheres começaram a se inserir na atividade periodística, contribuindo, sob pseudônimos ou mesmo anonimamente, com textos diversos – editoriais, contos, poesias, ensaios, etc. Muitas dessas mulheres já exerciam, há algum tempo, a atividade de escrita e tinham publicações autorais – normalmente livros de prosa e poesia –, mas encontravam, nas páginas periódicas, um espaço mais favorável para a projeção e a visibilidade que tanto almejavam e para militar em defesa de seus interesses enquanto grupo social marginalizado, pois “os periódicos forneciam às mulheres um caminho para começar a tratar de seus interesses particular” (HAHNER, 2003, p. 84).

De fato, os periódicos – seja pela sua linguagem, seja pelo seu valor de venda –, eram mais acessíveis e, portanto, alcançavam um público maior do que aquele alcançado pelos livros. Aliás, muitas mulheres autoras, assim como seus colegas do sexo masculino, utilizaram as páginas periódicas para publicar seus escritos sob o formato de novelas e folhetins uma vez que, no Brasil oitocentista, “a impressão de livros não vingou”, cabendo ao impresso periódico o lugar de destaque, pois em um “país de fraco poder aquisitivo, o gênero [...] figurou como suporte fundamental do impresso no Brasil ao longo do século XIX” (MARTINS, 2013, p. 57).

Ainda com relação aos primeiros anos da imprensa feminina no Brasil, Duarte (2016, p. 20) atenta para o fato de que “os títulos dos primeiros jornais e revistas se relaciona[vam] ao campo semântico da educação”, apresentando nos seus títulos palavras tais como: mentor, farol, manual, despertador, espelho, etc. Eles se colocavam, portanto, como “guias” responsáveis pela educação feminina e, apesar de alguns deles estarem voltados apenas para o *divertissement* do “bello sexo”, muitos outros tinham claras intencionalidades pedagógicas. Em um contexto de

acesso limitado à educação, esses periódicos pretendiam servir de ferramenta para garantir alguma instrução – ainda que questionável – para o seu público-alvo.

No entanto, conforme destaca Hahner (2003, p. 84), “durante a segunda metade do século XIX, algumas mulheres audaciosas publicaram seus próprios jornais”, marcando uma nova etapa do periodismo feminino brasileiro. A produção periódica feminina passou, então, a contar não apenas com editores, mas, também, com editoras, mulheres que escreviam/produziam para mulheres.

O periódico “O Jornal das Senhoras”, publicado em 1852, é tido como o exemplo mais contundente dessa nova fase do periodismo feminino brasileiro. Ambas as editoras desse periódico – Joana Paula Manso de Noronha (1819-1875) e, posteriormente, Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Velasco (1817-1875) – eram “mulheres de letras” que, além de se dedicarem à imprensa, conceberam vasta produção literária – entre produções autorais e traduções –, além de se engajarem em causas políticas e sociais tanto no Brasil quanto na América Latina.

O pensamento de vanguarda das autoras pode ser identificado nas páginas do periódico “O Jornal das Senhoras” que, além de informar e entreter – tal como os demais periódicos contemporâneos a ele –, também adquiriu um tom de militância, sobretudo no que se refere a temas relacionados à emancipação feminina e ao direito das mulheres brasileiras à educação, incluindo a Educação Superior. Aliás, no texto de abertura da primeira edição desse periódico, a editora se propõe, através de seu trabalho periodístico, “propagar a ilustração, e cooperar [...] para o melhoramento social e para a emancipação moral da mulher” (O JORNAL DAS SENHORAS, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, 1º jan. 1852, p. 1).

A editora Joana Paula Manso de Noronha, ainda na primeira edição do periódico “O Jornal das Senhoras”, lança um convite/apelo para que as mulheres que desejassem contribuir com o periódico, enviassem seus textos para a publicação:

Eis-nos pois em campanha; o estandarte da ilustração ondula gracioso a briza perfumada dos Tropicós; acolhei-vos a ele, todas as que possuís uma faísca de inteligência, vinde. Confidente discreto das vossas produções literárias; ellas serão publicadas debaixo do anônimo: porem não temaes confiar-mo-las, nem temaes dar expansão ao vosso pensamento; se o possuís é porque é dom da Divindade, e aquillo que Deus dá, os homens não o podem roubar. Por carte fechada a redacção do Jornal podem dirigir-se todas as Senhoras que desejarem honrar as nossas paginas (O JORNAL DAS SENHORAS, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, 1º jan. 1852, p. 1).

Percebemos, pois, que “O Jornal das Senhoras”, se insere em uma nova fase do periodismo feminino brasileiro na qual os periódicos passaram a ser usados para expressar e

defender um determinado posicionamento político e/ou para “divulgar o ideário feminista, contestar o mandonismo patriarcal e o comportamento domesticado das mulheres” (DUARTE, 2016, p. 23).

Assim, de “femininos” esses periódicos passaram a ser também “feministas”, ou seja, assumiram um caráter muito mais político, tornando-se ferramentas de difusão de ideias, militância e engajamento, dialogando com o seu público já que “os jornais eram o principal meio de troca de ideias e informação entre os brasileiros alfabetizados” (HAHNER, 2003, p. 84).

Atentos ao cenário político e alinhados às demandas e enfrentamentos sociais vividos pelas suas leitoras, esses periódicos avançaram no sentido de não apenas receber contribuições de mulheres autoras, mas por torná-las protagonistas: elas passaram de simples consumidoras a produtoras, responsáveis tanto pelo conteúdo, quanto pela forma (MARTINS, 2011).

De fato, não se pode negar que, antes mesmo de 1850, há registros de diversos periódicos editados e dirigidos por homens que deram vez e voz às mulheres. Aliás, muitas mulheres, assim como Nísia Floresta (1810-1885) e Maria Firmina dos Reis (1822-1917) – autoras brasileiras pioneiras na defesa dos direitos da mulher –, lançaram-se na escrita através das páginas desses periódicos. No entanto, foi realmente a partir da segunda metade do século XIX que surgiu uma imprensa genuinamente feminina: da sua concepção até o seu público-alvo, todo o processo criativo era pensado por mulheres para mulheres.

No caso do periódico “A Mulher”, a regra não foi diferente: duas mulheres que tiveram que sair de seu país de origem para poder concretizar o sonho de estudar Medicina tiveram a ideia de, mesmo longe de sua terra natal, empreender a escrita de uma publicação que pudesse dialogar diretamente com suas conterrâneas no sentido de debater a problemática do acesso da mulher à Educação e sobretudo à Educação Superior. Com relação à ideia que inspirou a criação do periódico as autoras assim escreveram, na edição de abril de 1881:

A publicação da MULHER foi acto de momento: imaginamos que devíamos publicar um periódico, e no ardor do entusiasmo foi dito e feito.

[...]

Duas grande idéas se abrigam em nossos corações – o amor da Patria e a defesa do nosso sexo tão guerreado, como considerado incapaz de receber instrução superior; poderíamos advogar princípios novos, porem não, contentamo-nos apenas em mostrar que tanto a mulher como o homem se podem dedicar ao estudo das sciencias.

[...]

Nas horas vagas dos nossos estudos, seremos infatigaveis em tornar o nosso periódico de utilidade (A MULHER, Nova Iorque, ano I, n. 4, abr. 1881, p. 26).

Josefa e Maria Augusta eram, portanto, cientes do potencial de mobilização que a imprensa exercia no contexto oitocentista e, ainda que longe da terra natal, procuraram fazer chegar no país – e além dele – suas ideias por meio de uma publicação periódica. Além disso, elas acreditavam, ao empreenderem a publicação de “A Mulher”, que, por meio desta, elas poderiam dialogar com suas “semelhantes”, inspirá-las e, acima de tudo, contribuir para o debate em torno da questão educacional feminina “por meio d’uma evolução lenta e persuasiva e aproveitável”.

Se tomamos á penna para nas horas do descanso dos nossos estudos, defendermos os direitos da mulher e conduzil-a ao altar de sua emancipação social, é porque sentimos que se continua á pregar a doutrina de que a mulher é incapaz de aprender as sciencias. Não escrevemos para os que *sabem* tudo; tão bem não escrevemos, para os nossos defensores, escrevemos para nossas semelhantes, escrevemos para o povo. Os poderosos, fazem as guerras com a pólvora, com as bayonetas, nós esperamos fazer nossa propaganda por meio d’uma evolução lenta e persuasiva e aproveitável (A MULHER, Nova Iorque, ano I, n. 4, abr. 1881, p. 20).

Ainda com relação à escrita periódica produzida por e para mulheres, cabe destacarmos as redes de colaboração e solidariedade que frequentemente se estabeleciam entre diferentes publicações. Não raro, as periodistas acabavam fazendo contribuições em diferentes periódicos e/ou saudando o lançamento de um novo periódico ou artigo. Havia, também, periódicos que transcreviam trechos de textos publicados em outros periódicos ou traduziam excertos de outras publicações como forma de publicizar a atuação de um(a) autor(a) específico(a), por exemplo.

No caso do periódico “A Mulher”, na edição de março de 1881, pudemos verificar que as autoras, já no edital, fizeram referência a alguns periódicos – brasileiros e estadunidenses – que haviam avaliado positivamente o lançamento da escrita periódica empreendida por Josefa e Maria Augusta. Assim, além de mencionarem os periódicos nos quais a publicação havia sido citada, as redatoras do “A Mulher” demonstraram profunda gratidão às menções – o que nos revela, por sua vez, o quão grande eram essas redes de colaboração e solidariedade e a proporção geográfica que muitos periódicos abarcavam³².

[...] nos é grato vêr que A MULHER [...] recebeu no Brazil e nos Estados Unidos uma prova de que não faltam corações generosos na livre America, a cuja égide se abriguem as idéas de ser útil e de ser bôn. *O Diario do Gran-Pará* abriu expontaneamente em seu escriptorio uma subscrição para A MULHER! *A Correspondencia dos Estados Unidos e o Brasil and the United States* pôz a nossa

³² Aqui, cabe destacarmos que grande parte dessas redes de colaboração e solidariedade se davam entre periódicos femininos e, mais raramente, entre periódicos femininos e periódicos destinados ao público em geral. Porém, no caso do periódico “A Mulher”, temos a suspeita de que, por se tratarem de duas estudantes de Medicina cuja fama e prestígio social eram reconhecidos tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, a publicação possa ter alcançado uma projeção acima da média.

disposição todas as facilidades necessárias recomendando nos aos seus agentes e correspondentes em todas as partes do Brazil e da União Americana! O *Diario de Pernambuco*, o *Rio News*, *A Constituição*, o *Evening Mail*, *Portland News*, *The Anglo-Brazilian Times* nos penhoram com immerecidos elogios! Brasileiros e norte-americanos distintos nos saudam! De toda á parte animações e encorajamentos! (A MULHER, Nova Iorque, ano I, n. 3, mar. 1881, p. 18).

No entanto, a colaboração e a solidariedade também poderiam, muitas vezes, vir acompanhadas de fortes críticas. Muitos periódicos produzidos por e para mulheres receberam duras críticas, por conta, sobretudo, de suas pautas em favor da emancipação feminina. Com relação ao periódico “A Mulher”, as autoras deram a entender, na edição de fevereiro de 1883, que, se por um lado, vinham recebendo inúmeros elogios; por outro lado, no entanto, estes vinham acompanhados por severas críticas, amenizadas por “almas generosas” que deram apoio e incentivo à publicação.

Quando principiamos a escrever esta Gazeta surgiram criticas no intuito de nos desanimar; porém, tambem appareceram outros que nos guiaram na delicada carreira da imprensa. Alguns daqueles conhecemos que são incapazes de escrever uma oração com o conhecimento do agente verbo e attributo; quanto mais analizal-a logicamente. No meio a trizesa que atrophiará nosso espirito pela aspereza das criticas, vimos surgir na imprensa almas generosas procurando retemperar nossas forças e animação, desculpando-nos pela idade e o pouco conhecimento das sciencias. E não é verdade que os sábios principiam vacilantes e incorrectos? Não é certo que o sábio erra e caminha resoluta na estrada das sciencias, para aprender mais? Não consta da historia que na antiguidade a mulher era tida como incapaz de aprender as sciencias, mas que o estudo e fôrça de vontade lhe abriam largo caminho e apresentaram-lhe horizontes que lhe trouxeram o conhecimento dellas? Não nos apresenta tantas mulheres sabias?! (A MULHER, Pernambuco, ano I, n. 7, fev. 1883, p. 4).

Dessa forma, a escrita produzida por e para mulheres, apesar das críticas que eventualmente receberam, conquistaram pouco a pouco um espaço de destaque considerável entre as publicações periódicas, fazendo frente às demais publicações que pretendiam apenas o *divertissement* do “belo sexo” e, principalmente, defendendo pautas concernentes a mulheres – suas lutas e frentes de atuação.

No que se refere ao periódico “A Mulher”, em especial, a escrita periódica, que inicialmente começou de maneira experimental por duas jovens estudantes de Medicina, afirmou-se ao longo do tempo, ganhou notoriedade e trouxe para o debate a questão do acesso da mulher à Educação Superior, endossando as discussões que já vinham sendo travadas com relação a educação feminina e a emancipação da mulher no Brasil.

3.4 ESCRITA, MILITÂNCIA E ENGAJAMENTO: A INSERÇÃO NO ESPAÇO PÚBLICO ATRAVÉS DA PALAVRA ESCRITA

Abordamos, anteriormente neste texto, a emergência e a consolidação da produção periódica feminina, enfatizando, sobretudo a segunda metade do século XIX, período em que identificamos a emergência de uma imprensa não apenas dita “feminina”, mas com características e reivindicações “feministas” que assumiu um papel propositivo e ativo, indo além da função meramente (in)formativa e adquirindo características mais politizadas. Identificamos, igualmente, nesse contexto, o periódico “A Mulher” – no qual nos detivemos – e pudemos verificar os seus esforços no sentido de contribuir para o debate em favor da emancipação feminina e, sobretudo, o seu engajamento em favor da promoção do acesso da mulher brasileira à Educação Superior.

No entanto, cabe atentarmos para o fato de que, nesse contexto histórico, coexistia, juntamente com essa imprensa militante e alinhada às reivindicações feministas, uma imprensa que, longe de problematizar o lugar e o papel social da mulher na sociedade oitocentista, reiterava a suposta fragilidade e delicadeza feminina, reforçando a função social da mulher enquanto esposa e mãe.

Esses eram os periódicos que se limitavam a tratar de modas, maternidade e vida doméstica, tais como o periódico “O Cherubim” (1885-1887), publicação semanal “dedicada ao belo sexo”, surgida no Rio de Janeiro. Procurando estabelecer proximidade com as leitoras, a publicação utilizava, nos textos, expressões como “belo sexo”, “moças”, “gentis leitoras”, “anjos da terra”, “amáveis leitoras”, porém a autoria se mantinha sob o anonimato já que o(a) editor(a) assinava somente com as iniciais J. A. M.

Já no editorial da primeira edição, e como era costume à época, o(a) redator(a) anuncia os objetivos da publicação que não pretende “entrar no banquete da imprensa, mas aspira entrar na conversa dos anjos da terra e por estes ser inspirado”. A publicação visa, consoante as palavras do seu(sua) redator(a), “o riso, a distração, o agradável passatempo na maior intimidade com as nossas amáveis leitoras, a única aspiração da humanidade neste velho mundo” (O CHERUBIM, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, 13 set. 1885, p. 1).

Apesar de afirmar, na primeira edição, querer proporcionar apenas o “*divertissement* do belo sexo”, a publicação, ao longo das suas demais edições, logo manifestou uma intenção moralizadora, criticando comportamentos e fazendo recomendações:

Cara leitora, não seria mais elegante vê-la com o seu vestidinho simples e justo, mostrando-lhe apenas a escultura angélica do seu talhe esbelto? (O CHERUBIM, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, 13 set. 1885, p. 3).

[...]

Se fisicamente falando a mulher parece um ente fraco, o que autoriza dizer-se ser Ella menos forte que o homem é moralmente falando um ente tão poderoso e tão forte, que tornando-se o centro da vida social, a causa de todas as alegrias, domina o mundo e constituindo-se pelos seus dotes, suas perfeições e suas virtudes a rainha do lar onde Ella só governa absolutamente, faz dos homens seus súbditos (O CHERUBIM, Rio de Janeiro, ano I, n. 2, 20 set. 1885, p. 1).

Em se tratando de intenções moralizantes, o periódico “O Cherubim” não era o único a propagar ideias tradicionais. Havia uma série de outros periódicos que continham ideias conservadoras e que preconizavam a figura da mulher enquanto “anjo do lar”, o sujeito “responsável” por cuidar da casa e da criação dos filhos. Aliás, quando se queria valorizar ou elevar o *status* social da mulher, as publicações apelavam para supostas “virtudes” – todas relacionadas ao espaço doméstico. A mulher era, então, colocada em um pedestal e recebia os títulos de “rainha do lar”, “anjo do lar”, “mulher virtuosa”.

Esses títulos “gentilmente agraciados” por essas publicações escondiam, no entanto, claras intenções doutrinárias e visavam limitar a atuação feminina ao espaço privado e às funções sociais tradicionalmente concebidas às mulheres. Portar esses títulos poderia até significar prestígio social – principalmente se considerarmos o contexto social patriarcal –, mas estava longe de significar algo positivo e/ou emancipador porque se ligava muito mais à (re)afirmação de um “cativeiro”, limitado pelas quatro paredes do espaço doméstico. A propósito, Lagarde (2005, p. 38-39) afirma que

Las definiciones estereotipadas de las mujeres conforman círculos particulares de vida para ellas, y ellos mismos son cautiverios. Así, ser madrespasa es un cautiverio construido en torno a dos definiciones esenciales, positivas, de las mujeres: su sexualidade procreadora, y su relación de dependencia vital de *los otros* por medio de la maternidade, la filialidad y la conyugalidad. Este cautiverio es el paradigma positivo de la feminidad y da vida a las madrespasas.

Dessa forma, destacamos o periódico “A Marquiza do Norte” (1866-1867), cuja primeira edição foi publicada em outubro de 1866, em Pernambuco. O subtítulo “Periódico Feminino-Político”, pode, inicialmente, até sugerir que o periódico tivesse viés político e de incentivo para que as mulheres adentrassem na vida e nas discussões políticas. No entanto, uma leitura atenta revela que esse periódico – de possível autoria feminina, mas sem assinatura explícita – nos permite observar uma crítica feroz à participação das mulheres na vida política do país, a despeito do discurso patriótico e de oposição aos portugueses.

A autora do periódico em questão argumentava que a participação de algumas mulheres na vida política do país havia sido prejudicial para o Império e enfatizava a crítica “ao poder que certas mulheres exerciam junto à corte, devido às ligações amorosas com os governantes” (DUARTE, 2016, p. 169). Assim, é possível percebermos, já na primeira edição do periódico, o tom da crítica:

É lastimavel – que um paiz qualquer se deixe fascinar por influencias femininas a ponto de entregar o seu governo a descripção de mulheres, algumas das quaes tão devassas como as mais vis prostitutas! O governo do Brazil, especialmente no actual reinado, há sido sempre dirigido por mulheres. No reinado passado apontava-se apenas a marquesa de Santos, mas no actual reinado são tantas as *Maranguapes* que não se pode deseremina-las (A MARQUEZA DO NORTE, Recife, ano I, n. 1, 21 dez. 1866, p. 1).

Havia, ainda, alguns periódicos que apresentavam características antagônicas, isto é, expressavam uma proposta editorial mais conservadora, mas, ao mesmo tempo, incorporavam – ainda que em doses moderadas e de maneira esparsa – temáticas relacionadas à “agenda feminista” de então, tais como, por exemplo, a reivindicação pelo acesso à educação e o direito à vida profissional.

Nesse sentido, a título de ilustração, podemos citar o periódico “A Família” (1888-1897), fundado em São Paulo pela escritora e jornalista Josephina Álvares de Azevedo (1852-?). Portando, inicialmente, o subtítulo de “jornal literário dedicado à educação da mãe de família”, poderíamos pensar, em um primeiro momento, que essa publicação tinha um viés tradicional, em conformidade com os padrões sociais e culturais da época.

Contudo, um olhar mais atento e aprofundado, nos permite identificar “um intenso trabalho de militância feminista” uma vez que Josephina utilizou as páginas de seu periódico para protestar “contra a insensibilidade masculina em não reconhecer o direito da mulher ao ensino superior, ao divórcio, ao trabalho remunerado e ao voto” (DUARTE, 2016, p. 313). Sendo assim, Josephina Álvares de Azevedo escrevia, nas primeiras linhas da primeira edição do periódico:

Até hoje tem os homens mantido o falso e funesto principio de nossa inferioridade. Mas nós não somos a eles inferiores porque somos suas semelhantes, embora de sexo diverso. Temos, segundo a nossa natureza, funções especiaes, como eles pela mesma razão as tem. Mas isso não é razão de inferioridade, porque essa traz o animal na escala natural de suas aptidões. Portanto, em tudo devemos competir com os homens – no governo da família, como na direção do estado (A FAMÍLIA, São Paulo, ano I, n. 1, 18 nov. 1888, p. 1).

Dos “periódicos de modas e entretenimento” aos periódicos mais “engajados” politicamente, percebemos, no entanto, que a produção periódica feminina do século XIX refletia a efervescência política, social e cultural desse momento histórico. Em menos de um século, o Brasil assistiu a uma série de eventos que marcaram a formação do Estado brasileiro e, em meio a esse cenário, os periódicos – independentemente do viés político e ideológico – ganharam “espaço e regularidade, transformando-se em uma voz importante e muitas vezes contestadora dos valores e rumos do governo” (SCHWARCZ, 2011, p. 214). E, por que não dizer, da sociedade oitocentista já que as “opponentes da subordinação da mulher” – como são chamadas as primeiras periodistas por Hahner (2003, p. 27) –, visavam “estimular mudanças no status econômico, social e legal das mulheres”, empenhando-se em “despertar outras mulheres para seu potencial de autocrescimento e para elevar o nível de suas aspirações” (HAHNER, 2003, p. 27).

Portanto, a atividade periodística, mais do que uma simples atividade de disseminação de opiniões e informações, passou a constituir-se um “espaço para a manifestação da vida intelectual” oitocentista brasileira (MOREL, 2008, p. 32). E, em um período em que a atividade intelectual e a vida pública eram prerrogativas masculinas, atentamos para o fato de que foi justamente através do exercício da atividade periodística que as mulheres passaram a ter acesso ao espaço público e a se inserir na cena intelectual brasileira ao lado dos ditos “grandes nomes” da literatura e do jornalismo brasileiro.

Cabe, portanto, destacarmos que, independentemente das ideias vinculadas, os periódicos femininos/feministas – fossem eles mais conservadores, fossem eles de pensamento de vanguarda – procuravam servir de foro privilegiado para disseminar, debater e problematizar ideias dentro de um espaço público alcançável a partir da interação entre a(s) autora(s) e o público leitor.

Inicialmente de forma bastante artesanal – e por que não dizer “experimental”? –, as editoras e suas colaboradoras foram, paulatinamente, adequando e lapidando suas escritas, seus focos de análise, suas abordagens, suas fontes de inspiração. Convêm observarmos que, logo de início, muitas publicações se restringiam a apresentar textos “singelos” – como definiam suas próprias autoras –, cópias de textos clássicos (romances, fábulas, poemas, histórias bíblicas) e/ou traduções; passando, porém, pouco a pouco, a inserir textos autorais – de ficção e/ou de opinião.

Os próprios títulos de alguns periódicos também sofreram modificações seja por conta do aprofundamento e aprimoramento intelectual de suas autoras, seja por questões de modificações no estilo de escrita, seja, ainda, por conta de mudanças no foco político/temático

– afinal, o oitocentos foi marcado por uma série de mudanças políticas e institucionais significativas e a produção periodística não atravessou esse período imune.

O já citado periódico “A Família”, por exemplo, portava, inicialmente, o subtítulo de “jornal literário dedicado à educação da mãe de família”; passando, posteriormente, a portar a epígrafe “Veneremos a mulher! Glorifiquemo-la! Santifiquemo-la”, de autoria do escritor francês Victor Hugo (1802-1885).

Por sua vez, o também já citado periódico “O Sexo Feminino” (1873-1889) – “semanário dedicado aos interesses da mulher” – de autoria de Francisca Senhorinha da Motta Diniz, publicado inicialmente em Campanha, Minas Gerais e, posteriormente, no Rio de Janeiro, vai assumir, a partir de 1889, outro nome. Revelando não apenas ciência, mas também forte engajamento por parte de sua autora com as questões políticas da época, o periódico assumirá o título de “O Quinze de Novembro do Sexo Feminino – periódico quinzenal, literário, recreativo e noticioso”, mantendo-se ativo até 1890.

O próprio periódico “A Mulher” (1881-1883) apresentou, nas três primeiras edições o subtítulo de “periódico ilustrado de literatura e belas artes, consagrado aos interesses e direitos da mulher brasileira”, passando, a partir da quarta edição, a incorporar a palavra “ciências” – “periódico ilustrado de ciências, literatura e belas artes” –, atentando para o fato de que a publicação também se interessava por assuntos para além do entretenimento e da informação. Ademais, a inclusão, concomitante, do título de “Dr^a” na frente do nome de Maria Augusta Generoso Estrela significava, além da obtenção do título de médica, uma habilitação para a incorporação de uma temática que ela poderia, a partir daquele momento, falar com propriedade.

Morel (2008, p. 33) destaca, nessa perspectiva, a questão de que a imprensa periódica – de um modo geral – intencionava, através de sua ação e alcance, mobilizar a opinião pública, pois esta “era um recurso para legitimar posições políticas e um instrumento simbólico que visava transformar algumas demandas setoriais numa vontade geral”.

Sendo assim, muitos foram os periódicos femininos que, partindo dessa premissa, lançaram-se, com empenho, na missão de mobilizar a opinião pública em prol das reivindicações femininas, entre as quais o direito à educação. Sobre essa questão, Hahner (2003, p. 27) alerta para o fato de que, “como membros da minoria de mulheres alfabetizadas, as primeiras defensoras da emancipação feminina viram na educação um modo de ampliar as opções para a sua independência econômica e também sua melhoria social”. Além disso,

Enquanto algumas apenas se opunham à submissão das mulheres, outras tentavam também conquistar o direito à educação superior, já que, como bem sabiam, elas não poderiam assumir profissões de prestígio sem o grau universitário. Acreditando no progresso, elas buscaram inspiração nas conquistas da mulher de outros países, cujos exemplos tornavam possíveis as promessas de sucesso futuro. Bastante conscientes da oposição masculina, da indiferença feminina e da aceitação limitada de suas ideias, essas [...] mulheres permaneceram convencidas não só da importância e eficácia da causa que defendiam, como também do seu eventual sucesso (HAHNER, 2003, p. 27).

Nesse sentido, o periódico “A Mulher”, além de defender o acesso ilimitado da mulher à educação, reiterava, também, a importância da emancipação econômica feminina que, na visão de suas autoras, se daria por meio da educação, mas, também, por meio do trabalho. Para as autoras Josefa e Maria Augusta, “a mulher que entender que por ser mulher não tem necessidade de estudar, de instruir-se e de trabalhar, commette um erro irreparável, e tarde virá a arrepender-se e conhecer que errou na apreciação desta vida” (A MULHER, Nova Iorque, ano I, n. 4, abr. 1881, p. 27).

Para mobilizar a opinião pública, no entanto, não bastava o domínio da escrita: era preciso, sobretudo, lançar mão de determinadas estratégias de escrita para que a mensagem fosse clara, convincente e capaz de engajar um público cada vez maior. O “estilo panfletário” emergiu, pois, como estratégia eficaz na medida em que possuía características, tais como: “capacidade de convencer e de atacar, espírito mordaz e crítico, linguagem literária, sátira, requerendo ao mesmo tempo densidade doutrinária e ideológica e agilidade para expressar, em situações específicas e circunstanciais, uma visão de mundo geral e definida” (MOREL, 2008, p. 37).

Podemos perceber essas características do “estilo panfletário” ainda na primeira edição do periódico “A Mulher” quando as autoras, após citarem uma série de mulheres que, ao longo do tempo, empreenderam importantes realizações nas ciências, finalizam o editorial da edição com as seguintes palavras:

Podíamos ennumerar muitas outras mulheres eminentes em Sciencias, Litteratura e Artes, porém, como nos falta espaço ficará para o próximo numero. Fazemos votos para que a mulher Brasileira inspirada n'estes exemplos, procure emancipar-se, porque para o futuro os seus nomes serão gravados na Historia Brasileira em letras de ouro.

Avante Brasileiras! Que o vosso triumpho não está longe!
Quebrem-se as cadeias que vos prendem os fracos pulsos!
Fé em Deus, esperança no porvir que tudo venceremos!
(A MULHER, Nova Iorque, ano I, n. 1, jan. 1881, p. 2-3).

Destacamos, pois, que, ao adentrar o espaço público, através da palavra escrita, adotando o “estilo panfletário” com vistas de mobilizar e engajar a opinião pública para suas

ideias e/ou frentes de luta, o periodismo feminino do século XIX adquire especial significado, pois representa a quebra de uma série de paradigmas sociais e culturalmente produzidos e impostos às mulheres. Podemos perceber, portanto, a crítica e a denúncia aos padrões sociais e culturalmente impostos às mulheres, bem como a emergência de conceitos que marcarão e influenciarão a luta feminista, tais como aqueles de “emancipação intelectual” e “protagonismo feminino” – apropriações e reivindicações ainda hoje presentes nos debates feministas.

Assim sendo, podemos afirmar que o periodismo oitocentista representou “uma das fases mais criativas e vigorosas dos debates políticos mundiais e da imprensa brasileira em particular” (MOREL, 2008, p. 32). Mas, especialmente, representou a entrada na cena pública e política, via apropriação intelectual da escrita, de um público até então social, cultural e intelectualmente marginalizado: as mulheres.

Em um contexto em que “a opinião revela-se, [...], cada vez mais decisiva na constituição e no funcionamento da democracia” (PERROT, 1998, p. 59), o fato de as mulheres periodistas acederem à palavra escrita e a tomarem para irem além do entretenimento possibilitou, senão uma ruptura radical, uma fissura na estrutura social e a inserção – ainda que de forma indireta – nas discussões, nos debates públicos e na formação/mobilização da opinião pública. Certamente as rígidas estruturas do patriarcado sofreram alguma desestabilização com o impacto da pluma feminina!

Se, por um lado, as mulheres não tinham acesso ao espaço público e aos órgãos representativos e não possuíam direitos adquiridos e/ou garantidos por lei; por outro lado, no entanto, graças à imprensa periódica, elas passaram a participar da vida pública/política/intelectual e começaram, paulatinamente, a se inserir, também, na vida profissional – como periodistas e/ou escritoras profissionais, obtendo recursos financeiros e mesmo vivendo através do exercício de uma atividade profissional.

A escrita passou, então, a ser uma atividade profissional não apenas desejável como também possível, permitindo o exercício de uma profissão e, portanto, promovendo a emancipação – profissional/econômica/intelectual – das mulheres. Emancipação esta que se dava tanto através do discurso quanto através da própria atividade profissional de escrita. Assim o ato de escrita exercia a dupla função de meio e fim.

Aliás, o direito ao exercício profissional figura como temática relevante nas páginas de diversos periódicos uma vez que as autoras oitocentistas acreditavam que “[...] pelo trabalho, é que a mulher pode[ria] viver... viver do suor de seu rosto pelas ciências, pelas artes, pelas invenções, resultado encantador do dito trabalho”; logo, seria justamente por intermédio do

trabalho, que as mulheres poderiam “viver livres e independentes” (A MULHER, Nova Iorque, ano I, n. 4, abr. 1881, p. 27).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos dizer que, apesar da série de restrições que foram impostas às mulheres oitocentistas – principalmente restrições no que se refere à capacidade intelectual –, elas escreveram muito nesse período e nos deixaram um legado que vai além dos diários ou dos “cadernos goiabada” nos quais “as mocinhas escreviam pensamentos e estados de alma”, escritos que “perdiam o sentido depois do casamento, pois a partir daí não mais se podia pensar em segredo” (TELLES, 2013, p. 409).

No entanto, as mulheres periodistas oitocentistas que empreenderam a atividade autoral de escrita tiveram que superar, além do analfabetismo, as escritas superficiais e acríticas presentes nos diários românticos e passionais das sinhazinhas, nos cadernos de receitas e nos caderninhos de anotações nos quais se faziam breves apontamentos dos gastos domésticos para garantir a “boa gestão” do lar.

Mas elas não apenas superaram essas escritas; elas foram além. Além do “abecedário moral”³³, em que cada letra do alfabeto continha implícito um comportamento que a sociedade esperava de uma mulher; além da “leitura” – ou seria “memorização”? – dos livrinhos de preces; além do analfabetismo e da interdição à educação. Elas foram além da escrita para o puro *divertissement* e fizeram da palavra escrita uma “arma branca” para militar e engajar a opinião pública para as questões que mantinham e reforçavam as bases de uma sociedade patriarcal que aprisionava e subjugava o feminino.

Assim, a escrita periódica passou a ser, através da pena de algumas mulheres, mais do que um gênero (in)formativo. Essa escrita passou a ser um gênero de militância e, em especial, de militância em favor de uma educação feminina que, longe promover a “domesticação”, pudesse proporcionar a “emancipação” do “belo sexo”. Aliás, o “belo”, para essas mulheres, seria ter acesso à educação e, sobretudo, à Educação Superior que lhes era negada, senão pela lei, pelas imposições sociais e culturais.

O engajamento enquanto um fator subjetivo não pode ser verificado quantitativamente, porém a análise da escrita autoral das mulheres periodistas oitocentista nos revela de que forma essas mulheres procuravam promovê-lo: através de suas capacidades intelectual e criativa,

³³ Costa (2016, p. 33), citando Ribeiro (2007, p. 80), atenta para a existência de “abecedários morais” em que cada letra do alfabeto continha implícito o comportamento que a sociedade esperava de uma mulher: “a letra A significava que a mulher deveria ser amiga de sua casa, H humilde a seu marido, M mansa, Q quieta, R regrada, S sisuda, entre outros”. O material didático encerrava a lição dizendo que “se ela cumprisse esse abecedário saberia mais do que aquelas senhoras que liam livros religiosos”.

debatendo, argumentando, fazendo frente aos discursos conservadores, mobilizando a opinião pública, enfim, através de ações que mexiam com o educativo, mas também com o político.

Nesse sentido, o periódico “A Mulher” manifestava profunda preocupação com relação à realidade brasileira e procurava defender os interesses e direitos da mulher brasileira, conforme primava o seu subtítulo, através de uma escrita engajada e fortemente alinhada aos debates educacionais que se processavam no Brasil, à época, contribuindo, inclusive, para o fortalecimento e o enriquecimento destes debates com informações de além-mar.

Interessante é percebermos que Josefa e Maria Augusta acreditavam que o acesso à educação e em especial à Educação Superior não traria implicações apenas para as mulheres, promovendo a emancipação intelectual e econômica das mesmas. As autoras acreditavam, igualmente, que a conquista do “direito” das mulheres à educação traria implicações direta para o progresso e o desenvolvimento do Brasil.

Aliás, as autoras parecem ter adiantado, quase um século antes, uma ideia que seria lançada – ou retomada – no ano de 1975 (Ano Internacional da Mulher, estabelecido pela Organização das Nações Unidas, ONU), ou seja, o entendimento de que a garantia dos direitos das mulheres não beneficia apenas as mulheres, mas a coletividade, contribuindo não apenas para a eliminação das desigualdades de gênero, mas proporcionando desenvolvimento econômico, político, social e cultural para todos.

Acredito que por meio desse periodismo – engajado e militante – a luta histórica das mulheres por igualdade ganhou um novo capítulo que, apesar de ter trazido aportes positivos para as mulheres, garantindo-lhes o direito à educação, manteve o “livro” aberto para que novas escritas possam ser produzidas, pois a luta feminista ainda não ganhou um ponto final. A escrita se faz necessária; é preciso escrever!

Aliás, o verbo “escrever” não cabe nem no passado, nem no presente; ele é imperativo! Imperativo porque indica uma necessidade de ação que foi percebida pelas mulheres do século XIX, mas que permanece como uma “tarefa-legado” para nós, pesquisadoras do século XXI, para que possamos dar continuidade à luta; seja através da escrita periódica, seja através da escrita literária, seja através da escrita que resgata legados femininos, seja, ainda, através da escrita de nossas pesquisas.

REFERÊNCIAS

- AGASSIZ, Jean Louis Rodolph. **Viagem ao Brasil 1865-1866**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas**: introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BUITONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa feminina**. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992a.
- _____. **A Escola dos Annales – 1929-1989**: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992b.
- CARR, Edward Hallet. **O que é história?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.
- CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **Instrução particular e os internatos na Corte Imperial do Rio de Janeiro (1845 a 1889)**. In: Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História: lugares dos historiadores: velhos e novos desafios, 2015, Florianópolis/SC. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434130428_ARQUIVO_TCompleto.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.
- COSTA, Priscila Trarbach. **O acesso da mulher à Educação Superior na UFRGS**. Dissertação de Mestrado (Faculdade de Educação/Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2016.
- COSTA E SILVA, Alberto da. As marcas do período. In: COSTA E SILVA, Alberto (Coord.). **História do Brasil Nação**: 1808-2010, v. 1. Crise Colonial e Independência: 1808-1830. Rio de Janeiro: Mapfre e Objetiva, 2011.
- DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. Notas sobre os historiadores e suas fontes. In: **MÉTIS: história & cultura**, v. 11, n. 21, p. 13-21, jan./jun. 2012.
- DEBRET, Jean-Baptiste. **Voyage Pittoresque et Historique au Brésil**. Tome III, 1839. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4716>>. Acesso em 15 mai. 2020.
- DEL PRIORI, Mary. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1992.

_____. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

DIAS, Márcia Hilsdorf. A Escola Normal Paulista na ótica dos conservadores: o jornal católico *A Ordem*. In: GONDRA, José (Org.). **Dos arquivos à escrita da história: a educação brasileira entre o Império e a República**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e Literatura no Brasil. In: **Estudos Avançados**, ano 17, v. 43, p. 151-172, 2003.

_____. **Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX: dicionário ilustrado**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

_____. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs.). **História das mulheres no ocidente**, v.4: O século XIX. Portugal: Afrontamento, 1994.

EGGERT, E. domÉSTICO: espaços e tempos para as mulheres reconhecerem seus corpos e textos. In: STRÖHER, Marga; DEIFELT, Wanda; MUSSKOPF, André. (Org.). **À flor da pele**. São Leopoldo: Editora Sinodal, 2017, v. 1, p. 225-244.

FONTOURA, Antonio. **Teoria da história**. Curitiba: InterSaberes, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Editora Cortez, 1996.

GEBARA, Ivone. **Trindade: palavra sobre coisas velhas e novas. Uma perspectiva ecofeminista**. São Paulo: Paulinas, 1994.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HAHNER, June Edith. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

_____. **Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

HARDING, Sandra. ¿Existe un método feminista?. In: BATRA, Eli (Org.). **Debate en torno a una metodología feminista**. México: Cuadernos UNAM, 2002.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1994.

_____. (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

ISMÉRIO, Clarisse. **Mulher: a moral e o imaginário: 1889-1930**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

JANOTTI, Maria de Lourdes. O livro Fontes históricas como fonte. In: PINSKY, Carla (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

JINZENJI, Mônica Yumi. **Cultura impressa e educação da mulher no século XIX**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

LAGARDE, Marcela. **Los cautiverios de las mujeres – madresposas, monjas, putas, presas y locas**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. La educación de las mujeres em el Brasil Imperio. In: MORANT, Isabel (Org.). **Historia de las mujeres en España y América Latina: del siglo XIX a los umbrales del XX**. Volumen III. Espanha: Ediciones Cátedra, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARCZAL, Esnesto Sobocinski. **Introdução à historiografia: da abordagem tradicional às perspectivas pós-modernas**. Curitiba: InterSaberes, 2016.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MOROSINI, Marília. **Estado de conhecimento e questões do campo científico**. Educação, Santa Maria, v. 40, n. 1, p. 101-116, jan./abr. 2015.

MUNIAGURRIA, Lorena Avellar de; ZOREK, Bruno de Macedo. **Leitura e interpretação de textos historiográficos**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

OBAMA, Michelle. **Minha história**. São Paulo: Editora Objetiva, 2018.

OLIVEIRA, Ricardo Santa Rita. **“EDUCAÇÃO, GÊNERO E MODERNIDADE” – Discursos e práticas educacionais no Brasil entre 1870 e 1910**. Tese de Doutorado (Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas). Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, São Paulo, p. 252, 2002.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

_____. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: EDUSC, 2005.

_____. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2015.

PINSKY, Carla Bassanezi. Apresentação. In: PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2015.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. Mulheres educadas na colônia. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spínola Silveira Truzzi. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SAVIANI, Demerval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História do Brasil Nação: 1808-2010**, v. 1. Crise Colonial e Independência: 1808-1830. Rio de Janeiro: Mapfre e Objetiva, 2011.

_____. **História do Brasil Nação: 1808-2010**, v. 2. A construção nacional: 1830-1889. Rio de Janeiro: Mapfre e Objetiva, 2012.

_____. **História do Brasil Nação: 1808-2010**, v. 3. A abertura para o mundo: 1889-1930. Rio de Janeiro: Mapfre e Objetiva, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murguel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHUMAHER, Schuma (Org.). **Dicionário mulheres do Brasil – de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2000.

SEIBERT, Ute. **Espacios abiertos: caminos de la teología feminista**. Chile: Editorial Forja, 2010.

SILVA, Alberto. **A primeira médica do Brasil**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1954,

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TELLES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2013.

VERONA, Elisa Maria. **Da feminilidade oitocentista.** São Paulo: Editora Unesp, 2013.

VILLELA, Heloísa. Imprensa Pedagógica e Constituição da Profissão Docente no Século XIX: alguns embates. In: GONDRA, José (Org.). **Dos arquivos à escrita da história: a educação brasileira entre o Império e a República.** Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

PERIÓDICOS

O ESPELHO DIAMANTINO, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, 20 set. 1827, p. 2.

O JORNAL DAS SENHORAS, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, 1º jan. 1852, p. 1.

A MARQUEZA DO NORTE, Recife, ano I, n. 1, 21 dez. 1866, p. 1.

A MAI DE FAMÍLIA, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, jan. 1879, p. 2.

A MULHER, Nova Iorque, ano I, n. 1, jan. 1881; ano I, n. 2, fev. 1881; ano I, n. 3, mar. 1881; ano I, n. 4, abr. 1881; ano I, n. 6, jun. 1881; ano I, n. 7, fev. 1883.

O CHERUBIM, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, 13 set. 1885, p. 3; ano I, n. 2, 20 set. 1885, p. 1.

A FAMÍLIA, São Paulo, ano I, n. 1, 18 nov. 1888, p. 1.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br